PDS_LITORAL

PDS LITORAL

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

PRODUTO: 3 PLANO DE TRABALHO FINAL (PTF)

Volume I – Plano de Trabalho Final

(v3)

DATA: 24/07/2018

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO | THE WORLD BANK IBRD • IDA | WORLD BANK GROUP | BARCELONABRASILGROUP | Mcrit | hidria | Quanta

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Cida Borghetti - Governadora

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Juraci Barbosa Sobrinho – Secretário

UNIDADE GERENCIADORA DO PROJETO – PROJETO MULTISSETORIAL

Nestor Bragagnolo – Coordenador Geral

Tobias de Freitas Prando – Coordenador Adjunto

GESTOR DO CONTRATO

Fabricio Miyagima

Sonia Maria dos Santos

EQUIPE TÉCNICA INTERSECRETARIAL – ETI

ENTIDADE	NOME
Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL)	Milton de Almeida Barbosa Patrícia Cherobim
Secretaria do Desenvolvimento Urbano (SEDU)	Carlos Augusto Storer Fernando Domingues Caetano
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL)	Fernando Raphael Ferro de Lima Kamille Tombely Gumurski
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA)	Tatiana Nasser Aline Pereira
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)	Julio Takeshi Suzuki Junior Daniel Nojima
Paraná Turismo (PRTUR)	Marilda Keller Zarpelon Evandro Pinheiro
Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG)	Danielle Prim Gislene Lessa

CONSÓRCIO LITORAL SUSTENTÁVEL

Empresas	
Barcelona Brasil Group Consultoria Empresarial Ltda. (Líder)	
Quanta Consultoria Ltda.	
Mcrit S.L.	
Hidria Ciência Ambiente y Desarrollo S.L.	
Gerentes do Contrato	
Judith Muntal Vásquez	
Marina Cabrera Bastos	

EQUIPE DE TRABALHO

Coordenação e Responsabilidade Técnica	
Coordenação Geral do Consórcio / Responsável Técnico / Direção / Coordenação Gerencial	Judith Muntal Vásquez Marina Cabrera Bastos
Responsável Técnica / Gerente do Contrato / Coordenação Institucional / Coordenação Administrativa	Marina Cabreira Bastos
Coordenação Adjunta	Paula Lemos Azem
Equipe Chave	
Coordenação e Macrozoneamento Regional	Taco Roorda
Direito Urbanístico e Ambiental	Nereo Cardoso de Matos Jr.
Infraestrutura – Sistema Viário e Transportes	Andreu Esquius
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	Fernando López Mera
Estruturação Social	Verônica Ferreira
Mediação e Tratativas com a Comunidade	Pedro Strozemberg
Equipe Técnica	
Especialista em Turismo Sustentável de Zonas Costeiras	Eduardo Martínez Domínguez
Especialista em Patrimônio Artístico e Cultural	Lorena López Hermida
Especialista em Conservação de Áreas Naturais e Meio Ambiente	Patrícia Casal Rodriguez
Especialista em Socioeconomia, Planejamento e Prospectiva	Andreu Ulied Segui
Especialista em Planejamento do Território e Mobilidade	Oriol Biosca
Especialista em Planejamento do Território e Logística	Frederic Lloveras
Especialista Analista em Mobilidade	Albert Solé
Especialista em Geoprocessamento	Natividad Franco Cherta
Especialista em Sistemas de Informação	Ramón Catala
Especialista em Economia do Setor Público	Manoel Victor Gomes Figueiredo
Especialista em Economia Política	Álvaro Alves de Moura Jr.
Especialista em Economia Regional	Fernando Ribeiro Leite Neto
Especialista Socioeconômico	Rafa Rodrigo

Especialista em Logística	Efrain Larrea
Especialista em Habitação e Equipamentos Sociais / Gestão Pública	Cid Blanco
Especialista em Estruturação Social, Monitoramento e Avaliação	Bárbara Bravo Morais Lemos
Apoio Direito Urbanístico e Ambiental	Thiago Paiva
Assistente de Coordenação e Macrozoneamento Regional	Maria Fernanda Incote Montanha Teixeira
Apoio Mediação e Tratativas com a Comunidade	Maurício Maas
Especialista em Geoprocessamento	Marcelo Zolet
Especialista em Infraestruturas	Emanuel Maciel
Especialista em Comunicação e Mídias Sociais	Márcia Campos
Especialista em Comunicação e Mídias Sociais	Heverson Bayer
Articuladora Local	Adriana Levinski Hamann
Responsável Técnico de Engenharia e Infraestrutura	Gustavo Brasileiro
Responsável Técnico / Coordenação de Planejamento	José Wilton Ferreira Nascimento
Apoio Técnico em Planejamento Urbano e Regional	André Sales Sousa
Apoio Técnico em Planejamento Urbano e Regional	Ivo Freire
Apoio Técnico em Economia	Guilherme Szczerbacki Besserman Vianna
Assessoria Jurídica	Maíra Sales Sousa
Técnica em Editoração de Relatórios e Programação Visual	Jeniffer Costa
Secretária	Renata Alves
Estagiária	Paula Rydygier

FICHA DE CONTRATO

Nº DO CONTRATO	SEPL Nº 004/2017
Nº DO PROTOCOLO	14.979.690-8
CONTRATANTE	Governo do Estado do Paraná – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL
CONTRATADO	Consórcio Litoral Sustentável
OBJETO	Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_Litoral
PROGRAMA	Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná
AGENTE FINANCIADOR	Banco Mundial (BIRD)
Nº DO EMPRÉSTIMO	8201-BR
TIPO DE SERVIÇO	Consultoria
MÉTODO DE SELEÇÃO	Concorrência Internacional do tipo SBQC - Seleção Baseada na Qualidade e no Custo, Nº 002/2015
TIPO DE CONTRATAÇÃO	Preço global
VALOR DO CONTRATO	R$ 3.260.177,77 e EUR 485.557,89
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO	19/01/2018

APRESENTAÇÃO

Este documento integra o **Produto 3**, que é o **Plano de Trabalho Final (PTF)**, e que consiste na atividade que encerra a Etapa 1 – Plano de Trabalho do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS Litoral.

De acordo com o Termo de Referência do PDS Litoral, o Plano de Trabalho Final é o documento resultante da compilação: (i) do Plano de Trabalho Inicial (PTI); (ii) do Relatório de Atividade 01 – Oficinas de Engajamento e Plano de Trabalho Consolidado (RA-01); e (iii) das contribuições recebidas durante as Audiências Públicas de Engajamento.

Nesse sentido, o Produto 3 é apresentado em 3 (três) volumes, contendo os relatórios e seus respectivos anexos a seguir:

- Volume I – Plano de Trabalho Final (PTF)
- Volume II – Relatório de Atividade 01 (RA-01)
- Volume III – Audiências Públicas de Engajamento

O presente relatório consiste no **Volume I – Plano de Trabalho Final (PTF)**, na sua versão consolidada.

Curitiba, julho de 2018

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 4

1. O PDS LITORAL 6

1.1 OBJETIVOS 6

1.1.1 Objetivo Geral 6

1.1.2 Objetivos Específicos 6

1.2 AGENTES 10

1.2.1 Gestão do Contrato: Equipe Técnica Intersecretarial (ETI) 10

1.2.2 Acompanhamento do Contrato: Equipe de Acompanhamento (EA) 12

1.2.3 Executor 13

1.3 ETAPAS E PRODUTOS 14

1.4 PRAZOS 14

1.5 REALIZAÇÃO DOS EVENTOS 16

1.6 METODOLOGIA 18

2. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS 19

2.1 ETAPA 1: PLANO DE TRABALHO 19

2.1.1 Atividades 20

2.1.1.1 Atividade 101: Identificação e Levantamento das Informações Existentes 20

2.1.1.2 Atividade 102: Desenho das Ferramentas de Comunicação do Projeto 22

2.1.1.3 Atividade 103: Elaboração do Plano de Comunicação 23

2.1.1.4 Atividade 104: Elaboração do Plano de Trabalho Inicial (PTI) 30

2.1.1.5 Atividade 105: Realização da Reunião Técnica 01 31

2.1.1.6 Atividade 106: Disponibilização do Plano de Trabalho Inicial (PTI) 32

2.1.1.7 Atividade 107: Realização das Oficinas de Engajamento 32

2.1.1.8 Atividade 108: Audiência Pública de Engajamento 34

2.1.1.9 Atividade 109: Validação do Plano de Trabalho Final (PTF) 35

2.2 ETAPA 2: CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO 36

2.2.1 Atividades 37

2.2.1.1 Atividade 201: Levantamento e Análise de Dados Secundários 37

2.2.1.2 Atividade 202: Levantamento e Análise de Dados Primários 45

2.2.1.3 Atividade 203: Coleta de Dados Geográficos e Elaboração de Mapas Georreferenciados 47

2.2.1.4 Atividade 204: Elaboração do Diagnóstico e Matriz FOFA 49
2.2.1.5 Atividade 205: Benchmarking de Boas Práticas Internacionais 51
2.2.1.6 Atividade 206: Elaboração do Relatório de Contextualização Inicial (RCI) 53
2.2.1.7 Atividade 207: Realização da Reunião Técnica 02 55
2.2.1.8 Atividade 208: Disponibilização do Relatório de Contextualização Inicial (RCI) 55
2.2.1.9 Atividade 209: Realização das Oficinas de Contextualização 56
2.2.1.10 Atividade 210: Realização da Audiência Pública de Contextualização 58
2.2.1.12 Atividade 211: Validação do Relatório de Contextualização Final (RCF) 59
2.3 ETAPA 3: CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS E VISÃO DE FUTURO 59
2.3.1 Atividades 61
2.3.1.1 Atividade 301: Construção dos Cenários de Desenvolvimento Sustentável 61
2.3.1.2 Atividade 302: Formulação de Visão de Futuro para até 2035 66
2.3.1.3 Atividade 303: Estabelecimento de Objetivos e Metas Previstas 66
2.3.1.4 Atividade 304: Definição dos Eixos Estratégicos 67
2.3.1.5 Atividade 305: Processo de Consulta com os Atores Locais 68
2.3.1.6 Atividade 306: Elaboração do Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI) 69
2.3.1.7 Atividade 307: Realização da Reunião Técnica 03 69
2.3.1.8 Atividade 308: Disponibilização do Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI) 70
2.3.1.9 Atividade 309: Realização das Oficinas de Construção de Cenários e Visão de Futuro 70
2.3.1.10 Atividade 310: Audiência Pública de Construção de Cenários e Visão de Futuro 72
2.3.1.11 Atividade 311: Validação do Relatório de Construção de Cenários Final (RCCF) 73
2.4 ETAPA 4: ESTRATÉGIAS DE AÇÃO 74
2.4.1 Atividades 75
2.4.1.1 Atividade 401: Zoneamento Territorial 75
2.4.1.2 Atividade 402: Definição de Programas e Propostas de Ação 76
2.4.1.3 Atividade 403: Definição de Estratégias de Financiamento Viáveis 81
2.4.1.4 Atividade 404: Definição da Estratégia Institucional e de Gestão 82
2.4.1.5 Atividade 405: Estabelecimento de Indicadores de Monitoramento e Avaliação 83
2.4.1.6 Atividade 406: Elaboração do Plano de Ação Inicial (RPAI) 86
2.4.1.7 Atividade 407: Realização da Reunião Técnica 04 86
2.4.1.9 Atividade 408: Disponibilização do Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI) 87
2.4.1.10 Atividade 409: Realização das Oficinas do Plano de Ação 87
2.4.1.11 Atividade 410: Audiência Pública do Plano de Ação 89

2.4.1.12 Atividade 411: Elaboração do Relatório do Plano de Ação Final (RPAF) 90
2.5 ETAPA 5: CONFERÊNCIA REGIONAL 91
2.5.1 Atividades 91
2.5.1.1 Atividade 501: Elaboração do Documento Final do Plano 91
2.5.1.2 Atividade 502: Apresentação e Revisão do Documento Final do Plano 91
2.5.1.3 Atividade 503: Realização da Conferência Regional 92
2.6 CRONOGRAMA SEMANAL 93
2.7 AÇÕES DE PARTICIPAÇÃO LOCAL 94
2.7.1 Instâncias de Participação do PDS Litoral 102
2.8 TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO 113
2.8.1 Desenvolvimento de Ferramentas Tecnológicas 114
2.8.2 Relevância para o Programa de Capacitação 116
2.8.3 Metodologia para a Capacitação 117
3 PLANO DE COMUNICAÇÃO E FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO 120
3.1 COMPONENTES DO PLANO DE COMUNICAÇÃO 125
3.2 EXECUÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO 126
3.2.1 Competências no âmbito da rede de comunicação 127
3.2.2 Cronograma de comunicação 127
3.2.3 Fluxograma de Execução do Plano de Comunicação (PMBOK) 128
3.2.4 Acompanhamento do Plano de Comunicação 130
3.3 GERENCIAMENTO DE NOTÍCIAS 131
3.3.1 Dos produtos para o público (sociedade civil) 131
3.3.2 Dos produtos para o público (agentes envolvidos) 131
3.4 COMUNICAÇÃO COM STAKEHOLDERS 132
3. CONCLUSÃO 133
ANEXO I – IDENTIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EXISTENTES 163

INTRODUÇÃO

O presente Plano de Trabalho fundamenta-se no Termo de Referência (TDR)[1] para elaboração do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS Litoral), assim como na Proposta Técnica apresentada pelo Consórcio contratado para a elaboração do Plano (Consultoria).

É importante observar que este Plano de Trabalho é o norteador das ações que serão desenvolvidas ao longo dos próximos meses e que irão compor, ao final, o PDS Litoral. Dessa forma, o Plano de trabalho não aspira antever a totalidade do conteúdo que será trabalhado, visto que parte deste será desvelado ao longo da construção do PDS Litoral, e incorporado naturalmente em cada etapa a ser desenvolvida.

Cabe ressaltar que o PDS Litoral é parte integrante do PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ, que tem "como principal objetivo tornar mais justo e ambientalmente sustentável o acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e humano, por meio da modernização da gestão do setor público e da gestão da receita no Estado do Paraná", preconizando a construção de um "Novo Jeito de Governar" (NOVO PARANÁ), visando a introdução de uma gestão voltada a resultados. Ainda de acordo com o Termo de Referência, "a estratégia para a construção do 'NOVO PARANÁ' deve definir diretrizes com os quais governo e sociedade trabalhem juntos, buscando qualidade de vida, governança, sustentabilidade e desenvolvimento para todo o Estado".

A relevância ambiental do território do litoral paranaense, com sua rica biodiversidade e unidades de conservação, o vasto patrimônio cultural e histórico existente na região, com as cidades históricas e comunidades tradicionais, a importância de atividades econômicas como a portuária e do turismo, e as questões sociais e institucionais que devem ser alavancadas fizeram com que o Governo do Estado propusesse a contratação

[1] Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
Termo de Referência – *Elaboração do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_Litoral.*

de consultoria especializada para a elaboração do PDS Litoral, com o objetivo de coordenar as ações dos três níveis de governo e da sociedade local, de forma a concentrar esforços na definição de ações que permitam o desenvolvimento sustentável da região. Trata-se, portanto, de um plano de desenvolvimento regional, com foco na sustentabilidade.

O escopo do PDS Litoral prevê, como passo inicial da primeira etapa, que consiste na fase de engajamento, a elaboração de um Plano de Trabalho que tem por objetivo detalhar o processo de elaboração do PDS Litoral, compreendendo a descrição dos serviços a serem executados, nas suas diversas etapas de trabalho, apresentando, entre outras questões, prazos, procedimentos técnicos e o processo metodológico que será adotado na elaboração dos produtos contratados, os requisitos para seu cumprimento e os agentes envolvidos, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Com isso possibilita o acompanhamento do processo de trabalho pela sociedade e pelos órgãos competentes, especialmente pelas equipes especialmente constituídas para acompanhar e dar suporte aos trabalhos relacionados ao PDS Litoral.

Os trabalhos serão desenvolvidos num esforço conjunto do Governo do Estado do Paraná, das Prefeituras Municipais, da Equipe Técnica Intersecretarial (ETI), da Equipe de Acompanhamento (EA) e da Consultoria, com o envolvimento da comunidade em geral, sendo que as tarefas que cabem a cada um desses atores encontram-se explicitadas ao longo deste Plano de Trabalho.

1. O PDS LITORAL

1.1 OBJETIVOS

O Termo de Referência explicita o objetivo geral e os objetivos específicos para o PDS Litoral, conforme relacionado a seguir.

1.1.1 Objetivo Geral

Estabelecer diretrizes e ações estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Litoral do Paraná, respeitando as peculiaridades de cada município e fragilidade ambiental da região, protegendo o patrimônio natural, turístico e histórico e cultural, e garantindo o protagonismo dos atores locais no processo de elaboração e implementação do PDS Litoral.

1.1.2 Objetivos Específicos

a. Contextualizar a região, através do levantamento, análise, compilação e diagnóstico de trabalhos existentes, de dados primários e secundários, legislações existentes e válidas, dentre outros, identificados durante os trabalhos.

b. Complementar a contextualização da região com a coleta de dados primários e pesquisas, aproveitando as contribuições coletadas nos eventos a serem realizados, organizando e analisando as informações de forma integrada e dinâmica.

c. Identificar, contextualizar, compatibilizar e propor um ordenamento territorial dos planos diretores municipais, dos planos de turismo, da gestão da bacia hidrográfica, das unidades de conservação e das diretrizes do gerenciamento costeiro, em torno de uma abrangência regional (macrozoneamento) de desenvolvimento sustentável, especialmente no que se refere à ocupação territorial (uso e ocupação do solo); infraestrutura logística (ferrovias, portos, estrutura retroportuária, aeroportos, rodovias, etc.) e mobilidade (sistema viário local, transporte coletivo, ciclovias, etc.),

infraestrutura urbana (saneamento, energia, equipamentos e serviços públicos, etc.), áreas de risco, conservação e preservação ambiental (formação de corredores ecológicos e proteção da biodiversidade, respeitando-se a legislação ambiental, sanitária, social e urbanística, internacional e nacional).

d. Identificar e contextualizar a relação da região de estudo com o Estado do Paraná, outros estados, regiões vizinhas e com o litoral brasileiro, especialmente considerando a gestão do Mosaico Lagamar[2] e as relações do custo-benefício econômico-social-ambiental para o Litoral.

e. Identificar, contextualizar, compatibilizar e propor as principais funções públicas de interesse comum entre os municípios, evidenciando suas relações, semelhanças e peculiaridades, com a finalidade de subsidiar a criação de uma governança interfederativa de cada tema levantado, com a participação da sociedade civil, através de propostas de diretrizes e ações para o desenvolvimento de programas, planos e projetos a serem desenvolvidos em conjunto pelos municípios, com a possibilidade da celebração de termos de cooperação com os Municípios.

f. Identificar e contextualizar os principais arcabouços institucionais da região, rever e propor a adequação dos instrumentos legais e institucionais de gestão urbana, ambiental e territorial, estabelecendo as bases para a modernização/criação de instância de gestão interfederativa compartilhada, através de uma unidade/comitê/conselho de planejamento e coordenação permanente, considerando-se, sempre, os princípios da prevenção, precaução e proibição do retrocesso em matéria ambiental, de matriz constitucional.

g. Elaborar cenários prospectivos econômicos, socioculturais, ambientais, de infraestrutura logística e urbana e do uso e ocupação do território, baseadas em projeções demográficas e de crescimento econômico (industrial e logístico,

[2] MOSAICO LAGAMAR: Formado pelo conjunto de 52 Unidades de Conservação (UCs) localizadas no litoral sul de São Paulo e litoral do Paraná – Portaria de Reconhecimento MMA Nº 150, de 08 de maio de 2006.

turístico, produção rural, pesca, artesanato, comércio e serviços, etc.) a serem desenvolvidas, avaliando a demanda e a capacidade de suporte do território, de modo a subsidiar ações para a melhoria da qualidade de vida, a preservação e proteção ambiental e a promoção do desenvolvimento regional. Estes cenários deverão respeitar fundamentalmente a fragilidade ambiental da região e de proteção da biodiversidade.

h. Propostas de modelos de ocupação para implantação, adequação e ampliação de grandes equipamentos logísticos, estruturas viárias, instalações industriais, grandes empreendimentos imobiliários, hidrelétricos, minerários, dentre outros, com a construção de cenários possíveis, considerando e avaliando os impactos ambientais, sanitários, social e urbanístico resultantes, identificando biodiversidade e as comunidades direta e indiretamente atingidas e os custos de mitigação, compensação, restauração e recuperação ambiental.

i. Avaliar sinergicamente os impactos ambientais, sanitários, sociais e urbanísticos resultantes de cenários e modelos de ocupação propostos; valorar os impactos ambientais, os serviços ecossistêmicos e as compensações ambientais, dos empreendimentos existentes e potenciais, elaborando-se uma matriz que permita a valoração do dano sinérgico, a valoração dos serviços ecossistêmicos, a valoração do impacto em áreas de preservação permanente, na Mata Atlântica, nas unidades de conservação e na fauna, visando, inclusive, à melhoria do cuidado com a fauna e a flora, da gestão das unidades de conservação, com o incremento da regularização fundiária, segurança, fiscalização e vigilância.

j. Propostas de metas para a adaptação dos territórios municipais aos possíveis impactos das mudanças climáticas, já prognosticados a partir de pesquisas e estudos já realizados, incluindo ações de adaptação baseada em ecossistemas fomentadas pelos governos Federal e Estadual.

k. Integrar políticas, planos e ações do Plano de Desenvolvimento Sustentável ao conhecimento científico e tradicional existente.

l. Integrar o mandamento de preservação, proteção e conservação ambiental com os desafios do desenvolvimento econômico e social sustentável.

m. Proposta de um plano de ação, com diretrizes, propostas e metas que visem ações de curto, médio e longo prazo dos poderes público federal, estadual e municipal, iniciativa privada e sociedade em geral, que promovam o desenvolvimento econômico e social sustentável; a preservação, proteção e a conservação do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural; revisão e modernização dos instrumentos legais e institucionais e de gestão urbana e territorial por meio da governança territorial, considerando-se, sempre, os princípios da prevenção, precaução e proibição do retrocesso em matéria ambiental, de matriz constitucional.

n. Garantir a participação de instituições governamentais, sociedade civil, academia, terceiro setor e empresas da região para a colaboração, construção e implementação do plano, formalizando os compromissos firmados e consolidando o processo de planejamento participativo contínuo.

o. Propor, na implementação do PDS Litoral, instrumentos para fiscalização e avaliação, visando ajustes, correções, melhorias, retroalimentação e segurança.

p. Analisar opções de possíveis melhorias ou alterações da configuração das orlas, adequando-as ao uso, como engorda de praias, headlands, aprofundamento de canais portuários, etc., através dos levantamentos, análises, compilação e diagnóstico de trabalhos existentes, de dados primários e secundários, legislações existentes e válidas, dentre outros.

1.2 AGENTES

A elaboração do PDS Litoral contará com, pelo menos, os agentes a seguir relacionados.

a. Entidade Contratante

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL)

b. Gestão do Contrato

Equipe Técnica Intersecretarial (ETI)

c. Acompanhamento do Contrato

Equipe de Acompanhamento (EA)

d. Executor

Consórcio Litoral Sustentável, formado pelas empresas:

- Barcelona Brasil Group Consultoria Empresarial Ltda.
- Mcrit, S. L.
- Quanta Consultoria Ltda.
- Hidria, Ciencia, Ambiente y Desarollo S. L.

e. Entidade Financiadora

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – Empréstimo nº 8201 – BR

1.2.1 Gestão do Contrato: Equipe Técnica Intersecretarial (ETI)

Composta por técnicos da contratante e instituições governamentais estaduais, a Equipe Técnica Intersecretarial (ETI) poderá convocar para participar, quando julgar necessário, representantes dos órgãos e instituições governamentais, conselhos e prefeituras municipais, contribuindo para a realização dos trabalhos por meio de reuniões e do fornecimento de informações relativos às suas instituições. A composição da ETIestá indicada a seguir:

ENTIDADE	NOME
Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL)	Milton de Almeida Barbosa Patrícia Cherobim
Secretaria do Desenvolvimento Urbano (SEDU)	Carlos Augusto Storer Fernando Domingues Caetano
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL)	Fernando Raphael Ferro de Lima Kamille Tombely Gumurski
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA)	Tatiana Nasser Aline Pereira
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)	Julio Takeshi Suzuki Junior Daniel Nojima
Paraná Turismo (PRTUR)	Marilda Keller Zarpelon Evandro Pinheiro
Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG)	Danielle Prim Gislene Lessa

Tem por atribuições:

- Acompanhar o processo de elaboração do PDS Litoral;
- Avaliar as propostas técnicas, gerenciamento e fiscalização do contrato;
- Receber toda a correspondência oficial entre a consultoria e as demais entidades do Plano;
- Encaminhar essa correspondência aos seus respectivos destinatários;
- Validar os processos de elaboração do Plano e aprovar o conteúdo de cada etapa conforme o Termo de Referência dando os aceites iniciais e finais;
- Tramitar a documentação de contratação da Consultoria;
- Autorizar pagamentos e emitir recibos;
- Dar suporte técnico à empresa consultora no âmbito do conteúdo do Plano, emitindo pareceres, facilitando a busca de documentos e informações e auxiliando na logística de realização de consultas públicas;
- Fazer a verificação da consistência técnica do conteúdo apresentado pela empresa consultora.

1.2.2 Acompanhamento do Contrato: Equipe de Acompanhamento (EA)

Tem como principal função apresentar manifestação, contribuições e acompanhar as diferentes partes do processo de desenvolvimento do Plano. O número de participantes para cada equipe de acompanhamento foi sugerido pela empresa consultora durante a realização das Oficinas de Engajamento e deverá ser validada nas Audiências Públicas de Engajamento.

Composta por representantes da sociedade civil e técnicos municipais efetivos (concursados) de cada um dos municípios da área de abrangência do Plano, eleitos nas Oficinas de Engajamento. Por orientação do Termo de Referência foram apontados:

- Técnicos municipais efetivos;
- 1 (um) representante do setor produtivo empresarial;
- 1 (um) representante da academia;
- 1 (um) representante do Conselho Municipal de Planejamento ou da Cidade;
- 1 (um) representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- 1 (um) representante de organização não governamental;
- 1 (um) representante à livre escolha do plenário da oficina de engajamento. Em qualquer um desses segmentos, o representante deverá obrigatoriamente pertencer à sociedade civil.

A composição final das equipes de acompanhamento foi ajustada conforme as orientações dos participantes das Oficinas de Engajamento, nas quais foi dado maior peso para a participação de alguns setores considerados mais significativos de acordo com a realidade de cada município.

Tem por atribuições:

- Se manifestar, oferecer contribuições e acompanhar o desenvolvimento do Plano.
- Acessar os endereços eletrônicos em que estão publicados os relatórios parciais e finais dos planos e tomar conhecimento do seu conteúdo;

- Participar das oficinas e audiências públicas previstas, relativas às etapas 2, 3, 4 e 5;

A composição das Equipes de Acompanhamento está indicada no Capítulo 1.OFICINAS DE ENGAJAMENTO do Relatório de Atividades 01 (RA-01).

Além dos atores municipais que compõem a Equipe de Acompanhamento, serão convidados para os eventos participativos:

- Representantes da academia;
- Representantes de organizações não governamentais atuantes na região;
- Representantes de observatórios;
- Representante do Programa de Cidades do Pacto Global da ONU;
- Representantes do Ministério Público;
- Conselhos de Classe;
- Federações, agências de desenvolvimento; associações, dentre outros.

Esses representantes estão identificados no ANEXO V – LISTA DE CONTATOS. Sua participação nos eventos participativos tem o intuito de fortalecer a discussão local e consequentemente aperfeiçoar a discussão sobre o território regional.

1.2.3 Executor

O CONSÓRCIO LITORAL SUSTENTÁVEL é composta pelas empresas a seguir:

- BARCELONA BRASIL GROUP CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. (Líder)
  São Paulo/SP (Brasil)
- QUANTA CONSULTORIA LTDA.
  Fortaleza/CE (Brasil)
- MCRIT S. L.
  Barcelona (Espanha)
- HIDRIA CIÊNCIA AMBIENTE Y DESSAROLLO S.L.
  Barcelona (Espanha)

1.3 ETAPAS E PRODUTOS

O PDS Litoral está subdividido em 5 etapas de trabalho, cada qual com suas respectivas sub etapas, e prevê a elaboração de 13 produtos:

ETAPAS E PRODUTOS

ETAPA	SUB ETAPA	PRODUTO
01	**PLANO DE TRABALHO**	
	Reunião Técnica 01	P01 Plano de Trabalho Inicial (PTI)
	Oficinas de Engajamento	P02 Relatório de Atividades (RA 01)
	Audiência Pública de Engajamento	P03 Plano de Trabalho Final (PTF)
02	**CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO**	
	Reunião Técnica 02	P04 Relatório de Contextualização Inicial (RCI)
	Oficinas de Contextualização	P05 Relatório de Atividades (RA 02)
	Audiência Pública de Contextualização	P06 Relatório de Contextualização Final (RCF)
03	**CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS E VISÃO DE FUTURO**	
	Reunião Técnica 03	P07 Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI)
	Oficinas de Construção de Cenários e Visão de Futuro	P08 Relatório de Atividades (RA 03)
	Audiência Pública de Constr. de Cenários e Visão de Futuro	P09 Relatório de Construção de Cenários Final (RCCF)
04	**ESTRATÉGIAS DE AÇÃO**	
	Reunião Técnica 04	P10 Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI)
	Oficinas do Plano de Ação	P11 Relatório de Atividades (RA 04)
	Audiência Pública do Plano de Ação	P12 Relatório do Plano de Ação Final (RPAF)
05	**CONFERÊNCIA REGIONAL**	
	Conferência Regional	P13 Documento Final

1.4 PRAZOS

O prazo previsto pelo Termo de Referência (TR) para a realização dos trabalhos é de 12 (doze meses), conforme o cronograma sintético apresentado a seguir (ver cronograma semanal detalhado no item 2.6). O início dos trabalhos é em 22 de janeiro de 2018.

CRONOGRAMA SINTÉTICO

22/01/2018 — 22/01/2019

	RELAÇÃO DAS ATIVIDADES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	PLANO DE TRABALHO												
	Elaboração do Plano de Trabalho Inicial (PTI) e reunião técnica 1												
	Plano de Trabalho Consolidado e oficinas públicas de engajamento (RA 01)												
	Audiência pública de engajamento e entrega do Plano de Trabalho Final (PTF)												
2	CONTEXTUALIZAÇÃO												
	Elaboração de Relatório de Contextualização Inicial (RCI) e reunião técnica 2												
	Relatório de Contextualização Consolidado e oficinas públicas de contextualização (RA 02)												
	Audiência pública de contextualização e entrega do Relatório de Contextualização Final (RCF)												
3	CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS E VISÃO DE FUTURO												
	Elaboração do Relatório de Construção de Cenários e Visão de Futuro Inicial (RCCI) e reunião técnica 3												
	Relatório de Construção de Cenários Consolidado e oficinas públicas de construção de cenários e visão de futuro (RA 03)												
	Audiência pública de construção de cenários e visão de futuro e entrega do Relatório Final (RCCF)												
4	PLANO DE AÇÃO												
	Elaboração do Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI) e reunião técnica 4												
	Relatório do Plano de Ação Consolidado e oficinas públicas do plano de ação (RA 04)												
	Audiência pública do plano de ação e entrega do Relatório do Plano de Ação Final (RPAF)												
5	CONFERÊNCIA REGIONAL												
	Elaboração do documento final do Plano												
	Realização da conferência regional												

1.5 REALIZAÇÃO DOS EVENTOS

As oficinas, audiências públicas e conferência regional previstas durante o processo de elaboração do PDS Litoral, num total de pelo menos 29 eventos participativos, serão realizados nos municípios indicados na tabela a seguir e no cronograma semanal (item 2.6): A esses eventos somam-se as 4 reuniões técnicas previstas com a Equipe Técnica Intersecretarial (ETI), também indicadas no cronograma semanal.

Para a etapa correspondente à elaboração do Plano de Trabalho (Etapa 1) foi realizada pelo menos uma Oficina de Engajamento em cada um dos 7 municípios que compõem a região. Com o intuito de promover a discussão de temas de interesse regional e os de comum interesse entre os municípios, prevê-se, para a realização das oficinas participativas das etapas subsequentes, o agrupamento de municípios que tenham afinidades relacionadas à sua inserção no território, de ocupação urbana e principais atividades econômicas. As audiências públicas seriam realizadas de acordo com o mesmo agrupamento, como segue:

- Grupo 1: Antonina, Guaraqueçaba e Morretes;
- Grupo 2: Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná;
- Grupo 3: Paranaguá.

Para a primeira etapa está prevista a realização de uma audiência pública em cada um dos 7 municípios.

PROGRAMAÇÃO DOS EVENTOS

ETAPA	EVENTO	QUANT.	MUNICÍPIO
ETAPA 1	Oficinas do Plano de Trabalho	7	Antonina Guaraqueçaba Guaratuba Matinhos Morretes Paranaguá Pontal do Paraná
	Audiências Públicas de Engajamento	7	Antonina Guaraqueçaba Guaratuba Matinhos Morretes Paranaguá Pontal do Paraná
ETAPA 2	Oficinas de Contextualização	3	**Antonina** Guaraqueçaba Morretes
			Guaratuba Matinhos Pontal do Paraná
			Paranaguá
	Audiências Públicas de Contextualização	3	**Antonina** Guaraqueçaba Morretes
			Guaratuba Matinhos Pontal do Paraná
			Paranaguá
ETAPA 3	Oficinas de Construção de Cenários	3	Antonina **Guaraqueçaba** Morretes
			Guaratuba **Matinhos** Pontal do Paraná
			Paranaguá
	Audiências Públicas de Construção de Cenários	3	Antonina **Guaraqueçaba** Morretes
			Guaratuba **Matinhos** Pontal do Paraná
			Paranaguá
ETAPA 4	Oficinas de Plano de Ação	3	Antonina Guaraqueçaba **Morretes**
			Guaratuba Matinhos **Pontal do Paraná**
			Paranaguá
	Audiências Públicas de Plano de Ação	3	Antonina Guaraqueçaba **Morretes**
			Guaratuba Matinhos **Pontal do Paraná**
			Paranaguá
ETAPA 5	Conferência Regional	1	**Paranaguá**

(1) Local do evento indicado em negrito

1.6 METODOLOGIA

Os principais procedimentos metodológicos adotados que permitem a execução dos serviços que compõem a elaboração do PDS Litoral serão apresentados nas diversas etapas e atividades descritos no Item 2 – DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS.

Todas as atividades serão executadas observando-se o exigido no Termo de Referência, bem como os regulamentos referentes aos órgãos de fiscalização e controle e as normas em vigor. A elaboração do PDS Litoral atenderá o preconizado pelo Ministério da Integração Nacional atendendo à elaboração de planos regionais, além das indicações contidas no Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE do Litoral do Paraná (2013), contendo informações ambientais e socioeconômicas para planejar a ocupação racional e o uso sustentável dos recursos naturais.

As audiências públicas seguirão a regulamentação federal, estadual e municipal, inclusive do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e do Conselho Nacional das Cidades, da Lei nº 9.427/1996 e Lei nº 9.478/1997, preservando-se o princípio da publicidade, com divulgação de todos os atos e documentos da participação, com possibilidade de intervenção dos participantes, por intermédio de questionamentos ou colaborações orais e escritas, bem como a apresentação de pareceres, manifestações e moções anteriores, durante ou posteriores às audiências. Em todas as oficinas e audiências públicas recomenda-se haver a participação de gestores e representantes de unidades de conservação estadual e federal. A metodologia de participação deverá respeitar também a Resolução nº 25, de 18 de março de 2005, do Conselho Nacional das Cidades, que emite orientações e recomendações sobre a garantia do processo participativo.

Além do detalhamento das diretrizes metodológicas para cada fase de trabalho do projeto, será considerada mais uma etapa de mobilização das equipes e coordenação gerencial visando ao estabelecimento das questões relativas à logística e organização dos trabalhos.

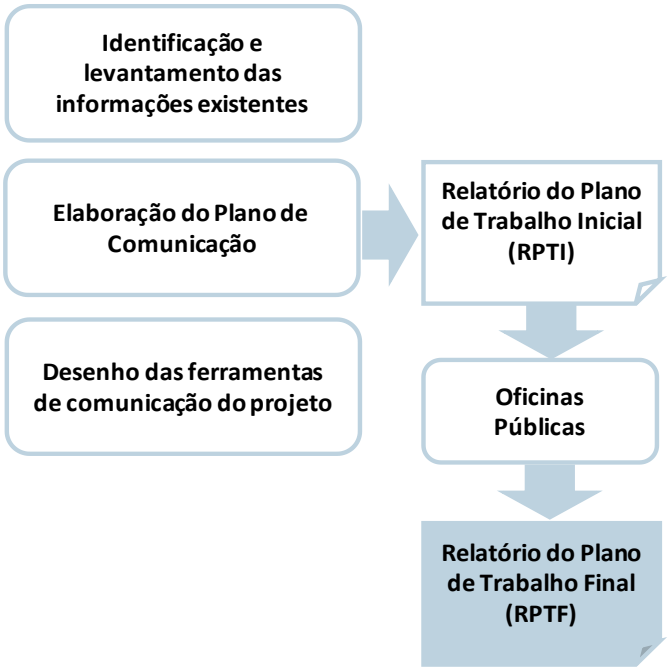
2. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Neste capítulo são apresentadas as atividades principais dos serviços, agrupadas por etapa de trabalho, seu conteúdo e duração, fases e relações entre si, a metodologia adotada, marcos (incluindo as aprovações provisórias do Contratante) e os momentos de entrega dos produtos (ver cronograma semanal no item 2.6).

As atividades consideradas nesta descrição são as relacionadas ao Termo de Referência e outras não explicitadas diretamente, mas que são de fundamental importância para alcançar os objetivos preconizados.

2.1 ETAPA 1: PLANO DE TRABALHO

Essa etapa trata da formulação dos planos iniciais de atuação dos diversos atores envolvidos e da Consultoria, e estabelecimento das bases organizacionais que regerão os serviços e atividades relacionadas à elaboração do Plano de Trabalho, incluindo as ferramentas e Plano de Comunicação do projeto como indicados a seguir.



Nesta etapa estão também estabelecidas as atividades relativas ao levantamento das informações existentes. As atividades a serem desenvolvidas nessa fase, sintetizadas no quadro a seguir e descritas nos itens subsequentes, visam a elaboração e entrega dos seguintes produtos:

- Produto 01: Plano de Trabalho Inicial (PTI)
- Produto 02: Relatório de Atividades (RA 01)
- Produto 03: Plano de Trabalho Final (PTF)

PLANO DE TRABALHO

ATIV.	ITEM	RESPONSÁVEL
101	Identificação e levantamento das informações existentes	ETI/Consultoria
102	Desenho das ferramentas de comunicação do projeto	Consultoria
103	Elaboração do Plano de Comunicação	Consultoria
104	Elaboração do Plano de Trabalho Inicial (PTI)	Consultoria
105	Realização da Reunião Técnica 01	ETI / Consultoria
106	Disponibilização do Plano de Trabalho Inicial (PTI)	Consultoria
107	Realização das Oficinas de Engajamento	ETI / Consultoria / Atores locais
108	Audiência Pública de Engajamento	ETI / EA / Consultoria / População
109	Validação do Plano de Trabalho Final (PTF)	Consultoria

2.1.1 Atividades

2.1.1.1 Atividade 101: Identificação e Levantamento das Informações Existentes

O levantamento e organização das informações, pesquisas, estudos, projetos e planos existentes visa à obtenção de uma base de dados atualizada do contexto de atuação e propostas de desenvolvimento existentes na área abrangente do projeto. O Termo de Referência identifica um conjunto de planos, programas, projetos e estudos a serem considerados na elaboração do Plano. Do ponto de vista metodológico, esta fase deverá considerar:

- A seleção prévia das fontes, considerando a relevância das mesmas;
- A seleção dos dados mais relevantes para o trabalho;

- A organização e sistematização digital das informações, com a compilação das informações principais de cada documento – título do documento, instituição ou autor, ano de publicação;

As informações coletadas serão incluídas em um sistema repositório on-line para publicação das informações coletadas na pesquisa, e estarão disponíveis durante todo o tempo de elaboração do PDS Litoral. A base documental é desenvolvida em uma plataforma Joomla, sistema de gestão de conteúdo disponibilizado via web, que permite o acesso e as atualizações totalmente on-line. Essas informações estarão disponíveis no site do PDS Litoral (www.pdslitoral.com).

O sistema de informação será constituído por uma base de dados socioculturais, econômicos, ambientais e territoriais desenvolvidas em pesquisas anteriores, com foco no conhecimento das empresas públicas e privadas existentes, dos distintos setores, e nas características dos turistas.

O resultado dessa atividade está apresentado no ANEXO I – IDENTIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EXISTENTES.

Aspectos metodológicos

O levantamento das informações existentes em relação aos planos, pesquisas, estudos e projetos na área de abrangência do Plano permite identificar lições aprendidas decorrentes de iniciativas anteriores que serão tomadas em conta na definição de projetos pelos programas operacionais do PDS Litoral.

A atividade de levantamento e organização de informações sobre iniciativas já existentes ou propostas na região visa garantir a coordenação do Plano em relação aos demais planos e programas de desenvolvimento regional e local estabelecidos pelas instituições competentes na região do Litoral, evitando a duplicação de esforços e assegurando o alinhamento dos resultados do Plano com as iniciativas de planejamento e desenvolvimento já realizados ou existentes na área de abrangência.

Além disso, o levantamento de informações também visa orientar o escopo e conteúdo das pesquisas primarias que deverão ser consideradas para complementar as análises e estudos existentes que deverão ser consideradas na elaboração do Plano de Trabalho.

2.1.1.2 Atividade 102: Desenho das Ferramentas de Comunicação do Projeto

A criação da imagem do projeto é um elemento crítico para a necessária e prévia informação aos empresários e agentes que serão abordados pelos pesquisadores de campo, de modo a criar facilidades e a evitar resistências em relação ao trabalho a ser desenvolvido. Para tanto, serão criadas duas ferramentas de comunicação: o site do projeto e a logomarca (ver Item 3). A criação e desenvolvimento da logomarca e da identidade visual própria do projeto, previamente aprovada pela Equipe Técnica Intersecretarial (ETI) e Equipe de Acompanhamento (EA), será aplicada em todas as peças e instrumentos utilizados para fins de comunicação do projeto.

A segunda ferramenta de comunicação é o site do projeto, em um sistema repositório on-line (em formato Joomla, plataforma interoperativa e livre de restrições comerciais). Além das informações para as consultas e audiências locais previstas no marco do projeto, o site conterá as informações, relatórios e pesquisas que sejam consideradas relevantes ou estratégicas para o projeto, sendo um ponto de informação de referência sobre o Litoral do Paraná.

Aspectos Metodológicos

O processo de desenvolvimento regional é a soma de um conjunto de investimentos e esforços da administração pública, do setor privado e da sociedade civil organizada. Isso exige uma articulação entre todos os atores participantes do Plano. Para isso, é necessário que as pessoas da comunidade local e das instituições de referência tenham conhecimento sobre o que está acontecendo e da importância do Plano, com o intuito do seu envolvimento nas atividades de planejamento e participação local previstas.

A imagem possui uma grande influência na sociedade atual. Tudo que passa pela visão (formas, cores, texturas) tem a função de comunicar algo. É uma comunicação sensível que vai além, muitas vezes, da própria capacidade racional de decodificação de mensagens. Traz em si uma série de elementos cognitivos que são processados instantaneamente na mente das pessoas, fazendo associações imediatas entre formas e "sentimentos". Para tanto, propõe-se a criação de duas ferramentas de comunicação: o site do Plano e a logomarca ou imagem do Plano.

2.1.1.3 Atividade 103: Elaboração do Plano de Comunicação

A elaboração do Plano de Comunicação do projeto (ver Item 3) contempla os seguintes itens:

a) Definição de metodologia, canais e atividades do Plano de Comunicação levando em consideração os seguintes itens:

I. Metodologia das atividades de comunicação, voltadas a oficinal locais e audiências públicas para uma participação contínua ao longo do projeto.

II. Definição dos grupos alvo.

III. Detalhamento das ações, estabelecendo:

- Veículos e canais de comunicação;
- Foco geral dos conteúdos;
- Princípios e diretrizes;
- Público alvo;
- Tipologia de temas prioritários.

IV. Planejamento e fluxograma detalhado.

b) Início da construção do diretório de agentes e instituições locais que devem ser envolvidas no processo de elaboração do PDS Litoral, incluindo instituições governamentais (federal, estadual, municipais), sociedade civil, academia, terceiro setor e empreendedores, que deverão participar das reuniões, oficinas e audiências

públicas. A confirmação do diretório de agentes e instituições locais será possível após as oficinas de engajamento, portanto estará presente no relatório da Etapa 2 (ver ANEXO III – LISTA DE CONTATOS).

Aspectos metodológicos

A comunicação/participação social consiste em um instrumento democrático que estimula o exercício da cidadania participativa e tem como objetivo aumentar a efetividade das políticas de governo e diminuir a ineficiência da administração pública, ou seja, por meio de medidas de descentralização de opiniões, de compartilhamento de responsabilidades, de criação e ampliação dos canais que favoreçam a transparência e a disponibilização de informações, tem-se garantia de que as políticas públicas que serão empregadas de fato atenderão às demandas prioritárias da sociedade.

A dimensão da comunicação é essencial na construção do PDS Litoral. A mobilização dos diversos públicos envolvidos no processo participativo, a ampliação do debate público sobre as suas propostas, a divulgação do documento resultante e a valorização do planejamento a partir da perspectiva regional exigirão um esforço continuado e amplo de comunicação.

A comunicação do PDS Litoral vai enfatizar os seguintes valores:

- Participação: será preciso mobilizar e motivar os diferentes grupos e instituições convidadas a contribuir para a formulação do Plano;
- Transparência na gestão pública, através da difusão de forma clara e acessível às etapas e resultados;
- Construção da memória e identidade da região, tanto pela difusão de informações e ampliação do debate sobre desafios, práticas e objetivos comuns desta região, quanto pela escuta dos seus cidadãos;
- A importância do planejamento integrado, essencial para o desenvolvimento harmônico da região.

DESAFIOS

- Mobilizar, em parceria com a equipe de participação do Consórcio, os vários públicos envolvidos em reuniões técnicas, oficinas, audiências públicas e conferência regional;
- Garantir que as várias instituições, órgãos, especialistas e participantes envolvidos nos debates do Plano acompanhem as suas atividades e recebam suas conclusões de forma clara e regular;
- Comunicar à população a existência do Plano e suas principais conclusões, enfatizando a sua dimensão participativa;
- Produzir, organizar e disponibilizar documentos, vídeos, fotos e textos que formarão a memória do Plano;
- Difundir perspectivas variadas sobre a região, através da gravação e divulgação de depoimentos de participantes do Plano e da população litorânea.

ESTRATÉGIA

A comunicação do Plano será um esforço integrado em várias frentes, a saber:

Elementos da estratégia para o Plano de Comunicação e Participação Social	
Veículos	Mídias sociais (*facebook, instagram, twitter, youtube* – importante dar destaque especial para equipamentos móveis de comunicação), meios de comunicação tradicionais (rádio, jornal e TV), centros de informação, mecanismos de consulta (urnas), e jornais e rádios locais, ouvidoria, quiosques, encontro com públicos específicos (gestores municipais, jornalistas, redes de cooperação, etc.) audiências públicas, site institucional; *blogs interativos, webdoc* (vídeos curtos com linguagem de difusão e visibilidade, inclusive, com participação e elaboração de pessoas das comunidades retratando seus temas mais caros dentro das possiblidades de atuação regional); dentre outros.
Foco geral dos conteúdos	Mapeamento e sistematização das recomendações reunidas dos eventos promovidos no âmbito do Plano e de documentos existentes e disponíveis.
Princípios e diretrizes	Fortalecimento da cultura regional, sistematização das contribuições recolhidas e promoção de canais de interação.
Públicos-alvo	Prioritariamente: gestores públicos (municipais da região e estaduais); acadêmicos, sociedade civil e organizações privadas. Complementarmente: população em geral.
Tipologia de temas prioritários	Os temas debatidos devem seguir uma estratégia propositiva orientada pelos temas prioritários apontados pelo TR, mas com a flexibilidade necessária para assimilar as demandas dos atores locais.

Mídia Digital

O atual contexto em que a informação é pulverizada e consumida prioritariamente através de redes sociais exige que o Plano dê ênfase aos meios digitais, como forma mais eficiente de divulgação, especialmente para públicos segmentados e organizados territorialmente. A estratégia digital será baseada na organização e difusão das informações através de website e produção intensa de conteúdo especialmente desenvolvido para redes sociais. Mais do que apenas um site institucional, o site será um canal de informação sobre a Região do Litoral Paranaense, agregando dados e pesquisas sobre este território. Também serão disponibilizados textos dos consultores, atas de reuniões e depoimentos em vídeo dos participantes do Plano e de cidadãos.

Já os perfis do Plano nas redes sociais – a princípio, Facebook, Twitter e Youtube, inicialmente – serão canais de difusão de eventos e informações, capazes de estimular

a conversa entre os internautas. Gráficos apresentados de forma atraente, vídeos, fotografias, enquetes, links para reportagens serão alguns desses conteúdos.

Mídia Convencional

A estratégia de imprensa incluirá um esforço para sensibilizar iniciativas locais de comunicação nos 7 municípios: rádios e TVs comunitárias, jornais locais, sites, páginas em redes sociais, tanto através do envio regular de informações como de encontros destes comunicadores alternativos com a equipe do Plano. Os grandes jornais, emissoras de rádio e TV também receberão um fluxo regular de informações e, de acordo com os calendários de eventos e o desenvolvimento do Plano, serão acionados para cobertura de eventos, pautas exclusivas sobre temas da região, artigos e entrevistas. As demandas de assessoria de imprensa serão atendidas em parceria com a equipe do Contratante.

Newsletter

Divulgação dos conteúdos postados no site e nas redes sociais através de newsletters enviadas regularmente para mailing qualificado. Também serão pensados informes para mobilização especial dos diversos grupos envolvidos no processo de discussão do Plano. Estes terão reforçado o seu compromisso com o debate regional através do envio de textos e informações exclusivas.

Outras Ferramentas

Investimento, de acordo com a agenda de eventos, em ferramentas de divulgação adequadas a cada território, como faixas e carros de som.

Produtos e Ferramentas

- Nome fantasia e identidade visual, capazes de comunicar de maneira direta e instigante os principais conteúdos do Plano;
- Apresentação institucional dinâmica e motivacional;
- Backdrop desmontável para eventos e atividades itinerantes;

- Website: concentrará as informações do processo – notícias, eventos, relatoria de reuniões, além de dar acesso aos perfis nas redes sociais e dar visibilidade ao caráter participativo, com depoimentos de integrantes dos debates do Plano e da população. Também terá uma área com todos os documentos de referência – estudos, pesquisas, mapas, etc. – sobre a região do Litoral Paranaense, tornando-se assim fonte de informação para a imprensa e público em geral;
- Desenvolvimento de plataforma adequada para acesso do site por celular;
- Páginas em redes sociais: páginas e perfis no Facebook, Twitter, Instagram e Youtube, com conteúdo especialmente formatado para essas plataformas, atraente e acessível. Infográficos, vídeos, fotos sobre o Plano e sobre a Região. A partir dessas páginas, será feito esforço de mobilização e interação com o público em geral e com organizações, formadores de opinião e articuladores comunitários atuantes;
- Mapeamento dos seguintes públicos, para organização de iniciativas de comunicação: iniciativas locais de comunicação; comunicadores dos órgãos, grupos e instituições integrantes do processo de formulação do Plano; perfis de redes sociais relacionados aos municípios da região;
- Newsletter, convites e avisos especiais, enviados regularmente para grupos como jornalistas, comunicadores e integrantes de órgãos do setor público, sociedade civil, setor privado, órgãos internacionais, academia e coletivos;
- Folder com apresentação sintética do Plano, dados sobre a região e canais de difusão (site, redes) para distribuição nos eventos;
- Série de vídeos com depoimento dos participantes das reuniões do Plano e de cidadão;
- Relatórios ‘Visão de Futuro’ e ‘Relatório Final do Plano'.

Atividades Estruturais

- Seleção e contratação de equipe;
- Criação de nome fantasia e identidade visual;

- Entrevistas/encontros com consultores e equipe do Plano para reunião de subsídios e referências;
- Identificação de públicos-alvo, com base na estratégia de participação;
- Mapeamento de iniciativas de comunicação locais;
- Levantamento de perfis e páginas relacionadas a territórios no Facebook e em outras redes para elaboração de estratégia detalhada de comunicação digital;
- Levantamento de perfis e páginas relacionadas a organizações regionais e órgãos relacionados aos eixos do Plano no Facebook e em outras redes para elaboração de estratégia detalhada de comunicação digital;
- Criação de perfis nas redes sociais e implantação de estratégia digital;
- Produção de banco de dados para e-mail marketing;
- Arquitetura, desenvolvimento, produção de conteúdo e publicação de website;
- Produção de folder sobre projeto;
- Produção de layouts básicos para apresentações, convites e relatórios, de acordo com identidade visual;
- Produção de relatórios finais.

Atividades Regulares

- Encontros de formuladores do Plano com comunicadores dos municípios da região litorânea, visando o estabelecimento de parceria para difusão regular de informações sobre iniciativas no território;
- Sensibilização de comunicadores de órgãos do setor público, sociedade civil, setor privado, órgãos internacionais, academia e coletivos para a troca de informações e sensibilização sobre a importância da difusão do Plano nas suas plataformas de comunicação;
- Atividades em praças e escolas para escuta dos cidadãos sobre desafios da metrópole e gravação de vídeos;
- Produção de releases sobre os eventos;
- Divulgação de eventos para veículos de comunicação;

- Cobertura de texto, vídeo e foto de eventos e encontros;
- Produção de vídeos para difusão em redes sociais;
- Produção de fotos, gráficos e outros conteúdos exclusivos para postagem nas redes sociais;
- Mobilização dos diversos públicos para participação através das redes sociais, com enquetes e postagens incentivando a livre manifestação da população;
- Monitoramento dos comentários nas redes sociais e relacionamento com o público através desses canais; melhores contribuições podem ser copiadas no site;
- Alimentação do site com o conteúdo produzido pela equipe de comunicação e pelas demais equipes envolvidas no Plano;
- Envio de newsletters com os conteúdos relacionados ao Plano para mailing qualificado;
- Envio de convites;
- Suporte ao Contratante no atendimento a demandas da imprensa.

2.1.1.4 Atividade 104: Elaboração do Plano de Trabalho Inicial (PTI)

A elaboração do Plano de Trabalho visa ao norteamento do projeto, contendo o planejamento de todas as ações previstas e prazos de entrega estabelecidos em alinhamento com as orientações do Termo de Referência, contendo no mínimo os seguintes elementos:

I. Definição de etapas e atividades a serem realizadas;
II. Definição geral de metodologias, técnicas e instrumentos a serem utilizados nos trabalhos, de acordo com as etapas e/ou atividades;
III. Apresentação de aspectos críticos do projeto;
IV. Definição de organograma por etapas/atividades;
V. Definição de sistema de engajamento da Equipe Técnica Intersecretarial (ETI) e da Equipe de Acompanhamento (EA) nas atividades;

VI. Elaboração de plano de comunicação participativa do projeto;

VII. Definição de cronograma de execução e fluxos detalhados;

VIII. Informe metodológico detalhando a metodologia proposta par consecução dos resultados esperados pelo projeto, permitindo assegurar que este aspecto será trabalhado de maneira adequada;

IX. Atas das reuniões realizadas;

X. Lista prévia das diversas entidades que participarão das Oficinas de Engajamento.

Os itens acima relacionados permeiam este documento, à exceção da apresentação de aspectos críticos do projeto (Item III), dos quais relacionamos os que merecem maior atenção:

- Cronograma previsto: o prazo previsto para a elaboração do PDS Litoral, de 12 meses, poderá, se houver imprevistos, ser insuficiente para a realização de todas as tarefas previstas no Termo de Referência do Plano.
- A elaboração do Plano atravessará um período eleitoral que poderá resultar em interinfluencias nas ações públicas em curso, pela possibilidade de vir a constituir um componente adicional no debate do Plano.
- Algumas ações e investimentos em infraestrutura e logística propostos para o Litoral Paranaense, tanto públicos como privados, encontram forte resistência por parte de setores e organizações voltadas à proteção do meio ambiente, o que poderá resultar em processos mais alongados de discussão na construção de propostas de consenso.

2.1.1.5 Atividade 105: Realização da Reunião Técnica 01

O Plano de Trabalho Inicial (PTI) será encaminhado por meio eletrônico à Equipe Técnica Intersecretarial (ETI), para a análise do relatório, com prazo previsto de 7 (sete) dias corridos. Após esse período se realizará a Reunião Técnica 01, entre a ETI e a Consultoria, na qual serão apresentadas pela ETI suas considerações e contribuições em relação ao

relatório. A Consultoria disporá do prazo de 7 (sete) dias corridos para a realização dos ajustes necessários, e ao final desse período encaminhará à ETI o relatório revisado para sua validação.

A realização dessas atividades compreendeu o período de 27/02 a 14/03.

2.1.1.6 Atividade 106: Disponibilização do Plano de Trabalho Inicial (PTI)

O **Produto 01 – Plano de Trabalho Inicial (PTI)** será disponibilizado para consulta pública através da internet, junto com o material elaborado como informação para consultas públicas, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data de realização das Oficinas de Engajamento.

PRODUTO 01 Plano de Trabalho Inicial (PTI)	Deverá conter: ▪ Ata da Reunião Técnica 01; ▪ Lista prévia das diversas entidades que participarão das oficinas de engajamento.

2.1.1.7 Atividade 107: Realização das Oficinas de Engajamento

As Oficinas de Engajamento são encontros abertos à comunidade, com a presença da ETI e da Consultoria, realizados em cada um dos 7 (sete) municípios integrantes da área de abrangência do PDS Litoral com atores sociais locais de maior representatividade e de comunidades tradicionais e têm como objetivo o engajamento e recebimento de contribuições ao Plano, garantindo a participação e contribuição dos diversos atores na sua construção. Será apresentado e discutido o Plano de Trabalho Inicial (PTI) e serão definidos os representantes locais que irão compor a Equipe de Acompanhamento (EA). A metodologia a ser utilizada para a realização das oficinas está detalhada no item 2.7.1.1.

A pauta prevista para as Oficinas de Engajamento, que têm duração prevista de 3 (três) horas, consiste em:

- Abertura da oficina pela Equipe Técnica Intersecretarial (ETI);

- Apresentação do Plano de Trabalho Inicial pela Consultoria;
- Discussão e acolhimento de contribuições (equipe de mediação);
- Formação da Equipe de Acompanhamento (equipe de mediação);
- Considerações finais e encerramento da oficina pela ETI.

Para cada Oficina de Engajamento será elaborada uma ata que será submetida à apreciação da respectiva Equipe de Acompanhamento visando a realização de ajustes, se houver.

Após a realização das Oficinas de Engajamento a Consultoria atualizará o PTI com as contribuições advindas das oficinas, resultando no Plano de Trabalho Consolidado, que contará ainda com a definição do local e listagem prévia dos participantes da Audiência Pública de Engajamento.

Além do Plano de Trabalho Consolidado, o Relatório de Atividades (RA 01) conterá, pelo menos, as seguintes informações relacionadas às oficinas de engajamento:

- Lista de presença, contendo nomes, instituição e informações de contato;
- Ata da reunião que contenha a transcrição das contribuições de cada município;
- Relatórios fotográficos;
- Relatórios e entrevistas em vídeo;
- Lista dos integrantes da Equipe de Acompanhamento;
- Outras informações pertinentes.

Participantes

I. ETI – Equipe Técnica Intersecretarial
II. EA – Equipe de Acompanhamento – a ser composta durante a realização das oficinas
III. Consultoria
IV. Comunidade local e atores regionais (ver ANEXO V – LISTA DE CONTATOS)

Locais

EVENTO	DATA	LOCAL
Oficina Participativa de Pontal do Paraná	18/04	Pontal do Paraná
Oficina Participativa de Matinhos	18/04	Matinhos
Oficina Participativa de Guaratuba	17/04	Guaratuba
Oficina Participativa de Paranaguá	03/04 e 05/04	Paranaguá
Oficina Participativa de Morretes	04/04 e 17/04	Morretes
Oficina Participativa de Antonina	26/04	Antonina
Oficina Participativa de Guaraqueçaba	05/04	Guaraqueçaba

O **Produto 02 – Relatório de Atividades (RA 01)** será analisado pela ETI em até 07 (sete) dias e o retornará à Consultoria para os devidos ajustes, se necessário, que por sua vez terá um prazo de até 07 (sete) dias para reapresenta-lo. Uma vez aprovado pela ETI, todo material elaborado será disponibilizado para consulta pública através da internet, ao menos 15 (quinze) dias antes da realização das Audiências Públicas de Engajamento.

PRODUTO 02 Relatório de Atividades 01 (RA 01)	De cada uma das oficinas de engajamento: ▪ Lista de presença contendo nomes, instituição e informações de contato; ▪ Ata da reunião que contenha a transcrição das contribuições de cada município; ▪ Relatórios fotográficos; ▪ Relatórios e entrevistas em vídeo; ▪ Lista dos integrantes das Equipes de Acompanhamento (EA); ▪ Outras informações pertinentes. Plano de Trabalho Consolidado: ▪ Plano de Trabalho avaliado e compilado com as contribuições das oficinas de engajamento; ▪ Definição do local e listagem prévia dos participantes da Audiência Pública Inicial.

2.1.1.8 Atividade 108: Audiência Pública de Engajamento

As Audiências Públicas de Engajamento serão realizadas nos 7 municípios do Litoral, e têm como propósito apresentar o Plano de Trabalho para a população, ouvir seus anseios e recolher as contribuições para a construção do Plano. A metodologia a ser utilizada para a realização das audiências públicas está detalhada no item 2.7.1.3

Participantes

I. ETI – Equipe Técnica Intersercretarial
II. EA – Equipe de Acompanhamento
III. Consultoria
IV. Comunidade local e atores regionais (ver anexo V – Lista de Contatos)

Locais

EVENTO	DATA	LOCAL
Antonina	11/06 a 22/06	Antonina
Guaraqueçaba	11/06 a 22/06	Guaraqueçaba
Guaratuba	11/06 a 22/06	Guaratuba
Matinhos	11/06 a 22/06	Matinhos
Audiência Pública 01	11/06 a 22/06	Morretes
Audiência Pública 02	11/06 a 22/06	Paranaguá
Audiência Pública 03	11/06 a 22/06	Pontal do Paraná

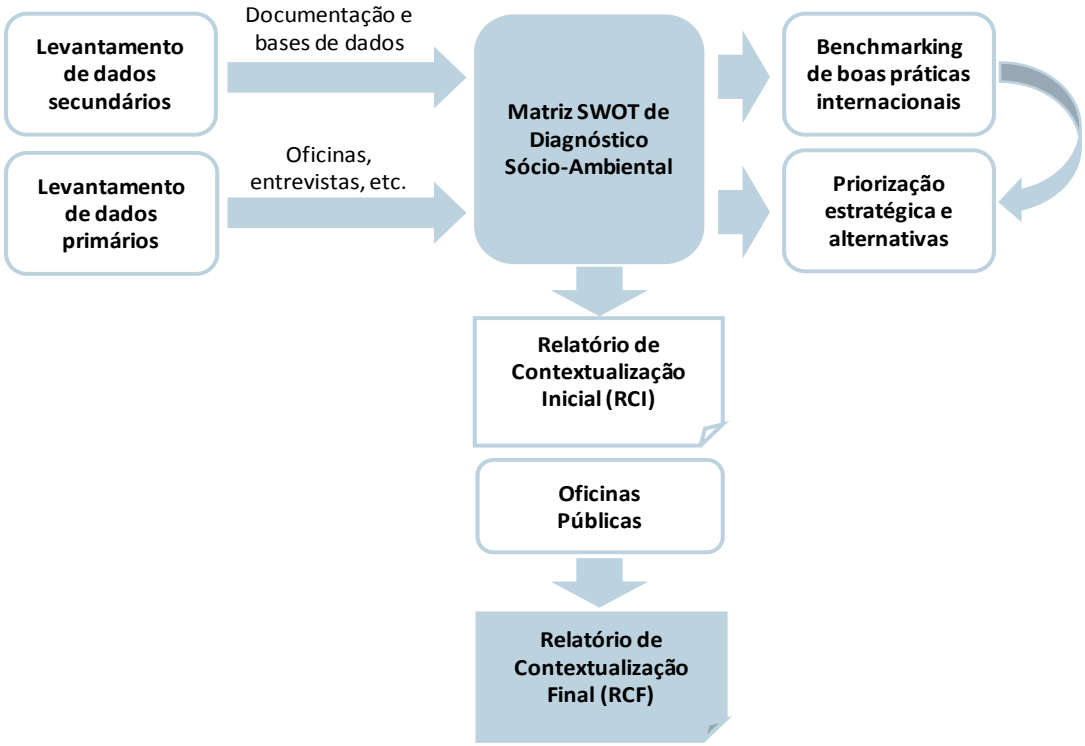
2.1.1.9 Atividade 109: Validação do Plano de Trabalho Final (PTF)

Após a realização das Audiências Públicas de Engajamento a Consultoria incorporará as contribuições pertinentes ao Plano de Trabalho, resultando na entrega do **Produto 03 – Plano de Trabalho Final (PTF)** que será analisado pela ETI em até 07 (sete) dias e o retornará à Consultoria para os devidos ajustes, se necessário, que por sua vez terá um prazo de até 07 (sete) dias para reapresenta-lo. Uma vez aprovado, a Consultoria deverá disponibilizar todo o material elaborado para consulta pública através da internet.

PRODUTO 03 Plano de Trabalho Final (PTF)	Consiste no documento resultante da: ▪ Compilação do Plano de Trabalho Inicial (PTI); ▪ Relatório de Atividades 01: Oficinas de Engajamento e Plano de Trabalho Consolidado (RA 01); ▪ Contribuições recebidas durante a Audiência Pública de Engajamento. Deverá conter um relato das contribuições e das presenças dos participantes durante a audiência pública.

2.2 ETAPA 2: CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO

Através da coleta e análise sistematizada da informação, esta etapa visa a elaboração de um diagnóstico orientado ao conhecimento e definição da situação de partida e as necessidades de desenvolvimento da área costeira, bem como a identificação das prioridades estratégicas definidas pelos instrumentos de participação existentes. Para tanto, esse segundo componente do Plano de Trabalho consta das seguintes ações:



Essa fase tem por objetivo conhecer a realidade da região compreendida pelo Plano. As atividades a serem desenvolvidas para tanto, sintetizadas no quadro a seguir e descritas nos itens subsequentes, visam a elaboração e entrega dos seguintes produtos:

- Produto 04: Relatório de Contextualização Inicial (RCI);
- Produto 05: Relatório de Atividade 02 (RA 02); e
- Produto 06: Relatório de Contextualização Final (RCF).

CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO

ATIV.	ITEM	RESPONSÁVEL
201	Levantamento e análise de dados secundários	Consultoria
202	Levantamento e análise de dados primários	Consultoria
203	Elaboração de mapas georreferenciados para interpretação dos dados	Consultoria
204	Elaboração de diagnóstico e da matriz FOFA	Consultoria
205	Elaboração de benchmark para identificação de boas práticas internacionais	Consultoria
206	Elaboração do Relatório de Contextualização Inicial (RCI)	Consultoria
207	Realização da Reunião Técnica 02	ETI / Consultoria
208	Disponibilização do Relatório de Contextualização Inicial (RCI)	Consultoria
209	Realização das Oficinas de Contextualização	ETI / EA / Consultoria / Atores locais
210	Audiência Pública de Contextualização	ETI / EA / Consultoria / População
211	Validação do Relatório de Contextualização Final (RCF)	Consultoria

2.2.1 Atividades

2.2.1.1 Atividade 201: Levantamento e Análise de Dados Secundários

A equipe de consultores recolherá as informações e realizará uma análise sistemática das fontes de consulta, identificando os fatores importantes que vão acondicionar o desenho do PDS Litoral. A coleta de dados sobre as áreas costeiras envolvidas será realizada envolvendo: (i) o meio sócio territorial e cultural; (ii) o meio ambiental e físico; (iii) as infraestruturas; (iv) o meio socioeconômico; e (v) o meio institucional. Cabe verificar, ademais, as lições aprendidas e a investigação da base legal relativa ao gerenciamento costeiro aos níveis estadual e municipal, identificando os planos, programas e projetos que se encontram em execução e previstos pelo Estado, ligados à zona costeira. Para tanto, serão revisados, entre outros, os instrumentos legais mencionados no item 4.5 do Marco Legal, do Termo de Referência do projeto.

Aspectos metodológicos

Para a realização do PDS Litoral, a Consultoria precisa de informações da atual situação territorial e de conhecimento para criar informações sobre a situação futura e, assim,

estimar de modo verossímil os impactos que terão as decisões, planos e projetos na área de abrangência do projeto. As informações podem ser quantitativas ou qualitativas, e em qualquer caso, um sistema de informação deve contar com um conjunto de dados a princípio dispersos. Isto permitirá conhecer as problemáticas, os riscos, as ameaças, as vulnerabilidades, como também os valores e as oportunidades atualmente existentes para o desenvolvimento sustentável da costa do Paraná e desenhar medidas adequadas para garantir o desenvolvimento de forma compatível com a conservação e a qualidade de vida das populações locais e elaborar os cenários prospectivos de evolução da situação.

A consulta de fontes de dados secundários será a principal fonte das informações que sustentarão a contextualização da Região Litorânea do Paraná. A compilação de dados secundários compreende a obtenção de dados primários que tenham sido transformados de forma que se encontram acessíveis através de bases de dados bibliográficas escritas ou digitais do âmbito acadêmico, científico, governamental ou de caráter privado, bem como projetos, planos e programas de desenvolvimento e gestão do território e dos recursos naturais e culturais aplicáveis ao âmbito do projeto.

Realizar-se-á o levantamento, a recolha, a atualização, a sistematização e a análise dos dados secundários (informações bibliográficas, normativas, iconográficas e cartográficas existentes) sobre a dinâmico ambiental e socioeconômica da área costeira. Deste modo, caberá inicialmente a pesquisa secundária das fontes disponibilizadas pelos parceiros já identificados no edital além de outros documentos que poderão dar suporte à Contextualização da Região do Litoral do Paraná, como detalhado a seguir:

a. O Meio Socioterritorial e Cultural

A coleta de informações sobre o meio socioterritorial se fará com base na literatura científica e informes técnicos existentes sobre a área de interesse, complementando-a com fotografias aéreas/satélite, ou sobre a base cartográfica disponível. Os aspectos sobre os quais se procurará informações no âmbito socioterritorial incluem: os padrões de uso e de ocupação do solo, a demografia e fluxos migratórios, as funções públicas de

interesse comum, as demandas de habitação, qualidade do uso e infraestruturas associadas, regulação da ocupação e questões fundiárias como as características e diagnósticos das diferentes categorias das áreas de ocupação e as ocupações irregulares, o nível de saúde, segurança e educação detalhada da população em cada um dos municípios da área de abrangência do planejamento, as atividades de esporte e lazer, bem como as atividades tradicionais, o patrimônio histórico, cultural e imaterial que caracterizam a região e as suas gentes.

O Estado do Paraná tem um vasto patrimônio cultural, histórico e arqueológico. Dentro dos 7 municípios que compõem a região do litoral paranaense, as cidades de Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba se destacam pelo conjunto de casario histórico, comunidades tradicionais, gastronomia, folclore e manifestações culturais, que fortalece o potencial turístico nesses municípios.

As informações coletadas serão organizadas numa base de dados digitalizada e analisada, identificando todos os aspectos a ser levados em conta na elaboração do PDS Litoral.

b. O Meio Ambiental e Físico

Na coleta de dados sobre o meio ambiental e físico se prestará especial atenção à biodiversidade de espécies ameaçadas, bem como espécies bioindicadoras da qualidade ambiental. Também será analisada, do ponto de vista físico, a influência de áreas protegidas na dinâmica costeira e as mudanças observadas. As características da geologia, a geomorfologia, a dinâmica costeira, a topografia, o clima, a edafologia, a batimetria, o estado e a evolução da cobertura dos diferentes ecossistemas marinhos e litorais no tempo, etc.

Se tentará localizar e documentar os fatores de fragmentação presentes derivados da ocupação costeira e usos turísticos, agropecuários e industriais nas áreas costeiras, e aspectos vinculados à qualidade da paisagem.

Também se atenderá à evolução das populações de espécies e recursos marinhos que são fonte de sustento e meio de vida para as comunidades locais e as relações existentes entre a abundância dos recursos e a conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos. Os dados serão obtidos fundamentalmente de fontes secundárias e poderão ser determinados indiretamente pela presença de ambientes ou ecossistemas que sustentam os diferentes grupos faunísticos. Além disso, a informação poderá ser verificada e atualizada através de amostragens diretas concretas e limitadas às áreas menos estudadas ou documentadas, podendo realizar amostragens com sistemas de pesca de baixo impacto.

Fora destes grupos serão avaliadas a presença de espécies emblemáticas de todos os grupos faunísticos (mastofauna, anurofauna, herpetofauna, avifauna, etc.), identificando as espécies presentes. Se atenderá especialmente as “espécies bandeira” que além do seu valor intrínseco têm um valor social, já que são capazes de estimular a sensibilização dos atores sociais com vistas à conservação.

Atender-se-á especificamente aos distintos tipos de ecossistemas marinhos e costeiros: manguezais, recifes, dunas, praias, ilhas, brejos, estuários e outros ambientes importantes do ponto de vista ecológico, as diferentes espécies de animais e vegetais presentes, e recursos naturais importantes ligados à sua conservação.

Prestar-se-á especial atenção aos aspectos ou critérios de referência a seguir:

- Realizar e sistematizar inventários de biodiversidade de flora e fauna que permitam ser atualizados no futuro e georreferenciados quando possível.
- Identificar o estado de conservação atual das espécies e ecossistemas mais relevantes.
- Documentar a existência de espécies ameaçadas, raras, singulares, endemismos e espécies exóticas potencialmente invasoras.
- Complementar os inventários, incluindo fotografias e o nome popular das espécies.

- Descrever e caracterizar os ecossistemas costeiros presentes na área de abrangência e identificar as principais ameaças para a sua conservação e os câmbios observados nos últimos anos, se for o caso.
- Documentar os aspectos relativos à biodiversidade e estado de conservação das áreas protegidas existentes na faixa costeira e a sua influência nas áreas adjacentes.
- Identificar os corredores ecológicos e potenciais áreas de expansão da proteção como áreas de amortecimento que sustentam os serviços dos ecossistemas e melhoram a conectividade do território.

c. As Infraestruturas

A coleta e análise de informação sobre as infraestruturas compreende a identificação e contextualização da infraestrutura logística e de mobilidade na região costeira do Paraná, incluindo: as infraestruturas de ferrovias, portos, aeroportos, rodovias, etc.), a infraestrutura urbana (saneamento, energia, equipamentos, serviços públicos, etc.), as áreas de risco, a proteção ambiental com relação ao impacto das infraestruturas, a proteção ambiental, social e urbanística.

A contextualização das infraestruturas visará especificamente a identificação das demandas e necessidades de novas infraestruturas que garantam a conectividade e fomentem o equilíbrio territorial. Especialmente analisar-se-ão as necessidades de infraestruturas para a melhora da movimentação das cargas, a comercialização de produtos (importações e exportações) e o estado de conservação e melhoras necessárias das vias, ferrovias, portos, aeroportos, rotas logísticas, mobilidade urbana e modernização e sustentabilidade do transporte e a integração com as novas tecnologias. A análise incluirá a identificação de oportunidades de cooperação público-privada para a modernização das infraestruturas e a aplicação das novas tecnologias para a optimização dos transportes e da mobilidade.

A determinação das necessidades de infraestruturas terá em conta as previsões de crescimento demográfico e cenários futuros de risco e aumento da vulnerabilidade e necessidades de resposta ante emergências.

d. O Meio Socioeconômico

Serão compilados dados relativos à dinâmica socioeconômica abrangendo os usos do solo e dos recursos naturais costeiros, a identificação de conflitos de uso e tipos de atividades desenvolvidas (turismo, pesca, atividade agropecuária, transportes marítimos e infraestruturas ligadas, desenvolvimento urbano, etc.).

Entre os diferentes aspectos relativos ao meio socioeconômico, serão identificadas e analisadas todas as atividades e usos de tipo humano e industrial mais relevantes para a conservação dos municípios da área costeira do Paraná. Entre outras atividades serão analisados os usos da terra na faixa costeira, as atividades agropecuárias, a ocupação do solo, a urbanização, e a atividade industrial. Na parte marinha serão especialmente relevantes as atividades pesqueiras, o turismo aquático e as atividades dos estaleiros.

Outros aspectos a documentar e avaliar incluirão dados relativos às populações e à evolução (crescimento) da população na costa, padrões de distribuição e densidade, etc.

Além disso serão analisados os conflitos existentes com a conservação e o uso do solo e dos recursos marinho-costeiros e o estado da fiscalização e seu cumprimento, determinando as ameaças existentes de tipo socioeconômico para o logro dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Sustentável.

Esta análise será realizada fundamentalmente por via documental e bibliográfica, empregando bases de dados e relatórios dos organismos oficiais, que poderão ser complementadas com informações obtidas em reuniões setoriais e as contribuições advindas dos eventos participativos, as oficinas e audiências públicas.

Na coleta de dados sobre o meio antrópico atender-se-á os seguintes aspectos:

- Registro de usos a atividades econômicas e análise das relações com a conservação e os recursos naturais costeiros.
- Levantamento de dados sobre os valores patrimoniais e culturais importantes para a conservação e a relação existente entre o patrimônio natural e cultural.
- Os dados serão referidos aos 7 municípios da região do litoral paranaense, que definem a faixa costeira do estado e a sua área de influência.
- Identificação e registro de dados sobre a organização institucional e a presença de associações sociais, com a presença de lideranças, movimentos comunitários, organizações de trabalhadores e outros de interesse.
- Documentação da influência da questão de gênero, o papel das mulheres nas atividades desenvolvidas na área costeira e as oportunidades para o envolvimento da mulher na conservação e no desenvolvimento sustentável.
- Conhecimento local sobre a conservação e os recursos naturais e as percepções sobre as áreas protegidas e as medidas levadas a cabo para a regulação dos usos atualmente existentes.

e. O Meio Institucional

A coleta de dados e documentação sobre os aspectos mencionados será completada com a consulta às bases de dados legais, incluindo uma pesquisa legal relativamente ao gerenciamento costeiro a nível municipal, estadual e nacional, identificando os planos, programas e projetos que se encontram em execução e os previstos, ligados ao litoral paranaense.

Serão consultados, entre outros, os seguintes instrumentos de planejamento:

- Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Paraná (PRDE).
- Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) dos municípios balneários, Ministério do Meio Ambiente (MMA).

- Projeto básico integrado de micro drenagem, macrodrenagem e controle da erosão marinha (2007).
- Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura, do Ministério de Pesca (2010).
- Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Turístico do Litoral do Paraná (2010).
- Estudos de Impacto Ambiental (EIA) dos diferentes empreendimentos instalados na região (2011).
- Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá (PDZPO) (2012).
- Resultados do Grupo de Trabalho para o Decreto 2647/2011 sobre o Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (2012).
- Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Litoral do Paraná (2013).
- Projetos Contra Risco e Desastres Naturais do Litoral do Paraná (2013) para o cumprimento do duto OLAPA, do Ministério Público Federal e Estadual, bem como os projetos e medidas socioambientais no Litoral do Paraná enviados pelos Municípios e pelo Estado.
- Projeto Executivo de Proteção da Orla de Matinhos (2013).
- Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM).
- Avaliações Ambientais Integradas e Estratégicas da Bacia Litorânea.
- Zona Costeira do Paraná, Zoneamento Marinho do Paraná, dentro da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA II).
- Plano Setorial Nacional para os Recursos do Mar (PSRM) (2012-2015).
- Plano Hidroviário Estadual.
- Plano de Ação Federal (PAF) para a Zona Costeira (2004).
- Planos Diretores Municipais (PDM) – macrozoneamento municipal, perímetro urbano e uso e ocupação do solo.
- Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA)
- Planos de Manejo de Unidades de Conservação do Sistema de Unidades de Conservação (SNUC).

- Zoneamento de Áreas de Proteção Ambiental (APA).

Serão revisados, entre outros, os instrumentos legais mencionados no item 4.5 do Marco Legal, do Termo de Referência do projeto.

Cabe verificar, ademais, as lições aprendidas (positivas ou negativas) em relação aos processos decorrentes das práticas identificadas através do levantamento de informações, visando à observação dos motivos que porventura tenham provocado o não aproveitamento de oportunidades e outros que ensejaram iniciativas de sucesso. Tais aprendizados decorrentes das práticas identificadas podem referir-se a aspectos tais como:

- Resultados obtidos, em termos de contribuição com objetivos ou estratégias de desenvolvimento turístico no destino.
- Processos relacionados às instituições e atores locais, em termos de nível de participação, comunicação entre instituições e atores locais, e fortalecimento institucional.
- Aspectos de âmbito operacional, conforme a viabilidade, rentabilidade, transparência em critérios de atuação, retroalimentação, etc.

2.2.1.2 Atividade 202: Levantamento e Análise de Dados Primários

A coleta de dados primários consiste na recopilação de diversos tipos de dados originais das variáveis de interesse sócio territoriais, ambientais, econômicas e institucionais relativas à região costeira do Paraná, mediante técnicas de amostragem diretas realizadas no terreno.

Aspectos metodológicos

Para a recopilação de dados primários serão empregadas diferentes técnicas, entre as quais se incluem as seguintes:

TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	DESCRIÇÃO
CARTOGRAFIA DIRETA	Registro espacial das características visíveis do terreno e da paisagem, normalmente codificadas e georreferenciadas mediante o uso do GPS.
FOTOGRAFIAS	Captura de imagens sobre o terreno ou aéreas, com objeto de ilustrar aspectos concretos do ambiente natural e humano da área de interesse.
CROQUIS DO TERRENO	Desenhos realizados manualmente ou digitalmente, que permitem anotar e ilustrar características concretas de determinadas zonas.
MEDIÇÕES	Integram o registro de dados numéricos medidos em distintas escalas graduadas utilizando diferentes instrumentos de medida segundo o tipo de dados, para obter dimensões espaciais para a elaboração de planos de detalhe, cartografado, e outras utilidades.
ENTREVISTAS E CONSULTAS	Normalmente utilizadas para a pesquisa e coleta de dados de tipo socioeconômico, as entrevistas podem ser efetuadas total ou parcialmente a distância através do telefone, o Skype, o e-mail e outros meios com os atores e membros da sociedade civil afetados ou envolvidos na realização de atividades ligadas ao meio costeiro bem como ao planejamento dos recursos costeiros e marinhos na área de interesse.
QUESTIONÁRIOS	Especialmente úteis para a coleta de dados de tipo socioeconômico, os questionários podem integrar diferentes técnicas, podendo realizar-se verbalmente de forma direta ou por correio e e-mail.

Para a maioria das técnicas mencionadas existem diversos protocolos técnicos amplamente aceitos e desenvolvidos pela comunidade científica no âmbito das pesquisas e o trabalho técnicos no âmbito do meio ambiente. Estas técnicas serão empregadas como referência para realizar a coleta de dados primários, naqueles casos em que se estime necessário. Para a seleção de protocolos de coleta de dados se levará em conta as necessidades da consultoria e a disponibilidade de recursos, de forma a escolher os métodos mais atualizados e efetivos em relação ao tempo, custo e qualidade dos dados obtidos.

Os dados obtidos mediante técnicas de amostragem direta têm um alto nível de precisão. Não obstante, a maior parte destas técnicas são dispendiosas em termos de tempo e custos, e exigem uma preparação importante para que as metas estejam claras e a equipe disponível para cumprir o calendário de atividades previsto, motivo pelo qual

a coleta de dados primários focará em localizações muito concretas para dar resposta a carências detectadas na análise das informações secundárias realizadas na atividade anterior e quanto não se disponha de outros dados melhores que já tenham sido coletados e tratados (dados secundários).

2.2.1.3 Atividade 203: Coleta de Dados Geográficos e Elaboração de Mapas Georreferenciados

A Consultoria criará uma base de dados estatísticos, com indicadores-chave e tendências básicas, a partir das informações quantitativas disponíveis em uma plataforma SIG compatível com os sistemas de comunicação existentes nas áreas prioritárias do projeto.

Aspectos metodológicos

a. Coleta de dados geográficos

A elaboração do PDS Litoral tem uma dimensão espacial. A estruturação inicia-se com a seleção dos dados espaciais que serão representados nos documentos cartográficos e descritivos.

Os dados selecionados devem ser compatibilizados mediante o uso de ferramentas SIG, empregando o Sistema de Referência Geocêntrico para a América do Sul (SIRGAS 2000) em projeção cartográfica pelo sistema de UTM (Universal Transversa de Mercator). Entre os organismos que se consultará para o levantamento de informação geográfica encontram-se:

- Instituto Ambiental do Paraná (IAP)
- Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná (SEMA)
- Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG)
- Universidade Federal do Paraná (UFPR)
- Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA)

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR)
- Infraestrutura de Dados Espaciais do Brasil (INDE)
- Ministério de Meio Ambiente do Brasil (MMA)
- Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA)
- Registro Geral da Atividade Pesqueira no Brasil (RGP)
- Serviço Geológico do Brasil (CPRM)
- Sistema de Observação e Monitoramento da Agricultura no Brasil (SOMABRASIL-EMBRAPA)
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (INPE)
- Sistema Ibero-americano de Informação sobre a Água (SIAGUA)
- Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS2000)
- SEDU/PARANACIDADE, Paraná Interativo

b. Elaboração de mapas georreferenciados

As informações do diagnóstico serão vinculadas à contextualização das diferentes regiões e áreas que constituem a faixa litoral de abrangência do projeto, a fim de determinar áreas de características ambientais e socioeconômicas relativamente homogêneas e propor um zoneamento para a implementação de ações e medidas que permitam o logro dos objetivos propostos.

Os mapeamentos dos dados levantados serão analisados espaço-temporalmente, para que seja possível a compreensão cronológica das dinâmicas observadas. Todas as informações e documentos colhidos para a análise e compreensão de condições peculiares à região estudada serão integrados em uma base de dados e em plataforma tecnológica integrada, mapeada e georreferenciada, permitindo o geoprocessamento das informações, o melhor conhecimento e gestão inteligente do território, com a colaboração de todas as secretarias e instituições envolvidas, tendo em vista o princípio da eficiência e a maximização da utilização das informações colhidas. Para tanto se criará

uma base de dados estatísticos, com indicadores-chave e tendências básicas, a partir das informações quantitativas disponíveis em uma plataforma SIG compatível com os sistemas de comunicação existentes.

O próprio SIG permite apresentar as informações por zonas, mediante consultas espaciais de interseção e agregação e obter resultados sobre mapas temáticos em escala adequada para a demonstração da informação gradativa ano a ano, visando avalias as dinâmicas municipais existentes no território sob um enfoque espaço-temporal.

2.2.1.4 Atividade 204: Elaboração do Diagnóstico e Matriz FOFA

A equipe consultora reunirá todas as informações, na escala estadual e municipal, sobre as características físico-naturais e socioeconômicas da zona costeira, com a finalidade de orientar ações de preservação, conservação, regulamentação e fiscalização, se for o caso, a incluir no Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná. O diagnóstico contemplará os seguintes conteúdos mínimos organizando e sistematizando a informação:

- Informação atualizada sobre o estado de conservação da biodiversidade da zona costeira, fazendo um balanço do conhecimento existente no campo da biologia marinha da zona de abrangência, indicando áreas de ação prioritária que serão consideradas posteriormente no zoneamento;
- Conhecimento sobre a hidrodinâmica e os processos erosivos do litoral paranaense;
- Os dados mais atualizados existentes sobre a poluição marinha causada pelas atividades e infraestruturas em terra;
- As dimensões atuais e potenciais da atividade urbano-industrial e a sua interação com o resto das atividades;
- As normas e legislação existentes para a regulação do uso e proteção dos recursos costeiros e marinhos;
- As potencialidades turísticas e ecoturísticas da região;

- A organização institucional aos níveis do estado e dos municípios, vinculados ao gerenciamento costeiro.

Como complemento e resumo do processo de diagnóstico, será elaborada uma matriz FOFA para a identificação de potencialidades e vulnerabilidades da área costeira de abrangência.

Aspectos metodológicos

O diagnóstico conterá uma matriz de interrelação das contextualizações por âmbitos de análise realizadas, apontando os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças. Portanto, o diagnóstico destacará as vulnerabilidades ambientais e sociais que influenciam na conservação da biodiversidade e ameaçam os bens de uso comum das comunidades locais, o acesso aos serviços básicos e a exposição da população aos contaminantes ambientais e às mudanças climáticas e demográficas projetadas. Estas informações serão combinadas de forma a gerarem os cenários futuros. Como complemento e resumo do processo de diagnóstico, será elaborada uma matriz FOFA para a identificação de Potencialidades e Vulnerabilidades da área costeira de abrangência.

A matriz FOFA é uma ferramenta analítica que permitirá identificar de maneira estruturada os diversos fatores que interagem entre si no espaço e que, por isso, são capazes de indicar as necessidades mais urgentes de gestão, baseadas em situações de ameaças ao bom estado ambiental das regiões que integram o Litoral do Paraná, bem como o bom estado de desenvolvimento e qualidade de vida das comunidades locais e as perspectivas de desenvolvimento sustentável futuro. Assim, a matriz FOFA colocará em relevância as potencialidades para, através do desenho e implementação de ações estratégicas de gerenciamento, contribuir para um equilíbrio ecológico e social no desenvolvimento futuro do Litoral Paranaense.

As potencialidades estarão definidas pelas Forças (intrínsecas) e Oportunidades (externas) identificadas, enquanto que as vulnerabilidades são definidas pelas

Fraquezas (intrínsecas) e as Ameaças (externas). Esse cenário apoiará a definição das ações a serem contempladas no Plano de Gerenciamento e reforçadas mediante o Projeto de Lei, que estarão orientadas a:

- Potencializar as forças
- Reduzir as fraquezas
- Aumentar as oportunidades
- Minimizar ou cancelar as ameaças

O diagrama a seguir sintetiza os quatro componentes da análise FOFA:

2.2.1.5 Atividade 205: Benchmarking de Boas Práticas Internacionais

Além do diagnóstico multidisciplinar da região do litoral do Paraná, será realizado um processo de análise focado em identificar, avaliar e comparar as práticas e estratégias de desenvolvimento sustentável em regiões costeiras de características similares, com objetivo de comparar os resultados com a situação de partida do litoral do Paraná e projetar assim as prioridades de ações necessárias para melhorar a sustentabilidade da região e corrigir as ameaças e vulnerabilidades detectadas, extraindo as lições aprendidas aplicáveis ao território costeiro paranaense.

Aspectos metodológicos

O estudo do benchmarking pretende comparar os resultados obtidos no diagnóstico com as melhores práticas nacionais e internacionais – tendo sempre como referência a

América Latina – na área de planejamento regional sustentável. Para isso, serão considerados especialmente as estratégias e lições aprendidas nos seguintes âmbitos do desenvolvimento litoral e regional:

- O desenvolvimento de formas alternativas de turismo sustentável, como o ecoturismo.
- A harmonização de aplicações industriais e de infraestrutura, com a conservação dos serviços dos ecossistemas.
- A promoção de atividades alternativas que geram múltiplos benefícios para as comunidades locais.
- A correção dos desequilíbrios territoriais entre as zonas costeiras de alta carga turística e zonas costeiras da área de influência do caráter rural.
- A inclusão das populações locais nos órgãos de tomada de decisão e de formação e instituições envolvidas na gestão dos recursos costeiros.
- A detecção precoce de riscos e impactos.
- Promoção do turismo e marketing orientado à valorização dos recursos naturais e culturais.

A Consultoria elaborará uma análise abrangente das informações encontradas, projetando fichas de resumo de boas práticas e estratégias bem-sucedidas no planejamento do desenvolvimento sustentável aplicadas em diferentes países, estados ou regiões, com foco nos benefícios de abordagens alternativas para recomendar a adoção de novos instrumentos, ferramentas, plataformas e metodologias. As fichas especificarão, pelo menos, as seguintes informações:

- País ou região em que se aplica.
- Setor ou âmbito do desenvolvimento a que se aplica.
- Público objetivo da prática ou estratégia.
- Entidade, agente ou agência responsável pela sua implementação.
- Descrição e aplicabilidade no contexto do Litoral do Estado do Paraná.

2.2.1.6 Atividade 206: Elaboração do Relatório de Contextualização Inicial (RCI)

A Consultoria elaborará a versão inicial do Relatório de Contextualização (RCI), através de levantamentos e diagnósticos de dados primários e secundários, elaboração de pesquisas, oficinas, entrevistas e compilação e diagnóstico de dados existentes (diretrizes, programas, projetos e estudos a serem considerados), dentre outros.

O Termo de Referência relaciona um conjunto de planos, programas, projetos e estudos a serem considerados nesse sentido, assim como define de forma detalhada o conteúdo mínimo do RCI e prevê a integração de todas as informações e documentos colhidos em uma base de dados e em plataforma tecnológica integrada, mapeada e georreferenciada, permitindo o geoprocessamento das informações.

A contextualização será analisada sob as condições peculiares de sazonalidade da população e tendo em vista a população projetada, bem como, as pressões de expansão urbana e de infraestrutura, sem com isto, perder de vista um cenário futuro de perenidade, buscando propor melhorias sociais e econômicas e preservação do ambiente da região do litoral. A contextualização conterá análises dinâmicas comparativas, permitindo situar a região em relação a outras regiões do estado e do país, de tal forma, que permita dimensionar seu grau de desenvolvimento sustentável e competitividade.

Aspectos metodológicos

Como resultado do diagnóstico atualizado, serão identificadas as prioridades de ação que deverão ser contempladas no PDS Litoral, considerando as tendências observadas na expansão urbana, no crescimento do uso dos recursos naturais (pesca, aquicultura, turismo, etc.). Serão definidos os principais vetores de risco aos que fará frente o Estado nos próximos anos e que servirão para orientar as linhas de ações prioritárias do PDS Litoral previstas na etapa seguinte.

O Relatório do Diagnóstico terá o conteúdo a seguir:

1. INTRODUÇÃO
2. CONTEXTO REGIONAL
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO LITORAL
    - 3.1 Sócio Territorial
        - *3.1.1 Diagnóstico sócio territorial*
        - *3.1.2 Padrões de uso e ocupação do solo*
        - *3.1.3 Demografia e fluxos migratórios*
        - *3.1.4 Funções públicas de interesse comum*
        - *3.1.5 Habitação*
        - *3.1.6 Questões fundiárias*
        - *3.1.7 Saúde*
        - *3.1.8 Segurança*
        - *3.1.9 Educação*
        - *3.1.10 Esporte, entretenimento e lazer*
        - *3.1.11 Comunidades e comunidades tradicionais*
        - *3.1.12 Culturas tradicionais e étnicas*
        - *3.1.13 Patrimônio histórico, cultural e sítios arqueológicos*
    - 3.2 Ambiental
        - *3.2.1 Clima, geomorfologia e solo*
        - *3.2.2 Hidrografia e hidrologia*
        - *3.2.3 Meteorologia*
        - *3.2.4 Clima marítimo*
        - *3.2.5 Unidades de conservação*
        - *3.2.6 Fauna e flora*
        - *3.2.7 Áreas de risco*
    - 3.3 Infraestrutura
        - *3.3.1 Transporte público e sistema viário*
        - *3.3.2 Infraestrutura portuária e logística*
        - *3.3.3 Infraestrutura de energia e comunicações*
        - *3.3.4 Saneamento*
        - *3.3.5 Resíduos sólidos e efluentes*
        - *3.3.6 Empreendimentos*
    - 3.4 Econômica
        - *3.4.1 Produção e desempenho*
        - *3.4.2 Cadeias produtivas e arranjos produtivos locais (APL)*
        - *3.4.3 Turismo*
        - *3.4.4 Emprego e renda*
        - *3.4.5 Investimentos previstos ou em andamento*
    - 3.5 Institucional
        - *3.5.1 Arcabouço legal (Federal, Estadual e Municipal)*
        - *3.5.2 Instituições*
        - *3.5.3 Arrecadações municipais e dependências de repasses fiscais*
        - *3.5.4 Órgãos de fiscalização e licenciamento*
        - *3.5.5 Infrações*
4. DIAGNÓSTICO DO ESTADO DA ÁREA DO LITORAL

4.1 Identificação de problemáticas e inter-relações entre fatores
4.2 Identificação de oportunidades
4.3 Prioridades de ação
4.4 Estado de conservação dos valores naturais e culturais
4.5 Previsões e tendências
4.6 Conclusões do diagnóstico
4.7 Análise FOFA e matriz
5. DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES DE DESENVOLVIMENTO
5.1 Benchmarking e análise de boas práticas internacionais
5.2 Detecção de pontos de melhora
5.3 Definição das prioridades de ação
6. CARTOGRAFIA E ANEXOS
7. PRÓXIMOS PASSOS

ANEXOS
ANEXO I – Oficinas de Contextualização
ANEXO II – Outros eventos
ANEXO III - Comunicação

2.2.1.7 Atividade 207: Realização da Reunião Técnica 02

O Relatório de Contextualização Inicial (RCI) será encaminhado por meio eletrônico à Equipe Técnica Intersecretarial (ETI), para a analiso do relatório, com prazo previsto de 15 (quinze) dias corridos. Após esse período se realizará a Reunião Técnica 02, entre a ETI e a Consultoria, na qual serão apresentadas pela ETI suas considerações e contribuições em relação ao relatório. A Consultoria disporá do prazo de 7 (sete) dias corridos para a realização dos ajustes necessários, e ao final desse período encaminhará à ETI o relatório revisado para sua validação.

2.2.1.8 Atividade 208: Disponibilização do Relatório de Contextualização Inicial (RCI)

O **Produto 04 – Relatório de Contextualização Inicial (RCI)** será disponibilizado para consulta pública através da internet, junto com o material elaborado como informação para consultas públicas, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data de realização das Oficinas de Contextualização.

PRODUTO 04	A contextualização deverá abordar, no mínimo, as seguintes dimensões: sócio territorial, ambiental, infraestrutura, econômica e institucional.

Relatório de Contextualização Inicial (RCI)	Informações indispensáveis para a análise e compreensão de condições peculiares à região estudada, integrando todas as informações e documentos colhidos em uma base de dados e em plataforma tecnológica integrada, mapeada e georreferenciada, permitindo o geoprocessamento das informações, o melhor conhecimento e gestão inteligente do território.

2.2.1.9 Atividade 209: Realização das Oficinas de Contextualização

As Oficinas de Contextualização são encontros, com a presença da Equipe Técnica Intersecretarial (ETI), da Equipe de Acompanhamento (EA), da Consultoria e de atores sociais locais de maior representatividade, realizados em três municípios (Antonina, Guaratuba e Paranaguá), e têm como propósito serem qualificadoras e propositivas, de discussão e recebimento de contribuições ao Relatório de Contextualização Inicial. A metodologia a ser utilizada para a realização das oficinas está detalhada no item 2.7.1.1.

A pauta prevista para as Oficinas de Contextualização, que têm duração prevista de 3 (três) horas, consiste em:

- Abertura da oficina pelo moderador;
- Apresentação dos temas mais relevantes pela Consultoria;
- Discussão e acolhimento de contribuições (equipe de mediação);
- Considerações finais e encerramento da oficina.

Para cada Oficina de Contextualização será elaborado um relato contendo a descrição das atividades desenvolvidas e os principais resultados obtidos.

Após a realização das Oficinas de Contextualização a Consultoria atualizará o RCI com as contribuições advindas das oficinas, resultando no Relatório de Contextualização Consolidado, que contará ainda com a definição do local e listagem prévia dos participantes da Audiência Pública de Contextualização.

Além do Relatório de Contextualização Consolidado, o Relatório de Atividades (RA 02) conterá, pelo menos, as seguintes informações relacionadas às oficinas de contextualização:

- Lista de presença, contendo nomes, instituição e informações de contato;
- Ata da reunião que contenha a transcrição das contribuições de cada município;
- Relatórios fotográficos;
- Relatórios e entrevistas em vídeo;
- Lista dos integrantes da Equipe de Acompanhamento;
- Outras informações pertinentes.

O **Produto 05 – Relatório de Atividades (RA 02)** será analisado pela ETI em até 15 (quinze) dias e o retornará à Consultoria para os devidos ajustes, se necessário, que por sua vez terá um prazo de até 15 (quinze) dias para reapresenta-lo. Uma vez aprovado pela ETI, todo material elaborado será disponibilizado para consulta pública através da internet, ao menos 15 (quinze) dias antes da realização da Audiência Pública de Contextualização.

PRODUTO 05 Relatório de Atividades 02 (RA 02)	De cada uma das oficinas de contextualização: ▪ Lista de presença contendo nomes, instituição e informações de contato; ▪ Ata da reunião que contenha a transcrição das contribuições de cada município; ▪ Relatórios fotográficos; ▪ Relatórios e entrevistas em vídeo; ▪ Lista dos integrantes das Equipes de Acompanhamento (EA); ▪ Outras informações pertinentes. Relatório de Contextualização Consolidado: ▪ Contextualização da Região avaliado e compilado com as contribuições das oficinas de contextualização; ▪ Definição do local e listagem prévia dos participantes da Audiência Pública de Contextualização da Região.

Participantes

I. ETI – Equipe Técnica Intersecretarial
II. EA – Equipe de Acompanhamento: Oficina 01 – Antonina, Guaraqueçaba e Morretes; Oficina 02 – Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná; Oficina 03 – Paranaguá
III. Consultoria

IV. Convidados especiais (tais como atores diretamente afetados e estudiosos dos temas abordados)

Locais

EVENTO	DATA	LOCAL
Oficina de Contextualização 01		Antonina
Oficina de Contextualização 01		Guaratuba
Oficina de Contextualização 01		Paranaguá

2.2.1.10 Atividade 210: Realização da Audiência Pública de Contextualização

As Audiências Públicas de Contextualização serão realizadas em três municípios (Antonina, Guaratuba e Paranaguá), conforme o agrupamento previsto no Item 1.5, e têm como propósito apresentar o Relatório de Contextualização para a população, ouvir seus anseios e recolher as contribuições para a construção do Plano. A metodologia a ser utilizada para a realização das audiências públicas está detalhada no item 2.7.1.3

Participantes

I. ETI – Equipe Técnica Intersecretarial
II. EA – Equipe de Acompanhamento: Audiência 01 – Antonina, Guaraqueçaba e Morretes; Audiência 02 – Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná; Audiência 03 – Paranaguá
III. Consultoria
IV. Comunidade e atores regionais

Locais

EVENTO	DATA	LOCAL
Audiência Pública 01		Antonina
Audiência Pública 02		Guaratuba
Audiência Pública 03		Paranaguá

2.2.1.12 Atividade 211: Validação do Relatório de Contextualização Final (RCF)

Após a realização da Audiência Pública de Contextualização a Consultoria incorporará as contribuições pertinentes ao Relatório de Contextualização, resultando na entrega do **Produto 06 – Relatório de Contextualização Final (RCF)**, que será analisado pela ETI em até 07 (sete) dias e o retornará à Consultoria para os devidos ajustes, se necessário, que por sua vez terá um prazo de até 07 (sete) dias para reapresenta-lo. Uma vez aprovado, a Consultoria deverá disponibilizar todo o material elaborado para consulta pública através da internet.

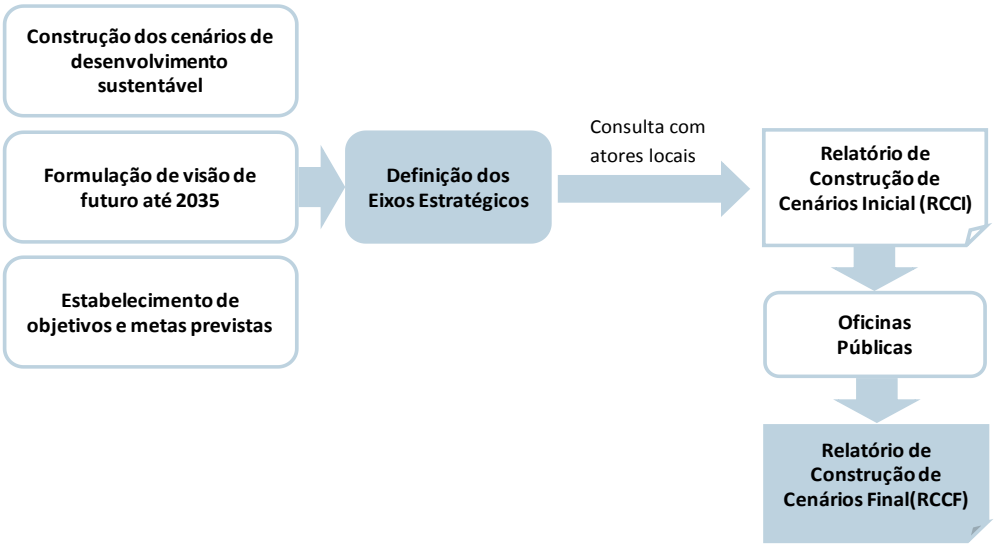
PRODUTO 06 Relatório de Contextualização Final (RCF)	Consiste no documento resultante da: ▪ Compilação do Relatório de Contextualização Inicial (RCI); ▪ Relatório de Atividades 02: Oficinas de Contextualização e Relatório de Contextualização Consolidado (RA 02); ▪ Contribuições recebidas durante a Audiência Pública de Contextualização. Deverá conter um relato das contribuições e das presenças dos participantes durante a audiência pública.

2.3 ETAPA 3: CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS E VISÃO DE FUTURO

O desenvolvimento de cenários auxilia na adoção de uma visão de longo prazo, em um mundo onde a incerteza é constante. Assim, o Planejamento por Cenários tem por propósito auxiliar os gestores na mudança de sua visão em relação à realidade. A intenção é combinar a visão da realidade atual com a realidade futura, buscando dessa síntese um conjunto de ações robustas hoje e que tenham repercussões no futuro.

Cabe aqui a técnica dos cenários como visões parciais do futuro, facilitando pensar na limitação das circunstâncias que podem vir a surgir.

Portanto, com base na análise das informações coletadas na etapa anterior, a Consultoria elaborará os documentos de síntese dos dados e tendências, cenários e visões de futuro que permitam coordenar os debates públicos previstos nesta etapa, estabelecendo um processo de reflexão estratégica local/regional e a avaliação rigorosa das linhas de ação que serão estabelecidas na etapa seguinte.



A Consultoria adotará o uso da tecnologia na criação dos modelos de previsão, permitindo a posterior avaliação dos cenários para apresentação dos resultados nas Oficinas Locais e Audiências Públicas. Os modelos de previsão informatizados não substituem o conhecimento que procede da experiência, mas são indispensáveis como ferramentas de apoio que contribuem objetividade e rigor científico na análise de problemas e soluções.

O "exercício de visão" deverá se concentrar na identificação do cenário geral desejado e os resultados/objetivos para cada uma das áreas principais incluídas no plano, e políticas e estratégias mais amplas para alcançar esses resultados/objetivos no horizonte de 2035. A visão constitui as ideias e necessidades dos demandantes locais e se formula sobre a base do diagnóstico e prognóstico realizado nas etapas anteriores, sobre o que posteriormente se apresentarão as metas e estratégias de desenvolvimento e o plano de ação.

Esta etapa corresponde à fase de prognóstico visando a realização de projeções para o futuro com base no diagnóstico, somado às expectativas dos envolvidos, às oportunidades e potencialidades levantadas, e às restrições e riscos que poderão influenciar o PDS Litoral, e indica aquilo que poderá ser esperado no futuro, em médio e longo prazo. No prognóstico devem ser observados os aspectos quantitativos (a partir

de projeções estatísticas) e os aspectos qualitativos levantados nas oficinas e ações de planejamento participativo realizadas. As atividades a serem desenvolvidas para tanto, sintetizadas no quadro a seguir e descritas nos itens subsequentes, visam a elaboração e entrega dos seguintes produtos:

- Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI);
- Relatório de Atividades 03 (RA 03);
- Relatório de Construção de Cenários Final (RCCF).

CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS

ATIV.	ITEM	RESPONSÁVEL
301	Construção dos cenários de desenvolvimento sustentável	Consultoria
302	Formulação de visão de futuro para até 2035	Consultoria
303	Estabelecimento de objetivos e metas previstas	Consultoria
304	Definição dos eixos estratégicos	Consultoria
305	Processo de consulta com os atores locais	Consultoria / Atores locais
306	Elaboração do Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI)	Consultoria
307	Realização da Reunião Técnica 03	ETI / Consultoria
308	Disponibilização do Relatório de Construção de Cenários Inicial	Consultoria
309	Realização das Oficinas de Construção de Cenários	ETI / EA / Consultoria / Atores locais
310	Audiência Pública de Construção de Cenários	ETI / EA / Consultoria / População
311	Validação do Relatório de Construção de Cenários Final (RCCF)	Consultoria

2.3.1 Atividades

2.3.1.1 Atividade 301: Construção dos Cenários de Desenvolvimento Sustentável

Com base nos dados secundários e primários levantados na fase anterior, monta-se um Cenário Atual, ou seja, para o ano base, constituído pela representação numérica da realidade existente, tanto dos aspectos socioeconômicos, territoriais, demográficos, ambientais e de mobilidade, entre outros. Com base nas tendências detectadas, projeta-se um Cenário Tendencial. Ao lado dele, com base nas desejadas alterações de tendências, constituindo novas políticas públicas, seja de desenvolvimento sócio-

econômico-ambiental, seja especificamente de uso do solo e transporte, projeta-se um Cenário Planejado ou mais de um, se for o caso, para que disputem a preferência política. Para tanto serão elaborados modelos de previsão estabelecidos num horizonte de 5 anos (curto prazo), 10 anos (médio prazo) e 20 anos (longo prazo), a partir de projeções estatísticas dos indicadores levantados no diagnóstico.

Aspectos Metodológicos

Objeto da Metodologia de Criação de Cenários

Por causa da natureza desterritorializada da globalização e das novas tecnologias de comunicação, os impactos sobre as pessoas que vivem e trabalham em um determinado local derivados das macrotendências exógenas são muito mais importantes do que décadas e séculos atrás, e as políticas públicas devem estar atentas às especificidades e necessidades dos lugares e das pessoas.

Os futuros que somos capazes de imaginar são fortemente influídos por nossas memórias e preocupações atuais. Compreendemos a técnica de criação de cenários como um marco para pensar e imaginar conjuntamente possíveis futuros de forma estruturada e maneira construtiva, considerando alternativas e implicações de cada uma dessas alternativas. O objetivo final da técnica de criação de cenários não é apenas pensar no futuro, mas apoiar processos mais informados de tomada de decisões e criação de políticas públicas.

A previsão territorial é uma abordagem orientada para o futuro caracterizada por (a) pensamento crítico sobre a evolução do território a longo prazo, e dos impactos sobre o seu desenvolvimento territorial, (b) o envolvimento participativo e (c) a informação dos processos de tomada de decisão. A prospectiva territorial fornece um quadro para apoiar um pensamento estruturado sobre o desenvolvimento territorial. A prospectiva territorial pode ajudar a compreender melhor as implicações de tendências de desenvolvimento, projetos ou ideias para futuros desejados ou não desejados.

A técnica de criação de cenários vai assistir nos seguintes vetores:

- **Aproximação à complexidade e à incerteza:** ajuda a reunir ideias e conhecimento de uma ampla gama de participantes diferentes para abordar complexidades e incertezas onde não há informações quantitativas disponíveis.
- **Compreender as consequências territoriais de futuros** (im)**possíveis :** isso ajuda a entender possíveis consequências territoriais de uma tendência importante, grandes objetivos de desenvolvimento territorial ou ainda possíveis distopias ou futuros não desejáveis.
- **Criação do senso de propriedade do conhecimento (empoderamento):** com foco no envolvimento das pessoas para discutir problemas e conflitos comuns e possíveis consequências territoriais, podem fortalecer-se a formulação de políticas públicas.
- **Informar a tomada de decisão:** conscientizar sobre as consequências territoriais de um tópico pode informar a formulação de políticas públicas. Isso pode prevenir implicações territoriais indesejadas ou acelerar implicações queridas.

A prospectiva territorial pode ser conduzida a qualquer nível geográfico, tanto na escala local como na escala global, ou em qualquer outra escala intermediaria.

Com base nas práticas em prospectiva, entende-se que nenhum método de prospectiva simples pode ser completo e consistente ou suficiente para ser o único método de previsão territorial, reconhecendo que a aplicação de qualquer manual ou diretriz depende principalmente de dois fatores: a tradição em que o praticante trabalha e o contexto organizacional em que o trabalho tem a ser realizado.

Método de Trabalho

Os futuros possíveis podem ser explicados e discutidos com base nas narrativas abrangentes dos cenários criados.

A técnica de criação de cenários é uma das técnicas mais conhecidas e mais citadas para pensar sobre o futuro. Os cenários são histórias (ou narrativas) definidas no futuro que exploram como o mundo mudaria se certas tendências fossem fortalecer ou diminuir,

ou vários eventos ocorreriam. O planejamento do cenário não tenta prever o que acontecerá, mas através de um processo formal identifica um conjunto limitado de exemplos de futuros possíveis que fornecem um valioso ponto de referência ao avaliar estratégias atuais ou formular novas estratégias. Este método questiona os pressupostos sobre o futuro e cria confiança para atuar em um mundo de incerteza (UNDP, 2014).

Os cenários enfocam a atenção nas relações entre eventos e pontos de decisão. Como regra geral, a construção do cenário é particularmente útil em situações em que o passado ou o presente provavelmente não serão um guia para o futuro. Os cenários ajudam a direcionar a atenção para forças motrizes, possíveis caminhos de evolução e a extensão das contingências que podem ser confrontadas. Assim, eles são particularmente úteis quando muitos fatores precisam ser considerados e o grau de incerteza sobre o futuro é alto.

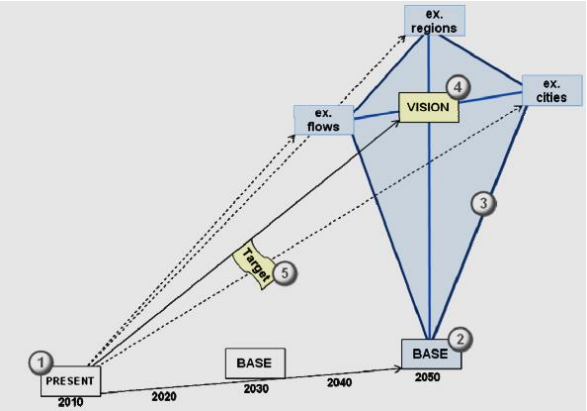
Os cenários mais úteis tentam ilustrar o trade-off ou compromissos entre os objetivos políticos em disputa. Enquanto um cenário pode explorar se o crescimento econômico e a criação de emprego desempenham um papel primordial, outros cenários podem atribuir a mesma relevância política para a equidade social ou os valores ambientais. Uma vez que o objetivo final dos cenários é o suporte a políticas, a escolha dos cenários deve ser politicamente relevante.

Os cenários exploratórios baseiam-se num modelo de continuidade do futuro – ou seja, existe um vínculo claro entre as forças em jogo e seus efeitos sobre os componentes do sistema em estudo. O objetivo é examinar as formas com que essas forças e componentes podem se desempenhar. Raramente sugere um único resultado, mas sim produz futuros alternativos e cadeias de causa e efeito. Eles incluem narrativas ou argumentos qualitativos, fornecendo o contexto para orientações gerais de políticas ou territoriais, e figuras quantitativas que mostram a implicações das decisões qualitativas sobre uma série de dimensões sociais, econômicas e ambientais. Diferentes cenários

podem ter associados diferentes projetos, iniciativas, agentes interessados e instituições.

Os cenários normativos de previsão ou visões, em contraste, saltam à frente estabelecendo metas desejadas ou objetivos desejados, que podem ser substancialmente ou apenas aparentemente descontínuos com as tendências em jogo. Ao definir esse futuro “objetivo”, o pré-analista volta para o presente para identificar os passos necessários para alcançar o seu objetivo. Os cenários normativos ou Visões colocam questões sobre os desejos em relação às condições de futuro "Como queremos que o futuro seja? Para onde queremos ir com ele?”

Após a Definição da Visão, há necessidade de precisão sobre como podemos passar da situação atual para o futuro ideal, resolvendo os problemas existentes e aproveitando as oportunidades disponíveis. O roteiro desde hoje até o futuro exige metas políticas de curto e médio prazo, tão quantitativas quanto possível.



	Cenário Explorativo	Normativo (Visão)
Procedimento	Explora possíveis desenvolvimentos futuros com o presente como ponto de partida	Identifica futuros desejáveis ou investiga como chegar a condições futuras
Função	Função explorativa	Função de criação de destino estratégico
Implementação	Estudo de fatores e imprevisíveis, teste de possíveis ações a serem tomadas e / ou processos de tomada de decisão.	Definição e concretização de metas e / ou, se for caso disso, identificação de possíveis formas de atingir um objetivo
Pergunta central	O que? • E se?	Como? • Como é que acontece? • Como chegamos lá?

Figura. Comparação esquemática de cenários exploratórios e normativos. Fonte: Kosow H. & Gaßner R. (2008)

O processo de construção de cenários em uma abordagem participativa pode ajudar a construir uma visão comum entre os participantes. Isso pode ser usado para gerar consenso e direção. Os interessados entenderão melhor as estratégias e as opções políticas necessárias para a construção de futuros alternativos. Os processos de criação de imagens desses futuros e como realizá-los podem facilitar a ação. Os participantes também entenderão melhor os pontos de vista e as estratégias dos outros.

2.3.1.2 Atividade 302: Formulação de Visão de Futuro para até 2035

A partir da metodologia dos cenários, será elaborada a visão de futuro para o Litoral do Paraná num horizonte de 5 anos (curto prazo), 10 anos (médio prazo) e 20 anos (longo prazo). O “exercício de visão” deverá se concentrar na identificação do cenário geral desejado e os resultados/objetivos para cada uma das áreas principais incluídas no plano, e políticas e estratégias mais amplas para alcançar esses resultados/objetivos.

2.3.1.3 Atividade 303: Estabelecimento de Objetivos e Metas Previstas

Em relação aos Objetivos, referem-se ao estado ou situação que se pretende atingir, sendo reflexos ponderados dos diferentes motivos que movem os sujeitos envolvidos

no processo. Os objetivos propostos devem ser hierarquizados em função de sua importância (finalísticos ou instrumentais), mensuráveis qualitativa e quantitativamente e avaliáveis periodicamente, de forma a poder estabelecer um sistema de monitoramento e controle dos resultados obtidos. Deverá haver objetivos de médio prazo e de longo prazo (visão 2035). Para serem operacionais, os objetivos devem ser coerentes com as condições do mercado e com as disponibilidades de orçamento, controláveis e assumidos pelo conjunto dos agentes envolvidos. Finalmente, a definição das Metas representa uma descrição detalhada dos objetivos, elaborada de modo que possam ser medidas, tanto quanto à qualidade, como quanto à quantidade. Elas devem estar dentro das possibilidades da capacidade do setor em alcança-las, pois caso contrário irão gerar situações de estresse, perda de confiança, ansiedade ou desinteresse. A realização das metas leva ao alcance dos desafios propostos, segundo os objetivos planejados, definindo-se o prazo para a sua realização.

Aspectos metodológicos

Essa fase do planejamento estratégico refere-se ao tratamento dos instrumentos prescritivos que explicitarão os desafios a serem enfrentados, assim como os objetivos e as metas que se pretende alcançar, momento em que devem ser, ainda, definidas as estratégias e as políticas funcionais, bem como os projetos e os planos de ação necessários. Os objetivos são os resultados, os alvos, os focos a serem alcançados, e as metas são os objetivos quantificados (tempo, quantidade, outros).

2.3.1.4 Atividade 304: Definição dos Eixos Estratégicos

Esta atividade visa a definição dos eixos estratégicos que nortearão a construção do plano para formulação de diversos cenários prospectivos desejáveis, alternando as prioridades de cada dimensão analisada.

Aspectos metodológicos

A definição dos eixos estratégicos norteará a construção do Plano para formulação de diversos cenários prospectivos desejáveis, alternando as prioridades de cada dimensão analisada. Para tanto, será aplicada a metodologia do pensamento sistêmico e do Design Thinking como princípios orientadores do Plano.

Os cenários proporcionam subsídios para lidar com a incerteza, através da visualização de múltiplos futuros. O pensamento sistêmico fornece subsídios para lidar com a complexidade dinâmica, trazendo à tona as relações entre as variáveis e demonstrando seu comportamento do passado até o presente. Juntos, geram uma visão do passado, do presente e do futuro, complementando-se para prover aos tomadores de decisão uma plataforma para a comunicação, um veículo para a aprendizagem, questionamento dos modelos mentais e uma visão compartilhada do assunto em questão, ou seja, uma ferramenta para lidar com a complexidade dinâmica.

2.3.1.5 Atividade 305: Processo de Consulta com os Atores Locais

A proposta de eixos estratégicos elaborada será ajustada em um processo de consulta local, a partir da metodologia de Avaliação Multicritério visando hierarquizar os resultados do diagnóstico, as diretrizes e os projetos a serem incluídos no PDS Litoral.

Aspectos metodológicos

A metodologia do Design Thinking (DT) proposta visa perceber e utilizar essa ferramenta na identificação dos desafios a serem superados pela região do Litoral do Paraná, no entendimento dos sentimentos e preocupações dos indivíduos que se relacionam com a região (moram, frequentam, visitam) e na busca por soluções colaborativas.

Para tanto, a Consultoria acompanhará um processo de consulta visando ao planejamento participativo do PDS Litoral a partir da metodologia de Avaliação Multicritério. Esta metodologia é uma técnica de análise para planejamento que se baseia no princípio de que, para a tomada de decisão, a experiência e o conhecimento

das pessoas é tão valioso quanto os dados utilizados. A análise multicritério permitirá, através do debate, hierarquizar os resultados do diagnóstico, as diretrizes e os projetos a serem incluídos no PDS Litoral.

2.3.1.6 Atividade 306: Elaboração do Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI)

A partir dos resultados obtidos nas atividades anteriores desta fase, a Consultoria elaborará a versão inicial do Relatório de Construção de Cenários (RCCI), cujo processo apresenta a oportunidade para concatenar as diferentes visões de futuro de cada um dos atores envolvidos. Tem como resultado a elaboração de cenário desejável e a consolidação de uma "visão de futuro", compartilhado por todos, em busca do desenvolvimento sustentável.

O Termo de Referência descreve a "visão de futuro" como um modelo mental claro e 'luminoso' de um estado ou situação altamente desejável: (i) de uma realidade futura e possível; (ii) descrita de uma forma simples e objetiva; e (iii) partilhada por todos, que envolve a construção de cenários e objetivos a serem buscados pela região em um futuro de médio e longo prazos, considerando as atuais tendências e influências, visando a sua competitividade.

2.3.1.7 Atividade 307: Realização da Reunião Técnica 03

O Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI) será encaminhado por meio eletrônico à Equipe Técnica Intersecretarial (ETI), para a análise do relatório, com prazo de 7 (sete) dias corridos. Após esse período se realizará a Reunião Técnica 01, entre a ETI e a Consultoria, na qual serão apresentadas pela ETI suas considerações e contribuições em relação ao relatório. A Consultoria disporá do prazo de 7 (sete) dias corridos para a realização dos ajustes necessários, e ao final desse período encaminhará à ETI o relatório revisado para sua validação.

2.3.1.8 Atividade 308: Disponibilização do Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI)

O **Produto 07 – Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI)** será disponibilizado para consulta pública através da internet, junto com o material elaborado como informação para consultas públicas, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data de realização das Oficinas de Construção de Cenários e Visão de Futuro.

PRODUTO 07 Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI)	Apresenta um conjunto propositivo de diretrizes, objetivos e metas, que contemple: ▪ Eixos estratégicos orientadores do Plano; ▪ Formulação de visão geral de futuro para até 2035; ▪ Previsão detalhada dos cenários de desenvolvimento sustentável; ▪ Os efeitos/impactos no meio natural e comunidades (pesqueiras, rurais, tradicionais, quilombolas e indígenas); ▪ Esboço dos princípios orientadores do Plano; ▪ Metas previstas e as políticas do Plano; e ▪ Realização de uma extensa consulta com as partes interessadas.

2.3.1.9 Atividade 309: Realização das Oficinas de Construção de Cenários e Visão de Futuro

As Oficinas de Construção de Cenários e Visão de Futuro são encontros, com a presença da Equipe Técnica Intersecretarial (ETI), da Equipe de Acompanhamento (EA), da Consultoria e de atores sociais locais de maior representatividade, realizados em três municípios (Guaraqueçaba, Matinhos e Paranaguá), e têm como propósito serem qualificadoras e propositivas, de discussão e recebimento de contribuições ao Relatório de Construção de Cenários Inicial. A metodologia a ser utilizada para a realização das oficinas está detalhada no item 2.7.1.1.

A pauta prevista para as Oficinas de Construção de Cenários e Visão de Futuro, que têm duração prevista de 3 (três) horas, consiste em:

- Abertura da oficina pelo moderador;
- Apresentação dos temas mais relevantes pela Consultoria;

- Discussão e acolhimento de contribuições (equipe de mediação);
- Considerações finais e encerramento da oficina.

Para cada Oficina de Construção de Cenários e Visão de Futuro será elaborado um relato contendo a descrição das atividades desenvolvidas e os principais resultados obtidos.

Após a realização das Oficinas de Construção de Cenários e Visão de Futuro a Consultoria atualizará o RCCI com as contribuições advindas das oficinas, resultando no Relatório de Construção de Cenários Consolidado, que contará ainda com a definição do local e listagem prévia dos participantes da Audiência Pública de Construção de Cenários e Visão de Futuro.

Além do Relatório de Contextualização Consolidado, o Relatório de Atividades (RA 03) conterá, pelo menos, as seguintes informações relacionadas às oficinas de contextualização:

- Lista de presença, contendo nomes, instituição e informações de contato;
- Ata da reunião que contenha a transcrição das contribuições de cada município;
- Relatório fotográficos;
- Relatórios e entrevistas em vídeo;
- Lista dos integrantes da Equipe de Acompanhamento;

O **Produto 08 – Relatório de Atividades (RA 03)** será analisado pela ETI em até 7 (sete) dias e o retornará à Consultoria para os devidos ajustes, se necessário, que por sua vez terá um prazo de até 15 (quinze) dias para reapresenta-lo. Uma vez aprovado pela ETI, todo material elaborado será disponibilizado para consulta pública através da internet, ao menos 15 (quinze) dias antes da realização da Audiência Pública de Construção de Cenários e Visão de Futuro.

PRODUTO 08 Relatório de Atividades 03 (RA 03)	De cada uma das oficinas de construção de cenários: ▪ Lista de presença contendo nomes, instituição e informações de contato; ▪ Ata da reunião que contenha a transcrição das contribuições de cada município; ▪ Relatórios fotográficos; ▪ Relatórios e entrevistas em vídeo; ▪ Lista dos integrantes das Equipes de Acompanhamento (EA); ▪ Outras informações pertinentes. Relatório de Construção de Cenários Consolidado: ▪ Relatório de construção de cenários e visão de futuro avaliado e compilado com as contribuições das oficinas ▪ Definição do local e listagem prévia dos participantes da Audiência Pública de Construção de Cenários e Visão de Futuro.

Participantes

I. ETI – Equipe Técnica Intersecretarial

II. EA – Equipe de Acompanhamento: Oficina 01 – Antonina, Guaraqueçaba e Morretes; Oficina 02 – Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná; Oficina 03 – Paranaguá

III. Consultoria

IV. Convidados especiais (tais como atores diretamente afetados e estudiosos dos temas abordados)

Locais

EVENTO	DATA	LOCAL
Oficina de Construção de Cenários 01		Guaraqueçaba
Oficina de Construção de Cenários 01		Matinhos
Oficina de Construção de Cenários 01		Paranaguá

2.3.1.10 Atividade 310: Audiência Pública de Construção de Cenários e Visão de Futuro

As Audiências Públicas de Construção de Cenários e Visão de Futuro serão realizadas em três municípios (Guaraqueçaba, Matinhos e Paranaguá), e têm como propósito apresentar o Relatório de Construção de Cenários para a população, ouvir seus anseios

e recolher as contribuições para a construção do Plano. A metodologia a ser utilizada para a realização das audiências públicas está detalhada no item 2.7.1.3

Participantes

I. ETI – Equipe Técnica Intersecretarial
II. EA – Equipe de Acompanhamento: Audiência Pública 01 – Antonina, Guaraqueçaba e Morretes; Audiência 02 – Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná; Audiência Pública 03 – Paranaguá
III. Consultoria
IV. Comunidade e atores regionais

Locais

EVENTO	DATA	LOCAL
Audiência Pública 01		Guaraqueçaba
Audiência Pública 02		Matinhos
Audiência Pública 03		Paranaguá

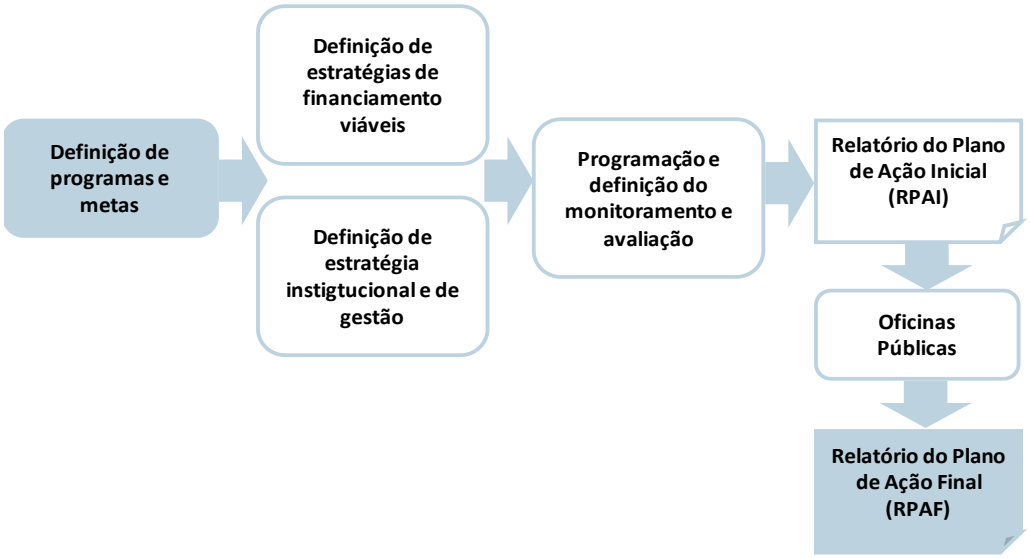
2.3.1.11 Atividade 311: Validação do Relatório de Construção de Cenários Final (RCCF)

Após a realização da Audiência Pública de Construção de Cenários e Visão de Futuro a Consultoria incorporará as contribuições pertinentes ao Relatório de Construção de Cenários, resultando na entrega do **Produto 09 – Relatório de Construção de Cenários Final (RCCF)** que será analisado pela ETI em até 07 (sete) dias e o retornará à Consultoria para os devidos ajustes, se necessário, que por sua vez terá um prazo de até 07 (sete) dias para reapresenta-lo. Uma vez aprovado, a Consultoria deverá disponibilizar todo o material elaborado para consulta pública através da internet.

PRODUTO 09 Relatório de Construção de Cenários Final (RCCF)	Consiste no documento resultante da: ▪ Compilação do Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI); ▪ Relatório de Atividades 03: Oficinas de Construção de Cenários e Relatório de Construção de Cenários Consolidado (RA 03); ▪ Contribuições recebidas durante a Audiência Pública de Construção de Cenários. Deverá conter um relato das contribuições e das presenças dos participantes durante a audiência pública.

2.4 ETAPA 4: ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

O passo das reflexões às propostas de intervenção específicas no curto prazo é uma condição essencial para o sucesso do PDS Litoral. Para a elaboração das estratégias de ação, com base na caracterização da área costeira e na identificação de potencialidades e vulnerabilidades realizadas durante a fase de contextualização, e de acordo com as diretrizes dos diversos projetos, planos e programas desenvolvidos na região, serão identificados os objetivos e metas de desenvolvimento sustentável do Paraná, atendendo ao seu zoneamento e segundo as prioridades estabelecidas. As atividades previstas são indicadas na figura a seguir:



Esta etapa tem como objetivo o desenho das ações necessárias para garantir a implementação eficaz do PDS Litoral, bem como os instrumentos de monitoramento e controle das ações institucionais e governamentais e a forme em que se inter-relacionam. Isto permitirá não só a implementação do plano, mas a gestão adaptativa do mesmo, com base na resposta e nas mudanças observadas. As atividades a serem desenvolvidas para tanto, sintetizadas no quadro a seguir e descritas nos itens subsequentes, visam a elaboração e entrega dos seguintes produtos:

- Produto 10: Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI).

- Produto 11: Relatório de Atividades (RA 04)
- Produto 12: Relatório do Plano de Ação Final (RPAF).

PLANO DE AÇÃO

ATIV.	ITEM	RESPONSÁVEL
401	Zoneamento territorial	Consultoria
402	Definição de programas e propostas de ação	Consultoria
403	Definição de estratégias de financiamento viáveis	Consultoria
404	Definição da estratégia institucional e de gestão	Consultoria
405	Estabelecimento de indicadores de monitoramento e avaliação	Consultoria
406	Elaboração do Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI)	Consultoria
407	Realização da Reunião Técnica 04	ETI / Consultoria
408	Disponibilização do Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI)	Consultoria
409	Realização das Oficinas do Plano de Ação	ETI / EA / Consultoria / Atores locais
410	Audiência Pública do Plano de Ação	ETI / EA / Consultoria / População
411	Validação do Relatório do Plano de Ação Final (RPAF)	Consultoria

2.4.1 Atividades

2.4.1.1 Atividade 401: Zoneamento Territorial

A partir da informação de caracterização da área costeira, e tendo em conta os objetivos gerais e específicos e as metas do Plano de Desenvolvimento Sustentável, serão definidas áreas homogêneas no que diz respeito aos seus valores ecológicos, estéticos, produtivos, paisagísticos, etc., e pelas suas necessidades de gestão. Entre os critérios empregados para definir as zonas, serão empregados os seguintes:

- Presença de habitats ou espécies prioritárias ou de interesse;
- Presença de elementos culturais ou patrimoniais relevantes;
- Estado de conservação dos habitats naturais
- Fragilidade e vulnerabilidade dos ecossistemas;
- Presença de atividades produtivas de sustento para as comunidades locais;
- Presença de infraestruturas importantes;
- Valor paisagístico e turístico;
- Presença de usos tradicionais compatíveis com a conservação;

- Estado degradado ou contaminado de uma zona que precisa de ações de restauração;
- Capacidade de proteção e resiliência ante as perturbações.

Com base nos critérios mencionados, serão estabelecidas tipologias de zonas nas quais serão permitidos ou regulados determinados usos, e aquelas que requerem de ações de melhora, investimento ou restauração com vistas à conservação total. Parcial ou compatibilidade com as atividades humanas, e também zonas de amortecimento no entorno das áreas naturais e turísticas de maior valor.

2.4.1.2 Atividade 402: Definição de Programas e Propostas de Ação

Nesta etapa serão definidos os programas e metas de desenvolvimento sustentável para a região costeira do Paraná, de modo a compatibilizar as questões relacionadas aos riscos e vulnerabilidades ambientais e sociais traçadas pelos cenários futuros, e o crescimento sustentável. As ações propostas devem ser agrupadas nos eixos de intervenção estabelecidos, preparando-se uma descrição do seu conjunto, com as seguintes indicações:

a. Descrição do produto;
b. Objetivo;
c. Justificativa;
d. Descrição da ação;
e. Prazo de execução estimado (ou previsão de continuidade);
f. Previsão de custos;
g. Análise legal (arcabouço jurídico) quanto aos aspectos ambientais, culturais, sociais, administrativo, financeiro;
h. Fontes de investimentos (nacional e internacional);
i. Modelo de gestão (público, privado, concessão, parceria público-privado);
j. Impactos econômicos e sociais esperados na Região;

k. Impactos na geração de empregos e qualificação;
l. Análise de viabilidade físico-financeira quanto à sua execução;
m. Principais atores privados e públicos envolvidos.

O conjunto dos Planos Operacionais deverá gerar um caderno de aplicação, incluindo a respectiva análise de viabilidade físico-financeira quanto à execução de cada um dos planos, bem como seu cronograma físico-financeiro de implementação, considerando, ainda, a estimativa dos investimentos necessários, suas fontes e modo de captação.

Aspectos metodológicos

As ações estratégicas contempladas no Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná estão vinculadas à delimitação de zonas funcionais que permitirão o ordenamento territorial do planejamento e da gestão, e orientar, distribuir e regular os usos e as atividades com base nos valores e usos atuais descritos no componente de Contextualização e na construção dos Cenários futuros. O zoneamento incluirá como mínimo, a distinção entre as seguintes áreas funcionais, de acordo com o Termo de Referência:

- **Zonas funcionais** (existentes e propostas) necessárias para acomodar o crescimento demográfico e econômico projetado pela análise de Cenários Futuros: áreas urbanas, industriais/logísticas, turísticas, de uso público, de preservação natural, de educação ambiental, de esporte e segurança e áreas reguladas.

- **Zonas ambientais ou ecológicas** (existentes e propostas), tais como parques naturais, reservas ambientais, reservas marinhas, florestas, áreas agrícolas, de aquicultura, áreas úmidas, áreas de ecossistemas importantes para as espécies ameaçadas, etc.

- **Áreas vulneráveis às mudanças climáticas**, segundo os cenários futuros planejados (existentes e futuros) incluindo áreas de risco de inundação ou deslizamento, e outros riscos naturais, os sistemas de regulação e salvaguarda,

bem como áreas destinadas à implementação de ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

- **Zonas históricas, culturais e arqueológicas** (existentes e propostas) destinadas à preservação e salvaguarda de valores culturais e patrimoniais e à implementação de estratégias de valorização.
- **Zonas de importância para a melhora da conectividade e sustentabilidade da rede de transporte** (existentes e futuras) para a implementação de instrumentos regulatórios para garantir a comunicação e articulação da área litorânea a longo prazo mitigando ou evitando os impactos ambientais e compensando aqueles que não seja possível evitar.
- **Zonas destinadas ao investimento em infraestruturas chave**, nas que se localizarão as infraestruturas que precisam de investimentos para a melhora e a implantação de sistemas de drenagem, tratamento de efluentes, coleta de águas, tratamento e distribuição, descarte de resíduos sólidos, logística, telecomunicação, saúde, segurança, linhas de energia e outros.
- **Zonas marginais** de baixa renda que precisam de ações de compensação, melhoria dos serviços básicos e investimento para equilibrar as desigualdades.
- **Zonas municipais** que deverão ser tratadas do ponto de vista das suas particularidades ligadas às características dos municípios, no que diz respeito à implementação de áreas verdes, serviços públicos, mobilidade e conservação.
- **Zonas de conservação e aumento da conectividade** (corredores ecológicos), áreas de amortecimento que permitem assegurar a proteção de áreas naturais de alto valor, proporcionando maior conectividade, aumentando a resiliência, reduzindo o “efeito de borda” e contribuindo para a comunicação e riqueza paisagística.
- **Outras zonas** ou iniciativas localizadas em pontos concretos.

Assim, o zoneamento visa alcançar os seguintes objetivos:

- Proteger os habitats, ecossistemas, espécies e processos de interesse particular para o desenvolvimento sustentável da área costeira.
- Separar e ordenar os usos e atividades humanas no espaço de forma a reduzir as ameaças para a conservação de valões chave e garantir a compatibilidade dos usos com a conservação.
- Regular e potenciar as atividades humanas que põem em valor os recursos naturais e culturais ligados à área costeira.
- Garantir o sucesso das ações e medidas contempladas no Plano de Gerenciamento melhorando a qualidade de vida das comunidades locais e gerando oportunidades de crescimento e desenvolvimento baseadas na conservação.

A definição de programas e propostas de ação atenderá os objetivos e metas estabelecidos na etapa anterior, fundamentados em uma série de princípios, dos quais detalhamos na continuação os aspectos fundamentais a considerar:

- A proteção dos ecossistemas de forma a garantir as funções ecológicas, a proteção da diversidade biológica e uso dos recursos conforme a sua capacidade de suporte.
- A melhora das condições de vida das populações costeiras, estimulando os usos tradicionais sustentáveis.
- A integração da Zona Costeira com as demais regiões que a influenciam ou que são influenciadas por ela.
- O reforço das capacidades institucionais a nível municipal, tendo em consideração as competências que afetam as questões de maior interesse para os Municípios.
- A regulação das atividades com vistas a minimizar o impacto sobre a Zona Costeira e os ecossistemas de alto valor.

- A recuperação ambiental com critérios ecológicos, das áreas degradadas, adequando o desenho das atuações às diretrizes estabelecidas no zoneamento.

As ações propostas devem ser agrupadas nos eixos de intervenção estabelecidos, preparando-se uma descrição do seu conjunto, com as seguintes indicações:

- Descrição do produto.
- Objetivo.
- Justificativa.
- Descrição da ação.
- Prazo de execução estimado (ou previsão de continuidade).
- Previsão de custos.
- Análise legal (arcabouço jurídico) quanto aos aspectos ambientais, culturais, sociais, administrativo, financeiro.
- Fontes de investimentos (nacional e internacional).
- Modelo de gestão (público, privado, concessão, parceria público-privado)
- Impactos econômicos e sociais esperados na região.
- Impactos na geração de empregos e qualificação.
- Análises de viabilidade físico-financeira quanto à sua execução.
- Principais atores privados e públicos envolvidos.

O conjunto dos Planos Operacionais deverá gerar um caderno de aplicação, onde estarão detalhados os elementos acima relacionados e outros que se mostrem necessários à prática das recomendações estratégicas, à elaboração de projetos específicos e à implementação de ações que ensejem, em seu conjunto, alcançar os resultados do Projeto.

Ademais, deverão constar de tais orientações as parcerias fundamentais e potenciais necessárias ao sucesso desses empreendimentos, apontando-se ali as responsabilidades e seus nível de execução, tanto quanto os modos de se buscar a formalização dos comprometimentos institucionais que viabilizem a execução do PDS Litoral.

2.4.1.3 Atividade 403: Definição de Estratégias de Financiamento Viáveis

Serão elaboradas fichas de investimento específicas para cada uma das ações do Plano de Desenvolvimento Sustentável nas que se contabilizarão os custos de implementação, monitoramento e avaliação, bem como as oportunidades de empreendimento e desenvolvimento de inciativas locais e as opções de financiamento viáveis para cada ação, detalhando:

- Descrição do investimento;
- Tipo de investimento (obras, infraestruturas, melhora institucional, capacitação, formação, promoção, restauração, conservação, etc.);
- Custos associados à implementação;
- Opções de financiamento, indicando: se são públicas, privadas ou em parceria, as entidades implicadas, as formas de aplicação;
- Os documentos necessários para a aplicação;
- A temporalidade ou periodicidade do chamamento para a apresentação de aplicativos.

Aspectos metodológicos

Para poder implementar as estratégias e ações do PDS Litoral será fundamental ter uma estratégia de aquisição adequada e dimensionada para o custo das diferentes ações, tentando otimizar os recursos disponíveis, mas assegurando uma cobertura adequada dos custos estimados da sua aplicação durante o tempo em que as ações estão programadas.

Portanto, para lograr a consecução dos objetivos previstos através destas ações, serão definidas aquelas estratégias de financiamento viáveis para a implementação do Plano. O foco estará especialmente centrado na captação de recursos de curto prazo, mas também de médio prazo. Estas são algumas das que poderão ser utilizadas para o financiamento das ações previstas:

- Parcerias público-privadas entre diversos municípios, empresas, comunidades locais, etc.
- Procura de possíveis colaborações, tanto públicas como privadas, por parte de fundações e mecenas.
- Linhas de financiamento de projetos relacionados, de forma direta ou indireta, com o desenvolvimento sustentável (em todas ou alguma das suas dimensões: sociais, econômicas e ambientais) por parte da administração a diferentes níveis: nacional, federal, estadual, municipal, etc.
- Linhas de financiamento, tanto públicas como privadas, para associações, cooperativas, produtores ou empresas.
- Consulta de linhas de financiamento multilaterais a nível internacional para instituições e organizações.
- Recursos públicos oriundos dos Bancos de Desenvolvimento do Brasil e da América Latina (CAF).
- Captação de recursos por meio do ICMS Ecológico.

2.4.1.4 Atividade 404: Definição da Estratégia Institucional e de Gestão

Esta atividade consiste na elaboração de um quadro institucional apropriado para gerenciar a implementação, revisão e atualização do Plano de Desenvolvimento Sustentável, tanto no curto, como no médio e longo prazo. Para isso se estabelecerá um organograma organizativo no qual estejam representadas as partes interessadas para levar a cabo este gerenciamento do Plano de forma participativa e com consenso.

Aspectos metodológicos

A atividade visa a elaboração de estatutos e um protocolo de atuação no qual sejam definidos o seu status jurídico, a composição institucional, o escopo de trabalho, a equipe e o orçamento preciso para o seu funcionamento de forma anual. Além disso, serão definidas as funções principais, de forma que exista uma divisão equilibrada entre

elas. Igualmente deverão ser potencializadas as sinergias e relações entre as diferentes entidades ou instituições, para levar a cabo, de forma otimizada, o cumprimento das ações e objetivos propostos.

Deverão estar representados os distintos agentes implicados do território, para a implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável. De forma preliminar a sua composição será:

- Cada um dos 7 municípios deverá estar representado nas distintas áreas, tendo em conta as dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômica e ecológica.
- Representantes estaduais das áreas que abrangem o projeto: turismo, ecologia, unidades de conservação, território, cultura, arqueologia, zonas rurais e urbanas, transportes, etc.
- Representantes das comunidades locais do litoral paranaense.
- Representantes de associações de empresariado turístico do litoral paranaense.
- Associações culturais, ambientalistas, ou implicadas no desenvolvimento do território do litoral paranaense.

Com os contatos de todas as pessoas que formam parte deste Comitê de Gerenciamento será criada uma base de dados. Além da comunicação por meio de e-mail e telefone serão realizadas reuniões presenciais periódicas.

Todas estas medidas facilitarão a gestão do projeto e a estratégia institucional de trabalho dentro do mesmo, de forma que o funcionamento da equipe seja mais organizado.

2.4.1.5 Atividade 405: Estabelecimento de Indicadores de Monitoramento e Avaliação

Esta fase tem por objetivo promover o monitoramento da evolução do projeto, o acompanhamento e a avaliação dos resultados. Com esta finalidade será elaborada uma

matriz de indicadores de desempenho do projeto, tendo como linha de base o período inicial dos trabalhos, indo até a sua conclusão. A seleção de indicadores deverá ser realizada de forma participativa com os atores implicados no gerenciamento costeiro e os agentes interessados, compartindo a visão estratégica proposta para o litoral do Paraná.

Aspectos metodológicos

O mecanismo de acompanhamento e avaliação deverá ser de fácil compreensão tanto para que as informações possam ser visualizadas no site do Projeto, quanto para haver meios de atualizá-las ao longo da aplicação do Plano de Ação.

No marco da elaboração do Sistema de Monitoramento do PDS Litoral serão consideradas as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) como parte integrante da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM). Atendendo ao PNGC II, Resolução CIRM 005/97, além dos instrumentos de gerenciamento ambiental previstos no artigo 9^{0} da Lei 6936/81, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, entre outros instrumentos deverá ser considerado um Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira – SMA-ZC que se constitui na estrutura operacional de coleta de dados e informações, de forma contínua, de modo a acompanhar os indicadores de qualidade socioambiental da Zona Costeira e propiciar o suporte permanente dos Planos de Gestão. No entanto, esse sistema apresenta ainda lacunas importantes no seu desenvolvimento, pelo que a Consultoria desenvolverá um sistema para o monitoramento e avaliação empregando indicadores de sustentabilidade e unidades de medição.

Os indicadores estarão relacionados a todos os aspectos que definem a sustentabilidade da área costeira:

- Capacitação institucional e governança local (integração das políticas e planos, melhora das ferramentas de gestão e monitorização, recursos humanos,

implementação de boas práticas, participação da população na tomada de decisões).

- Crescimento econômico e correção dos desiquilíbrios territoriais (oportunidades, empreendimentos, uso do solo, melhoria da eficiência, pesca e aquicultura, turismo sustentável).
- Qualidade ambiental e de vida (seguridade, saúde e proteção dos recursos).
- Bem-estar social (igualdade, demografia, educação, saúde, cultura e identidade.

Cada um dos indicadores selecionados para a avaliação do cumprimento dos critérios mencionados será avaliado numa escala de acordo com a sua variabilidade e importância (peso), de modo que eles podem ser quantificados. Em qualquer caso, ele garante que os indicadores sejam mensuráveis, alcançáveis, relevantes e monitoráveis ("SMART").

Para a seleção serão empregadas fontes de consulta disponíveis que poderão ser adaptadas ao contexto do Litoral do Paraná. Entre as fontes disponíveis, a *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN), rede criada pela ONU (Organização das Nações Unidas) para mobilizar a sociedade civil, a academia e o setor privado para apoiar o desenvolvimento sustentável, criou uma lista dos 100 indicadores globais de monitoramento dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) mencionados no Termo de Referência.

A lista será atualizada sempre que os especialistas concordarem em novos indicadores e métricas para preencher as lacunas identificadas, pelo que o sistema de

monitoramento aplicado no Paraná poderá servir para retroalimentar essa base de dados internacional.

O resultado das avaliações periódicas realizadas permitirá corrigir aqueles aspectos que sejam necessários para caminhar rumo aos objetivos e visão estratégica de desenvolvimento sustentável para o Litoral do Paraná, garantindo a gestão adaptativa e a capacidade de resposta ante mudanças acontecidas e a melhoria contínua da gestão. A definição da estratégia de coordenação institucional detalhará os responsáveis para o monitoramento e avaliação e a periodicidade e custo associados a essas ações de seguimento.

2.4.1.6 Atividade 406: Elaboração do Plano de Ação Inicial (RPAI)

A Consultoria elaborará a versão inicial do Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI), que apresentará, como resultado das atividades anteriores, um conjunto de planos, programas, projetos e ações, que contenham mecanismos de monitoramento e controle de ações governamentais para cada um dos meios diagnosticados e de forma que se inter-relacionem, por meio de uma matriz de inter-relacionamento.

2.4.1.7 Atividade 407: Realização da Reunião Técnica 04

O Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI) será encaminhado por meio eletrônico à Equipe Técnica Intersecretarial (ETI), para a analiso do relatório, com prazo previsto de 7 (sete) dias corridos. Após esse período se realizará a Reunião Técnica 01, entre a ETI e a Consultoria, na qual serão apresentadas pela ETI suas considerações e contribuições em relação ao relatório. A Consultoria disporá do prazo de 7 (sete) dias corridos para a realização dos ajustes necessários, e ao final desse período encaminhará à ETI o relatório revisado para sua validação.

2.4.1.9 Atividade 408: Disponibilização do Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI)

Uma vez aprovado pela ETI, o **Produto 10 – Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI)** será disponibilizado para consulta pública através da internet, junto com o material elaborado como informação para consultas públicas, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data de realização das Oficinas do Plano de Ação.

PRODUTO 10 Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI)	Contendo propostas para intervenções físicas, estudos complementares e ações institucionais, de curto, médio e longo prazo, focando nas seguintes áreas: ▪ Identificação e localização das zonas funcionais (existentes e propostas) que serão necessárias para acomodar o crescimento demográfico e econômico projetado para a área do litoral; ▪ Zonas ambientais/ecológicas para preservação; ▪ Áreas vulneráveis à mudança climática; ▪ Zonas históricas, culturais e arqueológicas para preservação (existentes e propostas) e instrumentos de salvaguarda e estratégias de valorização propostas; ▪ Rede principal de transporte (existente e proposta) das zonas funcionais do projeto; ▪ Localização de investimentos-chave em infraestrutura urbana nas áreas funcionais do projeto visando apoiar o crescimento da área do litoral; ▪ Identificar áreas informais/de baixa renda para o aprimoramento de programas de desenvolvimento social; ▪ Definição de padrões de desenvolvimento para planejamento urbano voltados à forma de construção, utilização de terra, espaço público, áreas verdes, mobilidade não motorizada, e a prestação de serviços públicos básicos (educação, saúde e esportes); ▪ Identificação de unidades de conservação atuais e futuras e formação de corredores ecológicos e as áreas intocáveis; ▪ Identificação de outras iniciativas que irão apoiar a visão para a área do litoral a longo prazo.

2.4.1.10 Atividade 409: Realização das Oficinas do Plano de Ação

As Oficinas do Plano de Ação são encontros, com a presença da Equipe Técnica Intersecretarial (ETI), da Equipe de Acompanhamento (EA), da Consultoria e de atores sociais locais de maior representatividade, realizados em três municípios (Morretes, Pontal do Paraná e Paranaguá), e têm como propósito serem qualificadoras e propositivas, de discussão e recebimento de contribuições ao Relatório do Plano de

Ação Inicial. A metodologia a ser utilizada para a realização das oficinas está detalhada no item 2.7.1.1.

A pauta prevista para as Oficinas de Contextualização, que têm duração prevista de 3 (três) horas, consiste em:

- Abertura da oficina pelo moderador;
- Apresentação dos temas mais relevantes pela Consultoria;
- Discussão e acolhimento de contribuições (equipe de mediação);
- Considerações finais e encerramento da oficina.

Para cada Oficina do Plano de Ação será elaborado um relato contendo a descrição das atividades desenvolvidas e os principais resultados obtidos. .

Após a realização das Oficinas do Plano de Ação a Consultoria atualizará o RPAI com as contribuições advindas das oficinas, resultando no Relatório do Plano de Ação Consolidado, que contará ainda com a definição do local e listagem prévia dos participantes da Audiência Pública do Plano de Ação.

Além do Relatório do Plano de Ação Consolidado, o Relatório de Atividades (RA 04) conterá, pelo menos, as seguintes informações relacionadas às oficinas de contextualização:

- Lista de presença, contendo nomes, instituição e informações de contato;
- Ata da reunião que contenha a transcrição das contribuições de cada município;
- Relatório fotográficos;
- Relatórios e entrevistas em vídeo;
- Lista dos integrantes da Equipe de Acompanhamento;
- Outras informações pertinentes.

O **Produto 11 – Relatório de Atividades (RA 04)** será analisado pela ETI em até 15 (quinze) dias e o retornará à Consultoria para os devidos ajustes, se necessário, que por sua vez terá um prazo de até 15 (quinze) dias para reapresenta-lo. Uma vez aprovado pela ETI, todo material elaborado será disponibilizado para consulta pública através da

internet, ao menos 15 (quinze) dias antes da realização da Audiência Pública do Plano de Ação.

PRODUTO 11 Relatório de Atividades 04 (RA 04)	De cada uma das oficinas do plano de ação: ▪ Lista de presença contendo nomes, instituição e informações de contato; ▪ Ata da reunião que contenha a transcrição das contribuições de cada município; ▪ Relatórios fotográficos; ▪ Relatórios e entrevistas em vídeo; ▪ Lista dos integrantes das Equipes de Acompanhamento (EA); ▪ Outras informações pertinentes. Relatório do Plano de Ação Consolidado: ▪ Relatório do plano de ação avaliado e compilado com as contribuições das oficinas; ▪ Definição do local e listagem prévia dos participantes da Audiência Pública do Plano de Ação.

Participantes

I. ETI – Equipe Técnica Intersecretarial
II. EA – Equipe de Acompanhamento: Oficina 01 – Antonina, Guaraqueçaba e Morretes; Oficina 02 – Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná; Oficina 03 – Paranaguá
III. Consultoria
IV. Convidados especiais (tais como atores diretamente afetados e estudiosos dos temas abordados)

Locais

EVENTO	DATA	LOCAL
Oficina do Plano de Ação 01		Morretes
Oficina do Plano de Ação 01		Pontal do Paraná
Oficina do Plano de Ação 01		Paranaguá

2.4.1.11 Atividade 410: Audiência Pública do Plano de Ação

As Audiências Públicas do Plano de Ação serão realizadas em três municípios (Morretes, Pontal do Paraná e Paranaguá), conforme o agrupamento previsto no Item 1.5, e têm

como propósito apresentar o Relatório do Plano de Ação para a população, ouvir seus anseios e recolher as contribuições para a construção do Plano. A metodologia a ser utilizada para a realização das audiências públicas está detalhada no item 2.7.1.3.

Participantes

I. ETI – Equipe Técnica Intersecretarial
II. EA – Equipe de Acompanhamento: Audiência Pública 01 – Antonina, Guaraqueçaba e Morretes; Audiência 02 – Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná; Audiência Pública 03 – Paranaguá
III. Consultoria
IV. Comunidade e atores regionais

Locais

EVENTO	DATA	LOCAL
Audiência Pública 01		Morretes
Audiência Pública 02		Pontal do Paraná
Audiência Pública 03		Paranaguá

2.4.1.12 Atividade 411: Elaboração do Relatório do Plano de Ação Final (RPAF)

Após a realização da Audiência Pública do Plano de Ação a Consultoria incorporará as contribuições pertinentes ao Relatório do Plano de Ação, resultando na entrega do **Produto 12 – Relatório do Plano de Ação Final (RPAF)** que será analisado pela ETI em até 07 (sete) dias e o retornará à Consultoria para os devidos ajustes, se necessário, que por sua vez terá um prazo de até 07 (sete) dias para reapresenta-lo. Uma vez aprovado, a Consultoria deverá disponibilizar todo o material elaborado para consulta pública através da internet.

PRODUTO 12 Relatório do Plano de Ação Final (RPAF)	Consiste no documento resultante da: ▪ Compilação do Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI); ▪ Relatório de Atividades 04: Oficinas do Plano de Ação e Relatório do Plano de Ação Consolidado (RA 04); ▪ Contribuições recebidas durante a Audiência Pública do Plano de Ação. Deverá conter um relato das contribuições e das presenças dos participantes durante a audiência pública.

2.5 ETAPA 5: CONFERÊNCIA REGIONAL

A Conferência Regional celebra o fim dos trabalhos de elaboração do PDS Litoral e a entrega do documento final. As atividades a serem desenvolvidas para tanto, sintetizadas no quadro a seguir e descritas nos itens subsequentes, visam a realização da Conferência Regional e a elaboração e entrega do Documento Final.

CONFERÊNCIA REGIONAL

ATIV.	ITEM	RESPONSÁVEL
501	Elaboração do documento final do Plano	Consultoria
502	Apresentação e revisão do documento final do Plano	ETI / Consultoria
503	Realização da Conferência Regional	ETI / EA / Consultoria / População

2.5.1 Atividades

2.5.1.1 Atividade 501: Elaboração do Documento Final do Plano

Trata-se do documento consolidado e editorado do PDS Litoral, atendendo plenamente e satisfatoriamente a todos os itens previstos no Termo de Referência do projeto. Além disso, a Consultoria elaborará uma lista sugerindo a quantidade e destinatários das cópias do Documento Final.

2.5.1.2 Atividade 502: Apresentação e Revisão do Documento Final do Plano

A Consultoria apresentará uma prévia do Documento Final para a Equipe Técnica Intersecretarial (ETI), que será analisado pela ETI em até 15 (quinze) dias e o retornará à Consultoria para os devidos ajustes, se necessário, que por sua vez terá um prazo de até 15 (quinze) dias para efetuar as correções solicitadas.

Uma vez aprovado pela ETI, o Documento Final será disponibilizado para consulta pública através da internet, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da realização da Conferência Regional.

2.5.1.3 Atividade 503: Realização da Conferência Regional

A Conferência Regional será realizada no Município de Paranaguá, e contará com a participação mínima de um representante de cada setor da sociedade, apontados previamente nesse Plano de Trabalho, e divulgada amplamente por todos os envolvidos.

A Conferência Regional celebra o fim dos trabalhos de elaboração do PDS Litoral e a entrega do Documento Final do Plano.

PRODUTO 13 Documento Final	O Documento Final consiste no documento consolidado e editorado, atendendo plenamente e satisfatoriamente a todos os itens previstos no Termo de Referência.

Todos os produtos serão escritos em língua portuguesa e entregues em 3 cópias impressas e encadernadas em volume único e 1 cópia digital. O Documento Final será entregue em 20 cópias impressas, 3 cópias em meio digital em formato PDF e 3 cópias em meio digital em formato editável.

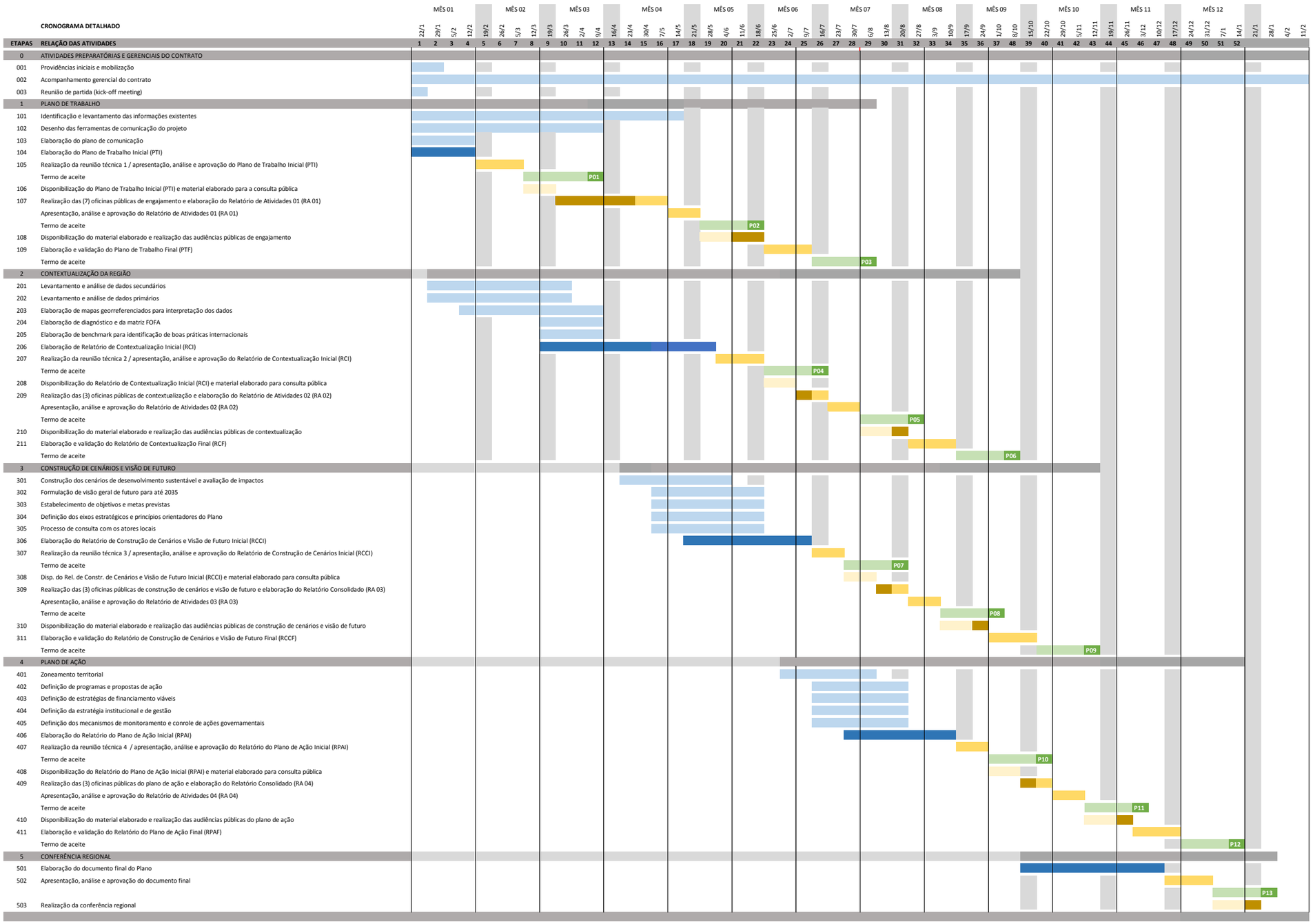
Participantes

I. ETI – Equipe Técnica Intersecretarial
II. EA – Equipe de Acompanhamento – de todos os municípios
III. Consultoria
IV. Comunidade e atores regionais

Local

EVENTO	DATA	LOCAL
Conferência Regional	21/1 a 25/1	Paranaguá

2.6 CRONOGRAMA SEMANAL



2.7 AÇÕES DE PARTICIPAÇÃO LOCAL

Os mecanismos de participação para elaboração do Plano precisam ser capazes de superar três obstáculos acentuados:

Identificar / sensibilizar parceiros – As organizações da sociedade civil têm acompanhado muito pouco o debate no âmbito regional, boa parte das organizações decorrem de uma cultura municipalista e territorializada, onde o debate político e intermunicipal não está colocado de maneira regular e consistente.

Superar a cultura assistencialista e de interesses partidários – O Plano poderá atravessar períodos eleitorais repletos de interinfluencias nas ações públicas em curso. O forte histórico do controle efetuado por grupos políticos locais traz uma ameaça para a efetiva e franca participação local.

Fragmentação atemática e fragilidade institucional das organizações civis – Boa parte das organizações trabalha temas segmentados e de maneira isolada. Poucas associações se arvoram em um debate articulado e institucionalizado. Além disso, há um enfraquecimento do modelo tradicional de participação por antigas organizações civis, em substituição de novos padrões de ingerência e comunicação (democracia virtual).

Nesse sentido a participação almejada demandará um trabalho intenso e contínuo de identificação, sensibilização e mobilização de atores plurais, que se disponha a formular o debate de uma cidadania regionalizada.

Por outro lado, há uma forte demanda por espaços de diálogo e de interação qualificada junto ao Estado. A compreensão predominante no campo civil entende como natural sua interação com a política pública como horizonte fundamental para processos de escala e sustentação. A oportunidade desse espaço e a agenda de impacto cotidiano na qualidade de vida das pessoas muito provavelmente, servirá de atrativo para um conjunto significativo de interessados, de distintas localidades e temas.

Desse modo, o desafio será dar consequência ao processo e efetividade ao diálogo formulado, de maneira que mantenha aquecido o espaço participativo, que se obtenham contribuições qualificadas e onde o elemento participativo seja um pilar do processo de implementação do Plano a ser desenvolvido.

Em situação semelhante, com alguma distinção de estrutura, se encontram as organizações de caráter econômico privado e organizações corporativas, que mantém relevante presença municipal, mas tímida reflexão regional. Uma distinção importante é que esses segmentos assegurem uma estrutura capilarizada e conectada.

Neste cenário temos como desafio, incorporando o risco e oportunidade, de gerar um novo formato de participação do debate público, mais consequente e concreto, colocando ênfase nas ações regionais, diminuindo a distância da ambiência estadual e ampliando a visão estritamente local. A participação precisa ser estimulada, enquanto o modelo de participação pública precisa ser refundado.

Nos últimos anos, múltiplos esforços têm sido conduzidos em todo o mundo, e também no Brasil, para promover cidades mais sustentáveis. Alguns dos elementos essenciais, entre outros, devem ser desatados como fatores chaves: lideranças, conhecimento e parcerias.

Lideranças com vontade política e coragem para superar obstáculos são essenciais na reformulação da política regional – estejam elas nos governos municipais, nas empresas, em associações de bairro ou organizações da sociedade civil. A dimensão regional permite o acolhimento de expressões originadas por lideranças comunitárias, empresariais, juvenis, temáticas, etc. Manter um foco na participação de “condutores” de processos é uma estratégia a ser adotada.

Informação e conhecimento também são centrais para que a transformação do espaço urbano aconteça. Promover o debate em torno de estudos e pesquisas, lidar com métricas e cruzamentos de dados, por exemplo, permitem formar um retrato da realidade urbana – suas oportunidades e lacunas – e propor soluções que podem ter

maior impacto na promoção da qualidade de vida. Além disso, garantir a transparência e o acesso das pessoas às informações públicas é fundamental para a democracia.

Em diversos países, entre eles o Brasil, experiências de trabalho articulado entre os setores público, privado e social têm mostrado um jeito moderno e inovador de criar soluções para as cidades. Mobilizar parcerias e conexões permite potencializar os esforços empregados e aproveitar debates já coletivizados por segmentos.

Assim, a metodologia de participação no PDS Litoral deve estar em consonância com a demanda por novos modelos de governança, canais e espaços de participação social inclusivos, com ampliação da democracia direta, possibilitando ao cidadão e sua institucionalidade influenciar nas discussões e nos processos de tomada de decisão. Neste sentido seguem algumas informações acerca das premissas, estratégias, público chave, mapa de participação, atividades relacionadas especificamente ao Plano de Participação.

Premissas

- A distribuição das atividades deverá estar em consonância com as etapas do Plano em foco (Plano de Trabalho, Contextualização da Região, Construção de Cenários e Visão de Futuro, Plano de Ação e Conferência Regional).
- Deverá ainda estar em estreita relação com as atividades de capacitação, comunicação, monitoramento e avaliação, promovendo uma visão sistêmica e articulada.
- As instâncias de participação deverão ser acompanhadas e validadas regularmente pela equipe da Consultoria para ajustes e aprimoramento.
- O contexto não é favorável à participação, pois o ambiente é de desestímulo de descrença na agenda pública. A crise econômica tem colocado obstáculos na mobilização de agendas coletivas, tanto de segmentos governamentais, quanto da sociedade civil. A mobilização deve ser capaz de superar este cenário adverso.
- Um dos desafios adotados é ampliar a percepção dos ganhos com o avanço de uma governança integrada dos municípios.

Estratégia

- Estabelecer as instâncias formais de participação permeadas e dinâmicas.
- Incluir mecanismos de participação virtual para membros das instâncias formais de participação e também para o público geral.
- Harmonizar o recorte de segmentos territoriais e temáticos ao longo do desenvolvimento do Plano, combinando espaços de participação com referência nos três elementos.
- Promover iniciativas localizadas nos municípios e simbólicas, visando estimular uma cidadania regional, sem perder a referência municipal.
- Estar atento ao calendário impactante aos processos de mobilização, tais como períodos festivos e eleitorais.
- Estimular ações relacionadas aos temas de destaque regional, entre eles: acidentes naturais, Porto de Paranaguá e turismo de praia sazonal.
- Desenvolver ferramenta tecnológica mostrando a distribuição da participação da sociedade civil na região, indicando seu perfil, área e abrangência de atuação (Mapa de Participação).

Público Chave

- Identificar pontos chave de cooperação com o segmento privado – priorizar instituições com capilaridade regional.
- Identificar pontos chave de cooperação com agências reguladoras estaduais e concessionárias. Articular com organismos vinculados aos eixos centrais do Plano e de amplo impacto na vida cotidiana das populações.
- Identificar pontos chave de cooperação com agências e órgãos federais – promover o diálogo com instituições nacionais relevantes para o desenvolvimento da região (BNDES, Caixa, Porto, etc.).
- Identificar organizações prioritárias acadêmicas – relacionar instituições de cunho acadêmico cujo foco concentre-se em ações envolvendo reflexões regionais.

- Identificar atores da sociedade civil de atuação local e regional – mapear atores da sociedade civil, com atuação local, espalhados nos distintos municípios, bem como de organizações com foco e diálogo regional.
- Identificar atores chave das organizações de classe – articular instituições de reconhecida relevância para intervenções urbanas.
- Identificar mídia local – relacionar os distintos segmentos de comunicação comunitária de forma a cativar estes atores para uma difusão do Plano.
- Identificar pontos focais de participação dos municípios – buscar interlocutores qualificados, nas prefeituras, sobre o tema da participação/gestão, visando um canal direto para participação em eventos/reuniões/diálogo.
- Identificar pontos focais em secretarias e órgãos do governo estadual – estabelecer rede de contatos com órgãos governamentais estaduais para contribuições na reflexão e intervenção no Plano.
- Identificar pontos de referência com legislativo estadual e municipais – estabelecer canal de participação do legislativo para temáticas que envolvam os debates regionais.
- Identificar atores chave nas agências internacionais – estabelecer canal de diálogo com agências internacionais para acompanhamento do Plano (ONU Habitat, PNUD, Banco Mundial, etc.).

A figura a seguir traz uma representação da estrutura geral de participação dos agentes do território no Plano. Este elemento articulador, além de respaldo legitimador, dá aderência à dinâmica das problemáticas a serem enfrentadas, e ao potencial das sinergias a serem efetivadas em escala regional. A participação terá início já na fase deste Plano de Trabalho e, dentro dos processos de elaboração do Plano, se pretende estabelecê-la como locus da consolidação de uma cultura regional permanente, participativa e propositiva, e indutora de ações que resultem em melhoria na qualidade de vida e competitividade sistêmica de um território em articulação.

Mapa de Participação

Elaborar e desenvolver um mapa georreferenciado da participação da sociedade civil na região em estudo, estabelecendo para isso uma tipologia de acordo com perfil associativo, temas prioritários de atuação, marco legal e grau de envolvimento com temas regionais. Espera-se contribuir para visibilidade da atuação comunitária, expansão da participação virtual e acréscimo da mobilização local.

Exemplos de atividades locais que podem ser inseridas

(Expansão Geográfica)

- Café com mídia local – exposição itinerante com mídia comunitária (blogueiros e rádios) sobre temas afeitos à região. Uma espécie de informativo e detalhamento sobre o cenário do município.

- Atividade em escolas – mobilização de professores de ensino médio para criação de uma rede de difusão e reflexão, construindo nas escolas murais com conteúdo regional.
- Atividades na praça/espaços públicos – ação espontânea de mobilização em pontos de concentração populacional com enquetes e consultas em relação aos temas regionais. Ação articulada à estratégia de comunicação.
- Aula na rua/trem/mar – estímulo à criação de atividades pedagógicas através de visitação guiada e reflexiva sobre os equipamentos regionais, destinado ao público diretamente afetado, acadêmicos e curiosos em geral.
- Atividades formativas – estruturação de atividades formativas direcionadas a gestores municipais e estaduais diretamente envolvidos com o tema regional.

Distribuição das Atividades Previstas (Eventos)

- Fase de Engajamento
  - 01 Reunião Técnica
  - 07 Oficinas Municipais
  - 07 Audiências Públicas
- Fase de Contextualização da Região
  - 01 Reunião Técnica
  - 03 Oficinas Regionais
  - 03 Audiências Públicas
- Fase de Construção de Cenários e Visão de Futuro
  - 01 Reunião Técnica
  - 03 Oficinas Regionais
  - 03 Audiência Pública
- Fase do Plano de Ação
  - 01 Reunião Técnica
  - 03 Oficinas Regionais

- 03 Audiência Pública

- Fase da Conferência Regional
  - 01 Conferência Regional

O local, duração e programação dos eventos estão definidos no Plano de Trabalho.

No que diz respeito à dinâmica, dentre as alternativas possíveis, deve-se ter como premissa para a escolha que a mesma seja estimuladora de comportamento colaborativo através de atividades e metodologias participativas. A seguir apresenta-se uma possível estrutura para a dinâmica:

- Explicar dinâmica "*World Café" inspired*.
- Dividir a plenária em grupos menores (por exemplo, até 5 participantes).

1ª ETAPA: Brainstorming

1) Responder à pergunta (com o número de ideias que quiser), exemplo: "O que é indispensável (o que não pode faltar) na região que desejamos em 2035?.

   Registro: post it no flip chart
   - Trocar de grupos
   - Clusterização e identificação

2) Clusterizar as "visões" dentro dos eixos estruturantes (mobilidade, saneamento, habitação, meio ambiente...).

   Registro: post it no flip chart
   - Permanecer nos grupos
   - Cada grupo escolhe 2 (dois) eixos/grupos de visões e vai desenvolver o "framework" de 2 (duas) visões daquele eixo

2ª ETAPA: Desenvolvimento / FRAMEWORK

3) "O que precisa acontecer para essa visão se tornar realidade"? (Como podemos alcançar essas "visões"? Que medidas ou ações deveriam ser realizadas para alcançar essa "visão"?

4) Como eu posso colaborar para essa solução e/ou quem eu indico para a ação?

(Elencar ainda sugestões livres de iniciativas, cidades inspiradoras ou estudos)

Registro: Framework

3ª ETAPA: Compartilhar os resultados

Registro: Plenária

2.7.1 Instâncias de Participação do PDS Litoral

As instâncias de participação previstas durante o desenvolvimento do PDS Litoral são:

- Oficinas participativas
- Escuta ativa
- Audiências públicas
- Consultas públicas

Entre oficinas e audiências públicas está previsto um total de 29 eventos:

07 Oficinas participativas de engajamento

09 Oficinas participativas

12 Audiências Públicas

01 Conferência Regional

2.7.1.1. Oficinas Participativas

As oficinas participativas seguem caráter eminentemente propositivo e estão previstas a ocorrer em cada uma das quatro etapas do Plano. Seu objetivo geral é permitir que um conjunto de atores interessados possa contribuir de maneira pública e coletiva para a composição e elaboração do PDS do Litoral, respondendo às demandas formuladas pela equipe técnica contratada ou aportando questões não observadas com o destaque desejado.

Sua metodologia e objetivos específicos deverão ser ajustados a cada período do plano estando em consonância com as demandas técnicas ou sociais necessárias e possíveis. Para tanto caberá à equipe responsável pelo consórcio executivo propor, avaliar e ajustar as datas e metodologias de acordo com o cenário existente, validando com a equipe de acompanhamento do plano.

Em linha geral as oficinas terão a duração entre 120 e 150 minutos, serão conduzidas pela equipe do consórcio e ocorrerão em local de acesso facilitado para os participantes. As oficinas serão programadas para acolher um público estimado entre 30 e 60 pessoas, com o intuito de reafirmar seu caráter consultivo e eminentemente propositivo.

De um modo geral as oficinas seguirão abrangência sub-regional (assim como as audiências públicas) e servirão de espaço de debates de matérias de interesse de alcance regional. Deverão ocorrer de forma intercalada nos municípios envolvendo a equipe técnica, a equipe de acompanhamento e outros atores convidados.

Desta forma, as oficinas do PDS Litoral deverão seguir dinâmicas específicas de modo a adequar-se aos cenários existentes e demandas do plano, especialmente no que se refere à quantidade de participantes, divulgação, abrangência e metodologia.

Um elemento definidor das próximas atividades do plano será a identificação da equipe de acompanhamento – definida nas primeiras oficinas do Plano – cuja tarefa consiste em monitorar as ações do plano, contribuindo para seu sucesso.

Em função da ação inédita e a indicação da equipe de acompanhamento, as primeiras oficinas – de engajamento – seguirão modelo específico, detalhado a seguir.

a. **Oficinas de engajamento – apresentação do plano de trabalho e eleição da equipe de acompanhamento.**

A realização da rodada inicial de oficinas irá ocorrer separadamente em cada um dos sete municípios abrangidos pelo PDS Litoral, mobilizando atores plurais relacionados aos temas e territórios incluídos no plano. As oficinas acontecerão em espaços públicos, cedidos pelas prefeituras, e serão conduzidos pela equipe do consórcio seguindo metodologias específicas ajustadas a esta fase. As oficinas têm a previsão de duração de aproximadamente 150 minutos, incluindo um período de acolhimento e apresentação, e privilegiando a contribuição dos participantes.

Sendo estas as primeiras iniciativas públicas do plano, serão feitas chamadas públicas através de cartazes, convites eletrônicos, mídia local e contatos pessoais pela equipe do consórcio. Essa convocação ampliada deverá preocupar-se com o equilíbrio na participação dos atores envolvidos.

São dois os objetivos principais planejados para esta primeira rodada:

- Apresentar o Plano de Trabalho, com destaque ao cronograma e descrição das primeiras atividades do plano;
- Eleição/indicação da equipe de acompanhamento municipal.

As oficinas acontecerão no seguinte calendário:

03/04 – Paranaguá	14:00 às 17:00h
04/04 – Morretes	09:00 às 12:00h
05/04 – Guaraqueçaba	14:00 às 17:00h
17/04 – Guaratuba	14:00 às 17:00h
18/04 – Pontal do Paraná	09:00 às 12:00h
18/04 – Matinhos	14:00 às 17:00h
26/04 – Antonina	14:00 às 17:00h

Roteiro das oficinas de engajamento

09:30 – chegada dos participantes e café de acolhida

09:45 – rodada de apresentação entre os presentes (dinâmica de quebra gelo)

10:00 – apresentação dos objetivos da oficina e visão geral do PDS do Litoral

10:15 – saudação do representante do Estado do Paraná (opcional)

10:20 – saudação do representante da Prefeitura local (opcional)

10:25 – saudação de um membro da sociedade civil (opcional)

10:30 – apresentação Plano de Trabalho

10:50 – perguntas e respostas sobre o PDS Litoral

11:20 – apresentação cronograma do PDS Litoral

11:30 – início do processo de escolha da equipe de acompanhamento

12:00 – encerramento

Ao final da rodada completa das oficinas deverá ser realizado um processo avaliativo para aprimoramento das oficinas futuras.

Locais de realização: As oficinas serão realizadas em locais indicados pelas prefeituras em espaços reconhecidos pelos munícipes como acessíveis e convidativos. Idealmente devem contar com ambientes amplos, de cadeiras moveis e com infraestruturas básicas de banheiro e agua. Os locais deverão dispor de acessibilidade e comportar minimamente 70 pessoas, reconhecendo a devida variação de acordo com a população do município.

A equipe do consórcio se responsabiliza a vistoriar os locais previamente de maneira a assegurar o bom planejamento da oficina e adaptar as dinâmicas caso algumas destas características sejam intransponíveis (tal como cadeiras fixas, por exemplo). A equipe do consórcio irá providenciar equipamento de som e imagem.

Metodologia: A condução da metodologia ficará por conta da equipe de participação do consórcio e serão usadas dinâmicas de integração e processos dialogais e interativos. Nesta primeira oficina o principal estímulo será apresentar o plano de trabalho

desenhado e sanar as primeiras dúvidas existentes, deixando as pessoas presentes confortáveis e confiantes com o processo e com o ambiente da oficina. O outro momento chave será a escolha dos nomes da equipe de acompanhamento que irão desenvolver um papel chave nas próximas fases do plano.

Convites: Os convites para esta oficina seguirão duas coordenadas. O primeiro direcionado a atores já identificados como chaves nestas localidades. O esforço deve ser colocado em buscar a diversidade da participação, mobilizando representantes dos distintos grupos, tais como: academia, setor privado, organizações civis, segmentos religiosos e culturais, gestores públicos, entre outros. Esta lista de contatos institucionais será cumulativa e funcionará para informes e outras atividades do PDS do Litoral. Um segundo esforço empreendido destina-se ao público em geral – a comunicação das oficinas funcionará através de cartazes, folder (mosquitinhos) e mídia local. Esta comunicação se destina ao público individual e geral. A comunicação ampliada tem o propósito de chamamento à presença no dia da oficina, mas atende ao propósito complementar de noticiar que está acontecendo o plano naquela região. Os convites, assim como nas atividades abertas ao público em geral, deverão ser anunciados com 15 dias de antecedência.

Prefeituras: Estas oficinas acontecerão em cada um dos sete municípios do Litoral, e pelo seu caráter inicial e pela centralidade das prefeituras no desenvolvimento das políticas públicas, a chamada para a engajamento do poder público municipal foi precedida de uma reunião com cada prefeito (ou seu substituto) com o intuito de apresentar em linhas gerais o plano e combinar a realização especificamente desta oficina, cuja data e local ficaram a cargo das prefeituras indicarem.

b. Oficinas participativas nas fases subsequentes

Cada fase deverá adicionar elementos específicos para a realização das oficinas que deverão ser alinhados regularmente junto ao Governo do Estado, sempre assegurando seu caráter público e participativo. Entretanto é possível adiantar algumas características das oficinas que virão na sequência, na fase de contextualização e seguintes.

As oficinas deverão assumir uma caracterização mais focada no debate técnico dos temas prioritários à região, envolvendo assim atores diretamente afetados, estudiosos dos temas abordados, especialistas do consórcio, o grupo de acompanhamento e convidados especiais.

Nesse sentido as oficinas se configuram em espaços ampliados de debates focados em soluções técnicas capazes de responder às demandas existentes sob uma perspectiva plural, pública e coletiva. Neste desenho as oficinas incorporam o desafio de tratar dos pontos em conflito, buscando soluções criativas e inclusivas, para os principais temas em debate.

A realização destes encontros (oficinas) de caráter mais técnico irá permitir um processo mais aprofundado de transferência de conhecimento, seja para os gestores municipais e estaduais, seja para a sociedade civil.

O conteúdo de cada oficina será definido conjuntamente pela equipe do consórcio, a equipe de acompanhamento local e a equipe técnica do Governo do Estado do Paraná.

As oficinas acontecerão em calendário a ser posteriormente definido:

Xx/yy – Subregião 1 - 14:00 às 17:00h
Xx/yy – Subregião 2 - 09:00 às 12:00h
xx/yy –Subregião 3 - 14:00 às 17:00h

Xx/yy – Subregião 1 - 14:00 às 17:00h
Xx/yy – Subregião 2 - 09:00 às 12:00h

xx/yy –Subregião 3 - 14:00 às 17:00h

Xx/yy –Subregião 1 - 14:00 às 17:00h

Xx/yy –Subregião 2 - 09:00 às 12:00h

xx/yy –Subregião 3 - 14:00 às 17:00h

Roteiro das oficinas

09:30 – chegada dos participantes e café de acolhida

09:45 – rodada de apresentação entre os presentes (dinâmica de quebra gelo)

10:00 – apresentação dos objetivos da oficina

10:15 –apresentação do tema em debate

10:45 – perguntas e respostas sobre o tema técnico debatido na oficina

11:45 – resumo dos pontos de debate

12:00 – encerramento

Ao final da rodada completa das oficinas deverá ser realizado um processo avaliativo para aprimoramento das oficinas futuras.

Locais de realização: As oficinas serão realizadas em locais de fácil acesso e reconhecidos pelos munícipes como convidativos. Idealmente devem contar com ambientes amplos, de cadeiras moveis e com infraestruturas básicas de banheiro e agua. Os locais deverão dispor de acessibilidade e comportarem minimamente 30 pessoas, reconhecendo a devida variação de acordo com a população do município e o tema tratado.

A equipe do consórcio se responsabiliza a vistoriar os locais previamente de maneira a assegurar o bom planejamento da oficina e adaptar as dinâmicas caso alguma destas características sejam intransponíveis (tal como cadeiras fixas, por exemplo). A equipe do consórcio irá providenciar equipamento de som e imagem.

Metodologia: A condução da metodologia ficará por conta da equipe de participação do consórcio (Pedro, Mauricio e Adriana) que deverão contextualizar aquele espaço e apresentar preliminarmente os objetivos e combinados a serem observados. Em todas

as oficinas serão privilegiados processos dialogais e interativos. Como metodologia teremos apresentação da temática por um especialista convidado (universidade ou técnico do estado) e o espaço franqueado – mas administrado – para o debate. As oficinas deverão trazer temas controversos e por isso produzir subsídio para elaboração dos produtos técnicos que serão apresentados pelo consórcio, por esta razão o desejo da combinação com a presença de técnicos e/ou coordenação geral possam estar presentes, de modo a entender com maior apuro os debates presentes no território. A expectativa é que as oficinas movimentem entre 25 a 50 participantes.

Convites: Os convites para as oficinas seguirão referencias territoriais e temáticas. A proposta é incluir o conjunto dos atores diretamente envolvidos e com discussão na temática, buscando através de representações formais ou informais o conjunto das expressões disponíveis e interessadas nos territórios. A academia terá um papel chave, bem como os técnicos com reflexões e documentos já produzidos sobre os pontos abordados. Idealmente os convites serão enviados com antecedência mínima de 10 dias e serão nominais. A equipe de acompanhamento será convidada a sugerir nomes a serem chamados às oficinas.

Equipe de acompanhamento: As equipes de acompanhamento têm papel estratégico na condução das atividades nos territórios, e deverão ser consultados na composição das oficinas, na definição dos locais de sua realização e no planejamento das ações que irão acontecer na região. Como a equipe de acompanhamento é definida por município, o desafio colocado para as próximas etapas é fomentar uma visão sub-regional e depois regional, e nesse sentido fortalecer a identidade do Litoral como um todo. A base para as decisões serão os membros das equipes de acompanhamento.

2.7.1.2. Escuta ativa – entrevistas

Após as oficinas e em articulação com as instituições previamente contatadas (Governo do Estado, Prefeituras, Ministério Público, Academia e sociedade civil) será montado um

banco de dados de pessoas, instituições e comunidades a serem buscadas e ouvidas seguindo metodologia ajustada ao tempo e prazos disponíveis.

As entrevistas deverão ocorrer durante todo plano e perseguirão o objetivo de levantar informações para a elaboração do diagnóstico e visão de futuro, bem como terão o propósito de difundir as atividades contidas no PDS Litoral.

As entrevistas serão realizadas pela equipe sediada no Paraná com o complemento da presença regular de consultores nacionais e internacionais, e serão realizadas de acordo com as necessidades de informações pertinentes às diversas áreas.

As entrevistas poderão ocorrer de maneira oral, por meio de questionários, de forma presencial ou virtual, e ainda de maneira individual ou coletiva. Elas respondem à pretensão de levantar dados e expectativas dos atores envolvidos.

2.7.1.3 Audiências Públicas

As audiências públicas serão realizadas de maneira sub-regional, distribuídas em 3 grupos, a saber:

- Sub região 1: Morretes, Antonina e Guaraqueçaba
- Sub região 2: Matinhos, Pontal e Guaratuba
- Sub região 3: Paranaguá

As audiências públicas encerram cada fase do Plano apresentando materiais e informações sistematizadas naquele período. Possuem a finalidade principal de participar aos diferentes segmentos interessados os resultados e andamentos do PDS do Litoral e esclarecer questionamentos existentes.

Cada audiência deverá seguir finalidade específica e sua apresentação trará o conteúdo sistematizado nas oficinas, nas entrevistas e elaborado pela equipe técnica e será apresentada de maneira regionalizada. São sessões abertas, preferencialmente com transmissão virtual e de duração máxima de 180 minutos.

Nas audiências serão apresentados os conteúdos relacionados às diversas etapas do PDS Litoral:

- Plano de Trabalho;
- Contextualização da Região;
- Construção de Cenários e Visão de Futuro
- Plano de Ação

Locais de realização: As Audiências Públicas serão realizadas em locais de fácil acesso e capacidade de acomodação de público amplo. Os locais deverão dispor de acessibilidade e dispor de infraestrutura compatível. A equipe do consórcio se responsabiliza a vistoriar os locais previamente de maneira a assegurar o bom planejamento da audiência. A equipe do consórcio irá providenciar equipamento de som e imagem, se for necessário.

Metodologia: As audiências públicas tendem a ser um espaço mais formalmente estabelecido, com a presença de autoridades oficialmente responsáveis. A condução das audiências será realizada pela equipe de mediação do Consórcio, que também ficará responsável pelas ações preparatórias, a mobilização e uma apresentação geral de acordo com cada fase do PDS. Também deverão tomar notas e produzir um relatório síntese dos questionamentos produzidos na Audiência Pública.

Convites: Os convites para as audiências públicas se dividem em dois grupos. Aqueles chamados para ter uma fala planejada e os demais chamados a acompanharem a audiência na condição de público, com direito a fala, mas limitada pela condução da audiência. As pessoas convidadas com uma fala preestabelecida deverão representar uma institucionalidade que faz sentido para aquele momento. Em regra, teríamos sempre compondo a mesa das Audiências Públicas, com falas breves:

- Representante do governo do estado
- Representante do consórcio (apresentação síntese)
- Representante da prefeitura anfitriã (prefeito)
- Representante da câmara municipal (vereador)

- Representante do ministério público
- Representante do grupo de acompanhamento

A cada audiência pública poderíamos chamar 02 ou 03 convidados para tratarem do tema, se parecer conveniente. O público geral será convidado através da mala direta acumulada, pela participação da equipe de acompanhamento e pela divulgação difusa, com cartazes e matérias nas mídias locais.

Planejamento do tempo nas Audiências Públicas:

Representante do governo do estado – 15 minutos
Representante da prefeitura anfitriã (prefeito) – 5 minutos
Representante da câmara municipal (vereador) – 5 minutos
Representante do MP – 5 minutos
Representante do grupo de acompanhamento – 5 minutos
Representante do consórcio (apresentação síntese) – 25 minutos
Convidados (10 minutos cada) – 20 minutos
Debate geral com o público – 90 minutos
Fechamento e síntese – 15 minutos

Vale ressaltar que este modelo de audiência pública assume o propósito de fomentar o debate regional, destacando desafios e propostas de caráter sub-regional e regional. Estimular uma percepção regional figura entre os resultados esperados neste trabalho.

As audiências públicas deverão ainda envolver autoridades do Governo do Estado e dos Municípios com a finalidade de avançar nos desafios estabelecidos pelo PDS. Estas audiências públicas não possuem caráter deliberativo e sim consultivo.

Ao final do trabalho será realizado um grande encontro mobilizando os participantes de todos os municípios do litoral paranaense.

2.7.1.4 Consultas Públicas

Esta é uma iniciativa adicionada com a finalidade de captar contribuições individuais e espontâneas para o PDS Litoral. São iniciativas que serão implementadas de forma continuada ou através de ações pontuais direcionadas a determinados públicos específicos.

Um exemplo de abertura para a participação da população corresponde ao uso de ferramentas virtuais de colaboração, seja pelo site ou uso nas redes sociais. A proposta é manter um canal aberto para recebimento de críticas, sugestões e propostas.

Outro exemplo de ação dedicada a públicos específicos são atividades a serem propostas com universidades, montando grupos específicos para colaboração em temas relevantes aos estudos e debates do PDS Litoral. Por fim, funciona ainda como exemplo a colocação de urnas para contribuições de percepções e avaliações dos moradores das regiões afetadas pelas ações propostas no PDS Litoral.

Estas iniciativas serão melhor desenhadas ao longo da implementação do Plano, dialogadas com a equipe de acompanhamento e com a equipe técnica do Governo do Estado de maneira ajustada às possibilidades de recursos e prazos disponíveis.

2.8 TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

Nas últimas décadas tem-se assistido a uma revolução nas tecnologias da informação. O aparecimento da internet trouxe uma dimensão totalmente nova de entender a realidade e a informação. Segundo alguns artigos, hoje o mundo produz cerca de 2.8 zetabytes (1021 bytes) de informação, o próprio vocábulo “zetabits” era inexistente há alguns anos atrás. Esta espiral produção de informação tem conduzido profundas mudanças em todos os campos da sociedade, o que tem suscitado por parte de alguns autores a designação de era do conhecimento. No entanto, esta era do conhecimento parece trazer um paradoxo implícito: grandes quantidades de informação gerada e uma dificuldade em transformar esta informação em conhecimento em sentido lato e em

conhecimento aplicado em sentido mais restrito. O paradoxo reside no fato que a geração de grandes quantidades de informação não pressupõe a criação de conhecimento, é necessário um tratamento, uma análise e uma visão crítica à informação recolhida, para que seja possível passar da informação ao conhecimento.

É neste contexto que a transferência de conhecimento e programas de treinamento no âmbito do PDS Litoral ganham uma importância redobrada dada a multiplicidade do Tema Regional. São esses programas que vão permitir que se consolide o processo de transferência de conhecimento e que sejam efetivos ao longo do tempo tanto para a equipe do Contratante quanto para os diversos atores/stakeholders envolvidos nas diversas instâncias participativas, ou seja, dado ao paradoxo explicitado no parágrafo anterior será dado o treinamento necessário à transferência de conhecimento da equipe da Consultoria aos envolvidos de forma clara, concisa e adequada no seu volume, com profissionais qualificados permitindo sua perfeita assimilação contanto ainda com as melhores tecnologias utilizadas.

O PDS Litoral pautará a elaboração e implementação de políticas públicas estaduais para o Litoral do Paraná e deverá servir de subsídio para as demais esferas governamentais, iniciativa privada e instituições de ensino e pesquisa, extensão e inovação.

Para tanto, a Consultoria contempla dois tipos de ferramentas principais visando a transferência de conhecimento: (i) desenvolvimento de ferramentas tecnológicas de apoio aos processos de tomada de decisão pelos atores locais; e (ii) elaboração de um programa de capacitação voltado à organização de workshops e encontros de transferência de conhecimento.

2.8.1 Desenvolvimento de Ferramentas Tecnológicas

No marco do projeto, serão desenvolvidas várias ferramentas tecnológicas para comunicação do projeto e como ferramentas de apoio na apresentação dos resultados

e para os processos de tomada de decisão no planejamento participativo previsto pelo projeto. Essas ferramentas são indicadas a seguir:

- Criação do site contendo o repositório online de informações do projeto: A Consultoria criará o site do projeto contendo uma base documental com todo tipo de materiais digitais de interesse e de livre acesso, contendo estudos, imagens e material audiovisual coletados no marco do projeto, permitindo o acesso on-line às informações pelo público geral e entidades envolvidas no processo de planejamento participativo do projeto, como uma ferramenta de consulta e informação para todos os participantes da Equipe Técnica Intersecretarial – ETI, Equipe de Acompanhamento – EA, atores locais e sociedade civil geral na área de abrangência do projeto. O site e base documental será desenvolvido em uma plataforma Joomla, com formato amigável para disponibilização das informações e para as ações de comunicação do projeto.

- Sistemas de informação: Uma pessoa informada é aquela capaz de dar sentido a todos os dados difusos que percebe continuamente em seu ambiente; por isso devem ser integrados numa estrutura comum que as interligue e permita a sua contextualização. Um sistema de informação visa colocar no contexto do planejamento as bases de dados disponíveis, selecionar e controlar a qualidade das variáveis mais importantes, estimando as variáveis que não estão disponíveis, mas necessárias, inter-relacionando cartografia e dados estatísticos georrefenciados, documentando as fontes e protocolos de manutenção e organizando o sistema de informação comum de acordo com uma estrutura temática, geográfica e temporal prefixada.

- Modelos de previsão: O objetivo de um modelo de previsão é o de criar novas informações sobre o futuro a partir de informação existente e de um conhecimento sobre o funcionamento do sistema a ser analisado. A utilização de modelos de previsão deve servir para objetivar as avaliações de cenários e estratégias alternativas. Idealmente, devem ser concebidas como ferramentas

interativas (pergunta – resposta – nova pergunta) acessíveis a usuários interessados.

- Modelos de avaliação: Desenvolver um modelo de avaliação serve para objetivar as avaliações de cenários e estratégias alternativas para adotar. O método mais simples de avaliação para a adoção de um projeto ou uma política ou estratégia seria a definição de um conjunto de critérios e indicadores. Os valores destes indicadores devem prosseguir tanto quanto possível dos modelos de previsão das atuações e modelos de impacto no meio ambiente, mas pode haver casos em que não há modelos disponíveis ou confiáveis e é necessário recorrer a valores expertos ou heurísticos. Em qualquer caso, indicadores devem ser explícitos. Para adicionar os valores dos indicadores, é construída uma matriz onde, para cada alternativa de decisão (ou projeto) são listados resultando em valores para cada indicador.

2.8.2 Relevância para o Programa de Capacitação

A transferência de conhecimento e tecnologia de forma planejada, estruturada e controlada é considerada fator crítico de sucesso, por ser pré-requisito fundamental para a continuidade das ações do Plano após o encerramento do contrato com a Consultoria.

O treinamento e qualificação dos profissionais envolvidos e o aprendizado permanente são as bases para o crescimento e sucesso do empreendimento e das pessoas. Dada a natureza do objetivo proposto, são identificadas três esferas de atuação:

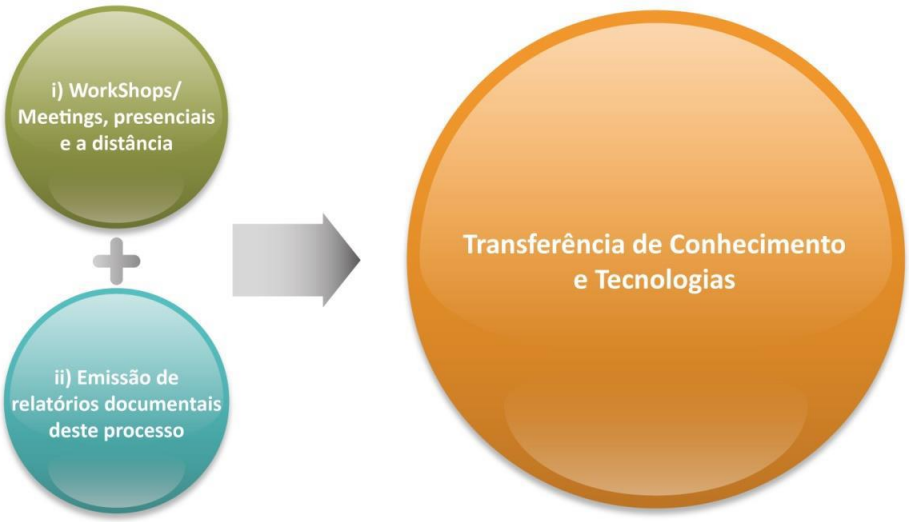
- Fase inicial com o objetivo de informar e esclarecer métodos, fases e resultados esperados.
- Ações que visam transmitir o conhecimento gerado ao longo do processo de análise e construção do Plano.

- Mecanismos que garantam a continuidade dos objetivos e estratégias definidas pelo Plano no futuro.

Cabe deixar bem claro que os eventos previstos ao longo da execução do Plano são diferentes dos "workshops e meetings de transferência de conhecimento" a seguir propostos, os primeiros se referem aos passos executados durante a preparação do plano em suas fases/etapas com o fortalecimento do mecanismo de participação plural, fazendo com que o plano seja construído por "múltiplas mãos", Governo, Sociedade e Consultoria. O segundo se refere à necessidade de se aproveitar do extenso conhecimento e experiência da empresa de consultoria contratada para a elaboração de um plano desta envergadura para que os agentes públicos e privados diretamente envolvido possam ser capazes de monitorar e avaliar sua implementação de forma crítica e eficiente ao longo dos anos vindouros no horizonte da implantação do Plano e possam ainda se utilizar deste conhecimento na elaboração de outros planos de interesse do Contratante e dos demais envolvidos.

2.8.3 Metodologia para a Capacitação

O repasse das informações e o método de trabalho adotado será realizado durante todo o plano. Serão realizados em duas formas:



Esses workshops/meetings serão realizados para no máximo 10 pessoas, terão a duração de 2h a 4h, dependendo do tema, se desenvolverão ao longo do período de contrato, ao início de cada uma das fases de elaboração do Plano e serão dirigidas pelos especialistas da Consultoria, sendo ministrados à equipe do Contratante e demais agentes envolvidos de modo que sejam apresentados detalhes sobre:

- Metodologia utilizada
- As práticas do sistema de qualidade/análise de riscos/mitigação
- O uso dos softwares utilizados
- E as lições aprendidas

Os relatórios documentais serão emitidos em até 15 dias após a realização do evento (workshop/meeting) no idioma português de forma impressa e na forma digital em mídia DVD-ROM.

Num plano ou programa, a transferência de conhecimento e tecnologia necessita de pessoas, ações e ferramentas que permitam sua adequação operacional a partir do conhecimento adquirido. A principal fonte de conhecimento são as pessoas, razão pela qual é necessário o envolvimento integral tanto dos representantes da equipe da Consultoria quanto dos profissionais do Contratante e demais agentes. Desta forma, a gestão do conhecimento resultará na evolução do modelo de trabalho, através de três linhas de atuação: coleta de informação, análise (transformação em conhecimento) e implementação.

- A primeira linha consiste na coleta de informações, como resultados de atividades, experiências individuais ou outras e registradas em meio eletrônico.
- A segunda linha de atuação consiste na análise da informação, com o objetivo de transformá-la em conhecimento e validação das lições pelos especialistas da equipe da Consultoria, preparando-se então a disseminação da informação no âmbito da UGP. Esta ação é considerada fundamental para garantir que a lição aprendida seja curada e que possa ser facilmente compreendida.
- A terceira linha de ação é a implementação, visando a sua utilização prática.

Também serão fornecidas informações sobre os motivos que levaram à escolha das ações corretivas/mitigações acerca da análise de risco da elaboração do Plano. Cabe ressaltar que a mitigação de riscos e a gestão da comunicação são as atividades encontradas com maior frequência em lições aprendidas nos programas e planos.

O pressuposto é que o conhecimento e a aprendizagem poderão ser compartilhados de maneira a evitar o retrabalho e que o conhecimento dos especialistas da Consultoria possa ser plenamente transferido aos técnicos do Contratante e demais agentes e se perenizem como multiplicadores para outras áreas do Governo.

A transferência de conhecimento e tecnologia ao longo do processo se dará de forma presencial, como nos momentos da realização dos eventos participativos e, se necessário, pela utilização de tecnologias da comunicação (plataformas virtuais e redes de conhecimento) que levem em conta as dificuldades de agenda dos participantes e dos palestrantes.

3 PLANO DE COMUNICAÇÃO E FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO

O propósito do Plano de Comunicação é fornecer uma estrutura geral para o gerenciamento e coordenação da comunicação que irá, direta ou indiretamente, acontecer como componente do projeto de implementação do PDS Litoral. Ele enfoca os comunicadores, partes interessadas, mensagens, canais de comunicação, mecanismos de feedback e cronograma de mensagens, e esquematiza as ações conjuntas.

O objetivo do presente Plano de Comunicação é dimensionar ações executadas pela Comunicação de forma que a mensagem chegue corretamente ao público-alvo das cidades litorâneas do Estado: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, envolvendo todas as fases, compreendidas de 1 a 4 do escopo do PDS Litoral.

À comunicação cabe primar pelo acesso de um público amplo, abrangendo todo o Estado, às notícias de melhorias e desenvolvimento do Litoral, mediante diferentes suportes de comunicação, tais como rádios, jornais, sites, blogs e redes sociais.

Com a implantação deste Plano de Comunicação Integrado, pretendemos instituir um processo que possibilite o diagnóstico da efetividade dos veículos de comunicação e dos produtos divulgados de modo a propiciar a avaliação de resultados e a implementação de medidas de melhoria.

Como público-alvo tem-se: sociedade, academia, poder público municipal, órgãos de classe, organizações não-governamentais, associações e entidades de classe (stakeholders externos). Contempla-se como público-alvo também os stakeholders internos (secretaria e demais órgãos do governo do estado)

Será adotada a metodologia Matriz 5W2H e processos PMBOK (gerenciamento do projeto de comunicação). Na matriz 5W2H consta a sistemática utilizada pela Comunicação, saber quando será o evento, onde, quem participa, como fazer e o que

fazer. Deste modo, o processo flui naturalmente. Seu uso se dará na rotina de trabalho dentro do Plano de Comunicação. O 5W2H sistematiza o processo e a PMBOK gerencia.

Vale salientar que a informação, elemento-chave no processo de comunicação, precisa ser gerada, coletada, interpretada, armazenada e transferida de modo que quem vai recebê-la interprete-a na forma e essência em que foi gerada. Esta linha de atuação será empregada em todos os eventos e seguindo o cronograma em conformidade ao preestabelecido.

Ainda dentro desta premissa e de acordo com o PMBOK, o gerenciamento da comunicação tem as seguintes funções:

- Determinação das necessidades de informações e comunicação das partes interessadas no projeto.
- Colocação das informações necessárias à disposição das partes interessadas no projeto no momento adequado.
- Coleta e distribuição das informações sobre o desempenho. Incluindo relatórios de desempenho.

O PMBOK é a ferramenta que será utilizada no gerenciamento da comunicação do plano de comunicação. Sua utilização sistematiza o trabalho que deve ser realizado durante o ciclo de vida do projeto e, se necessário, há correção de rotas.

Canais e Ferramentas de Comunicação

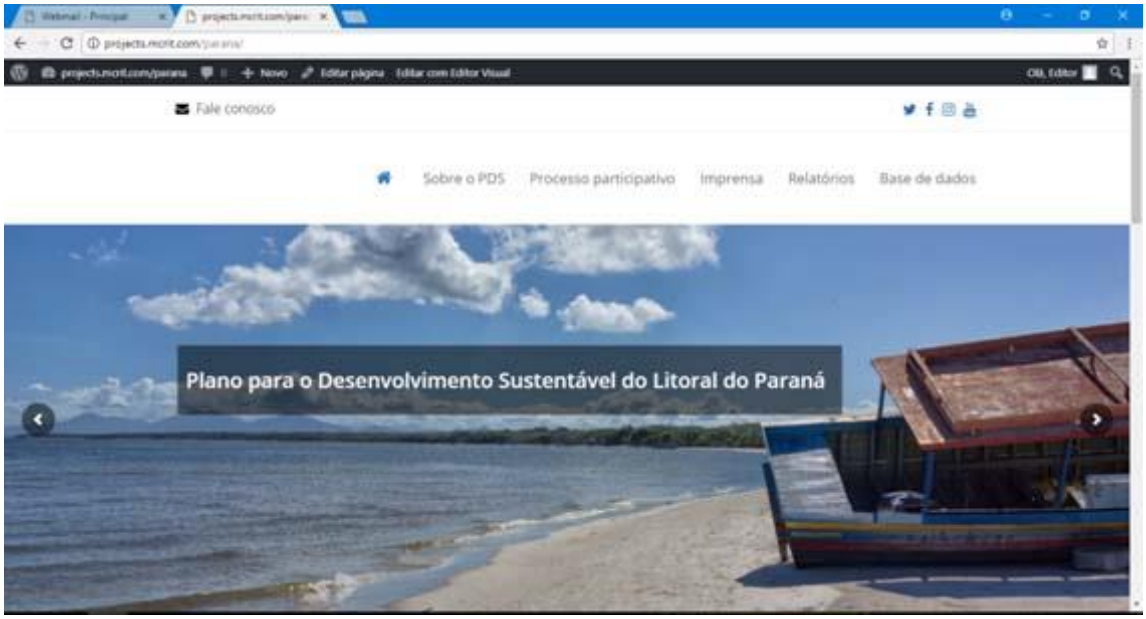
Parte integrante do plano de comunicação, o site e a logomarca são também dois componentes da proposta técnica.

Segundo Menshhein (2007), "comunicar-se com os consumidores é essencial para manter o relacionamento ativo e constante". Kotler e Keller (2006) citam os canais de comunicação como meios pessoais e não pessoais.

Os canais pessoais envolvem duas ou mais pessoas comunicando-se diretamente uma com a outra. Kotler e Keller (2006) afirmam que a influência pessoal representa um papel especificamente importante, sendo a influência do boca-a-boca comprovada, e com a modernização dos meios de comunicação ela ficou ainda mais eficiente e disseminador-formadora de opinião. De acordo com Fernanda Sperb (2010), "a internet vem causando uma mudança profunda na forma como as pessoas se relacionam. A tradicional comunicação interpessoal feita através do boca-a-boca ganhou novas dimensões de alcance, uma vez que as pessoas possuem novos canais para interagir e opinar sobre os mais variados assuntos. A facilidade de acesso à informação, independente de localizações geográficas, e a própria criação da mesma vem tornando os consumidores cada vez mais exigentes em relação à propaganda e ao marketing".

Site PDS Litoral

Estar conectado à internet é uma necessidade para qualquer empresa. Para o PDS Litoral o site é uma ferramenta de comunicação que tem por objetivo mostrar as ações propostas e as executadas ao longo do período de um ano. Além disso, todo a arquitetura do site foi planejada pensando no público-alvo, para que possa ter acesso às informações e ao mesmo tempo possa interagir via link FALE CONOSCO.



A estrutura (arquitetura) do Site PDS Litoral – www.pdslitoral.com – está assim constituída:

Sobre o PDS – Apresenta os Objetivos, Contexto e Parceiros, mostrando total transparência sobre a que se refere o projeto.

Processo participativo – Este link traz informativos dos eventos participativos futuros e o acompanhamento das etapas concluídas e resultados do processo participativo de elaboração do PDS Litoral.

Imprensa – Este link traz as notícias no que concerne às ações executadas pela equipe do PDS Litoral com seus stakeholders (internos e externos). Há também a possibilidade de consultar para leitura a Newsletter PDS Litoral, que será constituída por textos com as ações executadas no período. Sua periodicidade será mensal e todas deverão constar, em ordem do mês, no link. Outro sublink é Fotos, no qual constarão fotos tanto para mera visualização como para uso da imprensa, caso seja solicitado e sempre dando crédito aos profissionais que fizeram a foto.

Relatórios – Os Relatórios de Produtos elaborados ao longo do desenvolvimento do PDS Litoral constarão neste link.

Base de Dados – Nesta base de dados, constituída por Planos, Projetos, Mapas e Estatísticas, estão disponibilizadas as informações compiladas de diversos planos, projetos, estudos e análises desenvolvidos ao longo do tempo por secretarias do Governo do Estado do Paraná, por Empresas Públicas e Instituições Estaduais e pelos sete Municípios do Litoral do Paraná – Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, entre outros. Este é o link para acesso ao conteúdo direto do PDS Litoral.

Saliente-se que esta ferramenta (site) tem por objetivo o bem informar e ao mesmo tempo serve como instrumento de interação com os públicos-alvo a partir de um canal de comunicação que está aberto, o FALE CONOSCO. A partir do momento em que houver uma mensagem que necessite de resposta, esta será formulada ou pela equipe técnica (se for referente a ela) ou à equipe de comunicação. Jornalistas habilitados responderão dentro das premissas deste plano.

Logomarca PDS Litoral

A concepção da logomarca para o PDS Litoral procurou retratar o Litoral, suas características mais marcantes e potencialidades, levando em conta a diversidade da região e o conjunto de atrações que representam cada município e região, bem como a constatação que não se percebe um único item que represente todo o Litoral.

A logomarca proposta tem formato de um círculo colorido que possui ícones que representam todo o litoral paranaense. Foram usadas 5 cores para representar as 5

dimensões abordadas pelo projeto: ambiental, econômica, infraestrutura, institucional e sócio territorial.

Ao primeiro olhar, o círculo colorido aparenta ser só um símbolo abstrato. Porém, quando analisado com mais atenção, é possível identificar os ícones que representam todo o litoral.

Para o texto da logo foram escolhidas fontes e cores mais neutras, para equilibrar com as cores e ilustrações do símbolo, deixando a logomarca harmoniosa.

Processo do gerenciamento da Comunicação

3.1 COMPONENTES DO PLANO DE COMUNICAÇÃO

O Plano de Comunicação será constituído dos seguintes elementos:

1) Divulgação das ações executadas em forma de release (texto jornalístico) do Plano PDS Litoral na mídia, composta de jornais, rádios, revistas, TVs, sites e blogs. Destaca-se: Exame, Folha de S. Paulo, agência AE, O Globo, Gazeta do Povo, Bem Paraná, Folha do Litoral, Tribuna do Litoral, Correio do Litoral, Agora Litoral, Litoral do Paraná Notícias (dentre outros); sites – Ambiente-se Sustentabilidade (Estadão), Meio Ambiente (Exame), Envolverde (20 anos e um dos principais do mundo em sustentabilidade), eCycle, Mundo Sustentável (André Trigueiro/colunista da CBN), Blog do Planeta (Época), EcoD, Ciclo Vivo, Paranashop, Indústria e Comércio, Bonde.

2) Textos para o site do PDS Litoral para que a população tenha acesso ao andamento dos trabalhos e com isso dê total transparência às ações;
3) Divulgação nas Redes Sociais (Facebook, Instagram, Twitter, YouTube) das ações realizadas pelo Plano PDS Litoral;
4) Compilação de textos produzidos para que seja gerada a newsletter oficial do PDS Litoral. Para tanto, há que se ter uma plataforma de envio de e-mails e um mailing list.
5) Atualização das matérias de cunho jornalístico no link Imprensa do site do PDS Litoral.
6) Identificação de possíveis parcerias para a divulgação do PDS Litoral, como, por exemplo, com a concessionária da BR-277.
7) Responder, dentro dos critérios estabelecidos do que cabe à Comunicação, em tempo hábil, os comentários das redes sociais.

Eventos com cobertura da Comunicação

Desenvolvimento de ações para execução dos principais eventos como Audiências, Oficinas e reuniões técnicas. Cabe à Comunicação como ouvinte interpretar o que foi falado, acordado e discutido nesses eventos para, na sequência, transformar em notícia (conteúdo gerado), fonte de informação para todos os públicos. Estão previstas coberturas nas cidades de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.

Além disso, o conteúdo gerado terá sua linguagem adaptada para ser usado nas redes sociais e newsletter.

3.2 EXECUÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO

Para execução do Plano de Comunicação deverá ser implementada uma rede de comunicação composta pela área de Comunicação do PDS Litoral, Governo do Estado do Paraná, prefeituras, mídias (jornal, rádio e TV) e agentes envolvidos. A

Comunicação do PDS Litoral coordenará o processo de divulgação por meio do acompanhamento das ações, sistematizando e divulgando os dados oriundos das divulgações. O Governo do Estado do Paraná poderá promover campanha visando estimular a participação das comunidades envolvidas no projeto. As entidades de classe, ONGs e demais agentes envolvidos deverão ser inseridos no processo de divulgação do PDS Litoral a partir do momento em que tiverem à disposição material de comunicação (textos jornalísticos).

3.2.1 Competências no âmbito da rede de comunicação

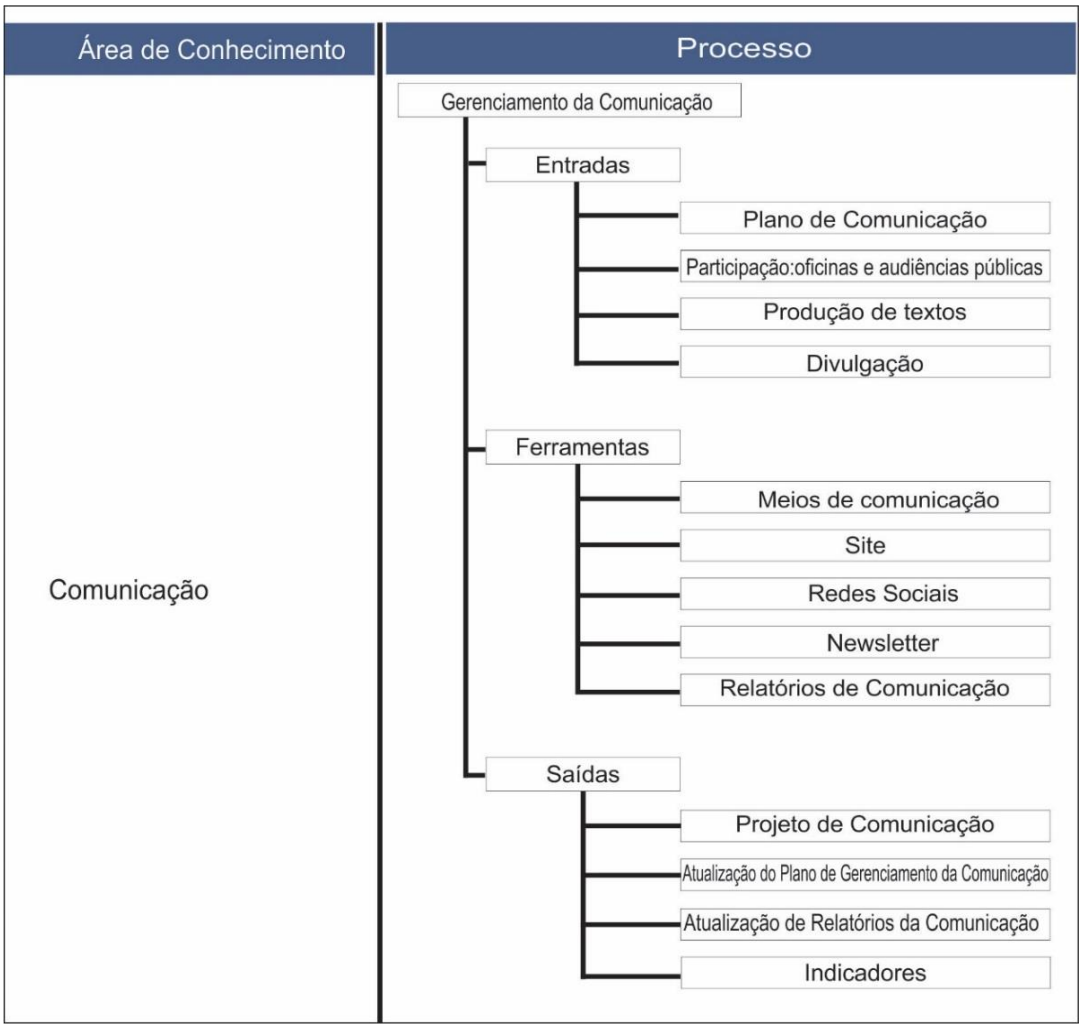
Divulgar o Plano PDS Litoral e suas diretrizes em parceria com o Governo do Estado do Paraná, entidades e atores envolvidos. Para tanto, será necessário produzir conteúdo jornalístico para divulgação na mídia e também disponibilizar este conteúdo no site PDS Litoral.

3.2.2 Cronograma de comunicação

O Plano de Comunicação será executado a partir do mês de janeiro de 2018 com previsão de término em janeiro de 2019.

Evento de Comunicação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan
Participação em Audiências, oficinas, reuniões técnicas		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Site (produção de textos)		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Redes Sociais		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Imprensa (jornal, rádio, TV revistas, sites, blogs)		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Newsletter		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

3.2.3 Fluxograma de Execução do Plano de Comunicação (PMBOK)



Entradas

Plano de Comunicação – já descrito

Participação: oficinas e audiências públicas – o profissional do jornalismo participará das oficinas e audiências públicas previamente agendadas e em conformidade ao cronograma preestabelecido como ouvinte para poder fazer a matéria.

Produção de textos – cabe ao jornalista a produção do texto ao término de cada evento. Após a matéria pronta, a mesma será liberada para divulgação.

Divulgação – nos canais de comunicação já citados no plano de comunicação. O público-alvo são as comunidades que fazem parte do PDS Litoral.

Ferramentas

Meios de comunicação – jornais, revistas, TVs, rádios, sites e blogs.

Site – no site do PDS Litoral consta um link Imprensa. Lá estarão todas as matérias produzidas pelo jornalismo.

Redes sociais – notas sobre as matérias produzidas pelo jornalismo, bem como informações como dias de eventos (oficinas e audiências públicas) e andamento do PSD Litoral.

Newsletter – envio de informações em boletim digital de periodicidade mensal ao mailing dos stakeholders. Cabe ao cliente, no caso a SEPL, o fornecimento deste mailing.

Relatórios de comunicação – nele constarão o número de matérias produzidas, de entrevistas e número de matérias publicadas.

Saídas

Projeto de Comunicação – supracitado

Atualização do Plano de Gerenciamento da Comunicação – sempre que houver necessidade, como, por exemplo, atingir uma comunidade onde não há luz. Neste caso a comunicação terá uma variante a ser explorada e a questão será debatida entre os envolvidos, ou seja, Coordenação Técnica da SEPL e Consórcio.

Atualização do Relatório de comunicação – os relatórios serão mensais e devidamente atualizados.

Indicadores – fazem parte do relatório de comunicação e terão atualização mensal.

3.2.4 Acompanhamento do Plano de Comunicação

O acompanhamento da execução do Plano de Comunicação será realizado mediante a apresentação de relatórios a serem elaborados pela equipe de Comunicação. Haverá um relatório mensal que será abalizado pela coordenação do PDS Litoral.

Informações que devem compor o Relatório:

I. Participação em eventos (audiências públicas, oficinas e reuniões técnicas) no sentido de gerar material jornalístico para divulgação na mídia especializada e também em sites, redes sociais e newsletter;

II. Releases distribuídos (quantidade);

III. Notícias/matérias veiculadas;

IV. Gráficos estatísticos acerca da efetividade da divulgação do Plano PDS Litoral a partir dos seguintes parâmetros:

V. Número de textos jornalísticos produzidos;

VI. Divulgação alcançada;

VII. Número de entrevistas concedidas.

VIII. Número de views e likes no Facebook bem como comentários. O mesmo vale para Twitter, Instagram e YouTube.

O Relatório será sistematizado pela Assessoria de Comunicação do PDS Litoral.

Os resultados do Relatório visam à avaliação da eficiência da divulgação a partir dos critérios fixados pela área de comunicação e à adoção de medidas corretivas, caso seja necessário.

3.3 GERENCIAMENTO DE NOTÍCIAS

3.3.1 Dos produtos para o público (sociedade civil)

Produto	O quê	Quem	Como	Quando (orientativo)	Onde
Mídia espontânea Contrapartida: reportagens, vídeos	Release – notícias sobre as ações executadas pelo PDS Litoral	Coordenação de Comunicação	Produção de textos jornalísticos (envio à mídia) e demais canais de comunicação	A partir de janeiro	Rádios, TVs, jornais, revistas, sites e blogs
Site PDS Litoral	Conteúdo gerado a partir de releases produzidos	Coordenação de Comunicação		A partir de janeiro	(Nome do site do PDS Litoral)
Redes Sociais	Conteúdo gerado a partir de releases produzidos	Coordenação de Comunicação		A partir de janeiro	(Nome do site do PDS Litoral)
Newsletter	Conteúdo gerado a partir de releases produzidos	Coordenação de Comunicação	Seleção de textos para viabilizar a produção da newsletter	A partir de janeiro	Newsletter oficial do Plano PDS Litoral

3.3.2 Dos produtos para o público (agentes envolvidos)

Produto	O quê	Quem	Como	Quando (orientativo)	Onde
Oficinas públicas Contrapartida: reportagens, vídeos	Release – notícias sobre as Oficinas públicas (dia, hora, local)	Coordenação de Comunicação	Produção de textos jornalísticos (envio à mídia) e demais canais de comunicação	A partir de janeiro	Rádios, TVs, jornais, revistas, sites e blogs
Audiência pública	Release – notícias sobre as Oficinas públicas (dia, hora, local)	Coordenação de Comunicação	Produção de textos jornalísticos (envio à mídia) e demais canais de comunicação	A partir de janeiro	(Nome do site do PDS Litoral)

3.4 COMUNICAÇÃO COM STAKEHOLDERS

A comunicação para direcionar pautas, consequentemente fontes, por parte do governo do estado (stakeholder interno) será via grupo de discussão (representantes da SEPL), coordenação do PDS Litoral e Comunicação. Cabe à SEPL indicar os nomes que farão parte desse grupo, no máximo 3 pessoas, com nome e contato para que sejam agendados via e-mail encontros para discussão de pautas. Saliente-se que a rotina de reunião de pauta, uma vez estabelecida, a cada 15 dias, deverá ser cumprida por todos ou na eventualidade por algum representante no caso de ausência do titular.

Relatórios mensais de desempenho serão enviados aos stakeholders internos para mantê-los informados de todas as ações executadas. Neles serão incluídos: Número de textos jornalísticos produzidos; Divulgação alcançada; Número de entrevistas concedidas, conforme item **3.2.5** acima. Outra ferramenta de informação será a newsletter oficial do PDS Litoral. Terá periodicidade mensal.

Os stakeholders externos terão conhecimento das ações executadas via publicação em jornais, revistas, matérias em rádio e TV e meio virtual (redes sociais). Também estará disponível mensalmente no link Imprensa do site do PDS Litoral a newsletter oficial que terá periodicidade mensal. Além disso, há também a possibilidade de consulta dos relatórios mensais.

3. CONCLUSÃO

As oficinas e audiências públicas de engajamento tiveram como principais resultados:

- Ter levado ao conhecimento da população do litoral o fato de que está sendo elaborado, por iniciativa do Governo do Estado, um plano de desenvolvimento sustentável para essa região;
- Ter iniciado um processo de mobilização e envolvimento das comunidades e dos principais atores regionais com o PDS Litoral;
- A apresentação do Plano de Trabalho para que houvesse a compreensão dos diversos aspectos do plano, tais como etapas, prazos, conteúdos, metodologia, atores envolvidos, entre outros;
- A formação e validação das Equipes de Acompanhamento nos municípios, compostos por representantes do poder público e da sociedade civil;
- A identificação dos atores regionais – da academia, das organizações não governamentais, do ministério público, das entidades de classe, entre outros.

Em todos os eventos públicos houve a oportunidade de os presentes apresentarem os seus comentários, que em seu conjunto formam a contribuição mais importante desta primeira etapa de trabalho para a elaboração do PDS Litoral, pois apresentam uma visão preliminar das expectativas e dos anseios da população local. Não houve contribuições em relação ao conteúdo do Plano de Trabalho.

Alguns assuntos permeiam a região como um todo, tais como:

- Baixa autoestima da população;
- Descrença em ações do poder público;
- Importância do envolvimento e fortalecimento das comunidades tradicionais (pescadores artesanais, agricultores familiares, indígenas, quilombolas);
- Necessidade de investimento em infraestrutura – saneamento, água e energia (especialmente nas comunidades e ilhas), comunicações;
- Necessidade de investimento na área de saúde e educação;

- Criação de novas oportunidades de emprego e renda, especialmente para os jovens;
- Necessidade do fortalecimento do turismo;
- Importância da regularização fundiária
- Integração do PDS Litoral com os planos existentes – especialmente o ZEE

Na sub-região norte do litoral (Guaraqueçaba, Antonina e Morretes) os temas que mais se destacaram foram:

- Turismo de base comunitária como possibilidade de desenvolvimento sustentável;
- Importância da agricultura familiar;
- Ecossistemas são vistos como potencialidade;
- Pouco investimento do governo na região (baixa representatividade eleitoral).

Na sub-região sul (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná) a discussão teve mais ênfase nos temas:

- Conflito entre urbanização e conservação ambiental;
- Porto de Pontal do Sul – aumento do tráfego de caminhões em todos os municípios, crescimento da população (procura por empregos), aspectos sociais, poluição.

Por município, além dos temas já citados:

- Antonina: desenvolvimento socioeconômico; novo acesso rodoviário; poluição e assoreamento da baía;
- Guaraqueçaba: acesso viário (estrada); transporte intermunicipal; manutenção estradas;
- Guaratuba: crescimento da cidade dificultado pelas restrições ambientais; problema de moradia (de interesse social); importância da agricultura familiar; pequenas agroindústrias;
- Matinhos: turismo de segunda residência;

- Morretes: vocação para o turismo e agricultura;
- Paranaguá: importância do patrimônio histórico-cultural; impactos do porto (positivos e negativos – poluição, social);
- Pontal do Paraná: conflito entre complexo portuário e conservação ambiental (população dividida entre os que são contra e os que são a favor do porto); novo acesso rodoviário (faixa de infraestrutura).

Na sequência são apresentados recortes das atas das oficinas e audiências públicas que contém, de forma sucinta, o conteúdo das manifestações do público presente.

OFICINAS DE ENGAJAMENTO

Durante a realização das Oficinas de Engajamento houve a oportunidade de os presentes se manifestarem, com o objetivo de apresentarem suas dúvidas, críticas ou contribuições. A seguir, as principais questões colocadas por município.

Antonina

- Envolvimento do SEBRAE?
- Custo do Plano (questionamento do valor)
- Vulnerabilidade do Litoral
- Litoral não é pobre, e sim rico (os moradores do litoral paranaense não são pobres, e sim ricos, podem até ser pobres economicamente, mas têm uma riqueza ambiental enorme)
- Uso da participação para legitimação de projetos
- Preocupação com a destruição da riqueza humana por conta do crescimento econômico
- Potencial do esporte (ensina aos jovens o respeito ao patrimônio e à segurança, ajuda na saúde preventiva, e muda a relação com a escola)
- Um plano precisa conhecer a fundo as populações
- O plano precisa apontar as diretrizes do desenvolvimento

- Não deve haver resistência ao Plano por antecipação
- Questionamento se o Plano já vem com as propostas prontas
- Plano deve ser sistêmico
- Cuidado com a elaboração de mecanismos para monitorar a implementação do plano (como fazer as revisões do plano ao longo do tempo)
- Plano voltado ao ordenamento territorial (conflitos entre planos existentes)
- Pensar em alternativas ao porto (de Antonina)
- Descontinuidade das ações por conta das mudanças políticas (como garantir que a próxima gestão dê continuidade ao PDS)
- Governança
- Planos são engavetados e têm gerado frustração
- Baixa autoestima, especialmente entre os jovens
- Os moradores conhecem as suas questões, e sabem falar do que precisam, identificam saneamento e segurança como problemas, mas pedem projetos relacionados ao empreendedorismo, economia criativa, educação, projetos que surgem debaixo.
- Problema de desemprego e subemprego
- Pescadores artesanais (como lidar com a realidade dos mais de 8000 pescadores de Antonina que estão passando fome)

Guaraqueçaba

- Importância da participação para melhorar as condições de vida da população
- Expectativa de que o plano realmente seja concretizado.
- Hospital e maternidade – Guaraqueçaba tem um ótimo hospital regional, maternidade, mas faltam profissionais por causa da estrada.
- Problema é um acesso digno à cidade, tudo gira em torno disso.
- Quando o clima não está favorável não tem como sair da cidade para acessar serviços de saúde, nem por estrada, nem por barco, nem por helicóptero.
- O transporte náutico existente já é suficiente, mas pode ser melhor estruturado.

- O município tem cerca de 25 ilhas e inúmeras pequenas comunidades. Problemas com o acesso à educação e saúde nessas localidades, trabalho infantil.
- Agricultura gera muitos empregos, mas a mobilidade dos agricultores é muito precária.
- Turismo é uma atividade econômica de grande importância, mas a estrada ruim é um obstáculo para seu desenvolvimento.
- Fala-se muito em proteção dos animais, mas em detrimento do povo de Guaraqueçaba.
- Necessidade de se esclarecer quais são os impedimentos para melhorar as condições da estrada.
- Há também uma questão política, pois Guaraqueçaba tem pouca representatividade política.
- Falta de conhecimento técnico dos agricultores para melhorar a produção e evitar o assoreamento dos rios, que está prejudicando os manguezais.
- Estrada digna para favorecer o turismo – não turismo de massa – mas turismo de base comunitária, exemplo de Superagüi.
- Percepção de que ninguém é contra melhorias na estrada, inclusive órgãos ambientais e ONGs, o problema é que são 5 mil votos em Guaraqueçaba, e por isso a estrada não sai.
- Proposta de que a pavimentação da estrada seja feita em partes, começando pela região da comunidade de Tagaçaba.
- Necessidade de aproveitar o potencial turístico do município.
- Pensar o que pode ser feito para desenvolver o turismo enquanto a estrada não for pavimentada.
- Deveriam ser feitas reuniões em outras localidades de Guaraqueçaba, como Tagaçaba e Superagüi.

- Dificuldade dos pescadores e das pessoas que vivem nas comunidades de participar, pois há um custo para chegar até a sede, propõe uma “parceria” para viabilizar o transporte dessas pessoas até a reunião.

Guaratuba

- Todos precisam participar, plano irá nortear decisões futuras para Guaratuba e região do litoral.
- Horário dificulta a participação da comunidade.
- Há um cenário posto para definição do futuro do litoral paranaense, onde há uma série de conflitos e os atores se colocam numa arena de debates.
- Que este processo seja um suporte para a construção de políticas públicas que atendam às necessidades da população.
- Gosto pela cultura caiçara.
- A população de Guaratuba é composta por moradores de segunda residência, turistas.
- Material e pesquisas produzidas sobre Guaratuba e proteção ambiental – instituições de ensino superior, empresas privadas e Estado do Paraná.
- Comunidades tradicionais não são chamados para discutir suas necessidades; as Unidades de Conservação têm normas que não permitem que eles pratiquem suas atividades como sempre fizeram; dificuldade de compreender proibições impostas pelas leis.
- Proteção dos sítios arqueológicos, sambaquis que estão virando estradas.
- Importância da participação da academia e dos estudantes num momento como este.
- Necessidade de levar em conta o que cada setor, órgão entende sobre desenvolvimento sustentável.
- A empresa que está elaborando Plano da Mata Atlântica deveria ser convidada para participar da construção deste plano.

- Lei da Mata Atlântica e Constituição do Estado do Paraná. Como desenvolver o município considerando a necessidade de preservação da mata atlântica?
- Questão das transições dos governos e do engajamento dos prefeitos para a efetivação do plano, uma vez que o plano é de longo prazo.
- Ônus que o litoral paranaense assume em preservar a mata atlântica para o mundo. Deveria ter financiamento diferenciado para a implantação de políticas públicas para atender as necessidades específicas da região.
- Desemprego dos jovens que se formam em cursos superiores no litoral, no entanto, não permanecem na cidade, pois não há trabalho.
- Descrédito da comunidade litorânea em relação à empresa consultora que está à frente do plano, devido aos vários planos e projetos que já foram apresentados.
- Necessidade de que o nativo não seja esquecido, que não seja mais um plano sem trazer benefícios efetivos para as comunidades.
- Reunião tem ponto positivo de reunir entidades de várias instâncias da sociedade civil. Importância da articulação para fazer diálogos com a comunidade.
- Diferença que faz quando todos estão engajados para um objetivo. Importância da presença dos secretários e vereadores, do poder público na reunião.
- Resistência da comunidade em acolher o novo, necessidade de enfatizar um trabalho coletivo.
- Necessidade da participação do Ministério Público nas discussões, para que possa contribuir com as decisões a serem tomadas nesse processo.
- Preocupação em torno da palavra desenvolvimento, que tipo de desenvolvimento está sendo posto – se o projeto da faixa de infraestrutura é progresso.
- A implantação de indústrias, portos não são as únicas alternativas viáveis para gerar trabalho e renda para a região. Há outras possibilidades, não as que já estão postas.

- Planejamento da cidade, crescimento urbano desordenado. Onde está o planejamento da cidade? O que é uma cidade sustentável? Questão da especulação imobiliária nos balneários.
- Dificuldade de encontrar saídas viáveis para as moradias de interesse social, necessidade de se trabalhar melhor a legislação existente.
- Como as pesquisas podem ajudar no processo de desvelar situações que são postas sob análises unicamente das leis vigentes. Só a normatização é a solução para todos os conflitos?
- Precisamos unir esforços, escutar a população e as comunidades tradicionais para encontrar respostas.
- Percepção de interesses divergentes para o Plano. Necessidade de criar consensos, e articular as instituições municipais, estadual e federal para fortalecer necessidades.
- Integrar os planos já existentes no município e fortalecer os conselhos municipais existentes.
- Importância da APA - Área de Preservação Ambiental, mas que contemple e fortaleça o saber tradicional.
- Guaratuba e Guaraqueçaba mantem 80% de sua mata original. Antonina mantém 78% de mata. Municípios que não preservaram podem fazer tudo, quem preserva deveria ter prioridades.
- A lei atual inviabiliza tudo e qualquer proposta de desenvolvimento na região. Refletir quais são as prioridades para Guaratuba e Guaraqueçaba.

Matinhos

- Como serão realizadas as reuniões participativas regionais de forma a possibilitar a participação dos municípios que estão distantes
- Basta ser um pouco mais distante se perder o cunho de participação.
- PDS chegou tarde demais, licenciamentos das obras previstas para o litoral já foram liberados pelo IAP. (porto e faixa de infraestrutura).

- Qual o poder do PDS no que se refere às licenças, se pode exigir uma análise sinérgica dos impactos de um complexo industrial portuário na região.
- Matinhos já está sentido os impactos da implantação do Porto de Itapoá (aumento do fluxo de caminhões com carga pesada).
- Plano de desenvolvimento sustentável para Matinhos elaborado pelo Banco do Brasil para Matinhos que previa 60 ações – duas linhas de investimentos turismo e da pesca.
- Grande número de materiais já produzidos pela UFPR que podem contribuir com o processo de diagnóstico que o PDS está realizando. Possibilidade de um diálogo mais de perto com a universidade.
- Participação da sociedade civil nas audiências públicas como forma de validação de algo que já foi produzido, sem a possibilidade uma construção conjunta com a sociedade civil.
- Expectativa de que se produza um documento que integre todas as políticas públicas que estão inseridas no mesmo território, evitando contradições e sobreposições.
- Como o PDS se relaciona com o ZEE.
- Metodologia do PDS – apresentação realizada foi muito simples. Participação deve acontecer também no processo metodológico.
- Grupo espanhol tem belas experiências sobre desenvolvimento – importante que os técnicos dialoguem com a UFPR.
- Como compatibilizar objetivos diferentes dentro da mesma região, como o porto, a ponte e o turismo de sol e praia, caso desta sub-região.
- Objetivos são divergentes e muitas vezes as visões de desenvolvimento também são diversas.
- Ausência de articulação e de diálogos entre os municípios.
- Um dos maiores desafios do PDS é superar a desconfiança da comunidade do litoral. Comunidade já está cansada de ser “enganada”.

- Possibilidade de colaboração entre a UFPR e o PDS Litoral – informações existentes, metodologia.
- Relação entre o PDS Litoral e o Modelo Barcelona.
- Relação do PDS com o Plano Diretor e com o Estatuto da Cidade, estratégias de diálogo com a sociedade civil e os agentes institucionais.
- Desconfiança da população devido a projetos que propõem a participação, mas que de fato não existe.
- Em que medida o PDS é uma contrapartida do Banco Mundial para a liberação de financiamento para os grandes empreendimentos para o litoral paranaense.
- A questão de drogas é muito grave.
- Não há continuidade dos planos.
- Problema da prática de segunda residência que caracteriza a região e que está sendo expandido cada vez mais.
- Vocação natural do litoral está para o turismo, e não na implantação de indústrias.
- Diálogos com a sociedade civil e a academia, e diferentes formas de participação. Importância de formatos apropriados para cada necessidade (comunidades tradicionais, indígenas, pescadores).
- Plano traz contribuições internacionais, mas prevê as contribuições dos saberes locais.

Morretes

PRIMEIRA OFICINA

- O que vai ser planejado para o litoral, pois é uma região com grande diversidade, e cada município tem sua peculiaridade.
- Financiamento das ações.
- Como isso será operacionalizado? Como será realizado de forma que não seja uma ingerência do estado sobre o município?

- Experiência de se discutir a região no CORDRAP – tendência de se “puxar” a discussão para os interesses do município, mas também deve-se buscar pensar na região como um todo.
- Pouca divulgação. As pessoas só se mobilizam pelo contato pessoal “boca a boca”. Horário dificultou a participação de pessoas.

SEGUNDA OFICINA

- Se o Plano foi encomendado Governo, e qual a possibilidade de não haver continuidade no processo por causa da transição do governo estadual.
- Remuneração pela participação na equipe de acompanhamento, ou uma ajuda de custo.
- Processo de fechamento de escolas nas ilhas.
- Real participação da sociedade civil neste processo de elaboração do Plano – impressão de haver “cartas marcadas” para o pretenso desenvolvimento.
- No PDS Litoral parece estar tudo pronto, e que é só para validar, vem de cima para baixo.
- A população litorânea paranaense, mais especificamente o litoral norte, tem muitas restrições frente aos projetos de grande porte, principalmente vindo do Governo do Estado, que dá pouca atenção para esta região.
- Existe uma grande desconfiança.
- Esperança de que o grupo que representará o município de Morretes seja um grupo diverso, e que possa superar as dificuldades de entendimento ideológicas, que construam de fato um espaço de diálogos e de ações conjuntas, que possam buscar alternativas viáveis e interessantes para a região.
- Construção da estrada e do porto privado de Pontal de Paraná são investimentos financeiros muito altos, realizados pelo Governo do Estado do Paraná.
- Há outras formas de investimentos para o desenvolvimento sustentável da região. O PDS Litoral pode ser uma possibilidade para refletir quais as

necessidades da região, quais são as estratégias viáveis para um desenvolvimento sustentável.

- Participação da comunidade num processo dessa magnitude é fundamental, o processo de comunicação e a mobilização da comunidade é muito importante.
- Também cabe aos moradores de Morretes contribuir para a divulgação e trazer a comunidade para defender o que deseja, postular seus interesses.
- Um grande problema social na região é da água potável, que deve ser uma das bandeiras dos municípios da região.
- Explanação sobre o que é desenvolvimento sustentável, pois muitos não compreendem o conceito.
- Ausência dos produtores rurais na reunião, pois eles também estão ingressando na área de turismo.
- Como foi o processo de licitação do projeto, e qual foi o aporte financeiro.

Paranaguá

- Se o grupo que discute o Plano terá poder de veto a projetos que serão implementados no litoral.
- Qual o valor do empréstimo do banco mundial e quais foram as exigências para o empréstimo.
- Importante que representantes do porto participem das audiências, um dos maiores problemas é a falta de integração entre o porto e a cidade.
- Importância do IAP por ter uma interface muito grande, em especial no caso da Ilha do Mel.
- Paranaguá tem o conjunto mais completo de patrimônio, além de ser a cidade onde o estado começou. É fundamental ter um representante do patrimônio.
- Fazer uma integração sustentável para o município do patrimônio como um todo: patrimônio material, imaterial e natural.
- Plano de ação direcionado para preservação e utilização do patrimônio.
- Só se vê o porto e não a cidade, a riqueza passa por Paranaguá, mas não fica.

- O porto pode se tornar um potencial para o turismo, mas há problemas – volume de caminhões na estrada, qualidade do ar é péssima e gera questões respiratórias, vegetação está sendo substituída para criar pátio de contêiner de carga.
- Tem que trazer empresas, turismo, cuidar da cultura, gerar emprego, mas qual é o preço que vamos pagar por isso? Não podemos trazer subempregos.
- O pescador é uma categoria a parte que está à margem dos conselhos.
- Preocupação com o resultado do Plano e com a baixa representatividade de várias categorias.
- É preciso esforço para inverter a percepção do litoral como uma região na qual nada pode, tudo trava, nada acontece, diferentemente de outros lugares.
- Litoral está em estado de letargia há mais de 2 décadas, se comparado com Itajaí, que em 15 anos cresceu muito mais.
- Não tem emprego, nada pode, pagamos esse preço.
- Necessidade de interligar a BR 101, deve haver razoabilidade entre a preservação do meio ambiente e a liberação das obras necessárias.
- As oportunidades precisam ser valorizadas, e os defensores do meio ambiente em detrimento da atração das empresas precisam ser neutralizados.
- Uma das características que mais chama atenção é a falta de acesso aos municípios e o desconhecimento das realidades dos demais, quem mora em Paranaguá não conhece a realidade de Guaraqueçaba, nem Antonina.
- Viabilidade do modal hidroviário para criação de estações náuticas com uso de *hoovercraft,* que não precisa de calado, nem estações de grande porte, fazendo transporte de forma muito segura.

- Aproveitar o modal ferroviário para turismo regional, aproveitando as linhas existentes para ligar Paranaguá a Morretes, com menor impacto ambiental.
- Quais são as garantias de que o governo irá implementar o PDS.

- Existe a percepção de que o litoral é totalmente abandonado pelo Governo do Estado, e em época de campanha a população fica ressabiada com as intenções por traz das ações.
- Quais são as provas de comprometimento do Governo do Estado com o plano; se existe algum tipo de legislação ou mecanismo que garanta seu cumprimento.
- Como foi pensada a comunicação com a comunidade, já que muitos segmentos sociais estão invisibilizados.
- Paranaguá é bem grande e diverso e precisa estar representado de fato.
- O horário dificulta muito, as pessoas trabalham e não conseguem vir.
- Não é a riqueza das pessoas que determina a não poluição, é a presença do estado em locais mais ricos que garante melhor qualidade de vida.
- O porto tem problemas de gestão, mas é importante ter o porto na região porque gera emprego, e as pessoas precisam de emprego.
- A população deveria reivindicar condicionalidades para instalação de novos empreendimentos (porto, estradas) – IBAMA, IAP e MP. Exemplo dos trapiches e programa de alternativa de renda por conta da redução da pesca.
- O litoral precisa investir no turismo, é a salvação para emprego, para tudo. O turismo no litoral que tem muito para crescer. Os empreendimentos podem, por lei, financiar isso nas medidas compensatórias.
- Desenvolvimento sustentável é utópico, uma vez que a sustentabilidade tem uma premissa política, e a política hoje é predominantemente voltada para os interesses econômicos.
- Ausência de órgãos ambientais importantes.
- Preocupação com a falta de garantias de que o plano será implementado.
- Necessidade de convocação dos órgãos centrais aos temas fundamentais, como a crise ambiental de fundo político econômico.
- Valadares está passando por uma situação bem difícil por conta da regularização fundiária.

- A linha de Alexandra está afetando a vida das pessoas, com longos quilômetros de engarrafamento por conta dos caminhões.

Pontal do Paraná

- Não houve publicização abrangente sobre a oficina. Atores previamente definidos, “caixa fechada” só para “inglês ver”. Já está tudo definido.
- Não há representantes dos indígenas, dos negros, de mulheres, movimentos legítimos não estão contemplados, é uma cidade machista.
- A comunidade não é boba. A linha é para definir um porto, uma estrada e uma ponte em Guaratuba.
- Grandes conflitos entre o desenvolvimento do litoral do Paraná, o desenvolvimento de Pontal do Paraná e as questões ambientalistas.
- O “calado natural” é o segundo maior do mundo, potencial econômico fantástico. Capacidade de desenvolvimento na área portuária.
- Não tem mais a macro drenagem.
- Tráfego dificulta a chegada ao Hospital Regional de Paranaguá em casos de emergência.
- Democracia é uma forma de aceitar o diferente.
- Importância da participação das comunidades de Maciel, Pereira, Guaraguaçu e Quinze.
- Como o Plano de Desenvolvimento Sustentável irá continuar caso a oposição seja vencedora nas eleições deste ano.
- É importante pensar o que desejamos para daqui a 20 anos. Além da praia, da costa e da mata, existem seres humanos.
- Necessidade da construção da PR 412, posição favorável ao desenvolvimento e construção do porto, a construção da estrada é para ontem.
- Importância da sustentabilidade e de pensar a preservação da nossa existência e do nosso futuro, isso deve ser feito de forma integrada entre os 7 municípios.

- A Equipe de Acompanhamento do município irá discutir as potencialidades e dificuldades, partir de um diagnóstico para apontar possíveis soluções.
- PDS pensa a região como um todo, não questões ou necessidades pontuais de cada município do litoral.
- Necessidade de se observar condicionantes das legislações.
- COLIT não é um órgão paritário, a maioria dos membros do conselho são do governo.
- Sobre a Faixa de Infraestrutura, não fica claro para a comunidade que não é apenas um Porto, mas um Complexo Industrial Portuário.
- Imaginar Pontal do Paraná como cidade portuária – mazelas que vêm com este tipo de desenvolvimento.
- Necessidade de um estudo sobre impactos sinérgico, considerando o conjunto de empreendimentos.
- O desenvolvimento sustentável precisa colocar tudo numa balança e ponderar, mas não se pode “abortar” o desenvolvimento.
- Construção da estrada seria um limite físico para a expansão urbana.
- Questão da proteção ambiental versus o desenvolvimento de cunho econômico é uma luta de interesses, mas todos os interesses podem ser alinhados nos fóruns de debate.
- Falta do envolvimento do Conselho de Turismo do município e do conselho de meio ambiente, já que essa é uma região tipicamente turística.
- Planos participativos no setor de turismo como o PDITS Litoral e Paraná Turístico têm diretrizes que devem ser levados em consideração.
- Terrorismo e judicialização tem sido os grandes argumentos das pessoas que se posicionam contra o desenvolvimento de Pontal do Paraná.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE ENGAJAMENTO

Assim como nas oficinas, durante a realização das Audiências Públicas de Engajamento houve a oportunidade de os presentes se manifestarem, com o objetivo de apresentarem suas dúvidas, críticas ou contribuições. A seguir, as principais questões colocadas por município.

Antonina

- Como o Plano se integra com outros planos existentes, como, por exemplo, o ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico.
- Preocupação com a orla de Antonina, e de que a vegetação que ali cresce pode vir a prejudicar a vista e o turismo em Antonina, busca de uma licença permanente.
- Dificuldade de acessar as informações pelo site, há problemas de comunicação na região, é necessário buscar uma maneira de informar a população de forma mais adequada e compreensiva.
- Problemas na área rural e nas ilhas, não há internet, não tem luz, não há saneamento básico, são problemas emergências que é necessário organizar hoje.
- Modelo de produção do Paraná voltado à exportação, pressão pelo aumento da área portuária e das estradas, é isso que queremos?
- O que está sendo pedido é uma vida digna, saúde, educação. Somos pequenas cidades que sobrevivem do dinheiro que vem do turismo.
- Conversas anteriores com a comunidade – marisqueiros e pescadores – relativo ao saneamento e ao assoreamento da baía. Importância do saneamento básico.
- Maricultura, turismo, Vale do Gigante, importância da discussão em curso na audiência.
- Importância de informações simples e objetivas para a população.
- Saneamento básico é importante, não só para o turista, e sim para os moradores.

- Assoreamento da baía, se não fizermos nada nossos bisnetos vão continuar sofrendo.
- Em relação ao turismo Antonina é esquecida.
- População tem demandas anteriores não atendidas, que haja garantias da inclusão dessas demandas no Plano e que as mesmas sejam atendidas.
- Plano não é uma questão local, dúvidas sobre se já está sendo aprovada alguma proposta, como obras, estradas e outras ações. Preocupação com a possibilidade de se aprovar propostas que não são desejadas.
- Nas reuniões havidas com as equipes do Governo não houve discussões sobre educação e saúde, pergunta do que se define como desenvolvimento sustentável, preocupação com os prazos, com os pescadores, com o tempo necessário para ler todos os documentos, e com as obras e empreendimentos previstos para o Litoral.
- Considerações em relação à supressão da vegetação na orla, sobre a limpeza da cidade, sobre a importância da presença dos jovens, pois o futuro sobre o qual está se falando é para eles.
- O turismo no seu aspecto regional, onde os turistas circulam entre os diversos municípios, o potencial da Serra do Mar, coisas regionais que conectam todos os municípios.
- Importância da estrada, a PR 340, que vai ajudar Antonina e Morretes. Antonina hoje tem um único acesso, a estrada para Guaraqueçaba também é importante, que sejam incluídas no Plano.
- Vocações de Antonina relacionadas ao meio ambiente e turismo, mas também vocação portuária.

Guaraqueçaba

- Crítica em relação à estrada proposta para Guaraqueçaba. Que seja utilizado algum método construtivo alternativo ao asfalto, que seja mais barato, rápido e principalmente menos agressivo ao meio ambiente.

- Como e quem será responsável pela implementação do Plano, se há alguma previsão de prazo para essa etapa.
- Na cidade há uma grave deficiência na área da saúde, não existem nem mesmo laboratórios para exames simples, quanto menos hospital e maternidade.
- Transporte intermunicipal é muito deficitário, exemplo de “ambulanchas”, veículos cedidos pelo Governo do Estado, foram retiradas logo em seguida porque nunca foram disponibilizados funcionários para pilotá-las.
- Pavimentação da estrada PR-405 é questão polêmica, debatida há décadas, mas nunca foi solucionada. Alternativa mais viável seria investir na estrada-parque, com espaço para pedestres e ciclovia.
- A péssima qualidade das estradas também se reflete na educação e, consequentemente, as oportunidades para os jovens estão longe de serem adequadas.
- Mais consideração por parte dos órgãos ambientais, respeito e diálogo com as comunidades locais.
- É fundamental mais bom senso e trabalho conjunto com os trabalhadores, pois estes precisam de condições mínimas para exercer suas atividades e ajudar a levantar a economia do município.
- Quais serão as comunidades contempladas pelo PDS? Importância de que as visitas não se restrinjam ao centro urbano do município, a área rural muito relevante e diversa.
- Situação de vulnerabilidade em que vivem os moradores das ilhas, onde existe falta de água e saneamento.
- Descontentamento com a ausência de representantes do município na reunião e líderes do movimento pela pavimentação da estrada.
- Péssimas condições das estradas no município, má manutenção executada pelo DER, descaso do governo na área da saúde.
- É necessário que se aplique em outros aspectos, como regularização fundiária e reforma agrária da área rural, a fim de incentivar a agricultura ecológica familiar.

Agricultores detêm terras muito pequenas e não têm direito sobre elas por serem posseiros.

- Investir no desenvolvimento da pesca e no turismo, pois este possui infraestrutura muito limitada.
- Criar mais parques de preservação ambiental, pois assim a cidade voltaria a receber mais royalties e teria mais verba para solucionar outros problemas.
- Setor da construção civil está congelado, uma vez que os moradores da cidade também são posseiros e por isso não conseguem financiamento para construir.
- É fundamental combater o sentimento de pessimismo histórico para seguir em frente. Deve-se legitimar as oportunidades existentes, identificar necessidades e lutar por elas.
- Preocupação com questão ecológica, não existe coleta de lixo e isso é um grande problema para a região.

Guaratuba

- Pessoas de Guaratuba têm que decidir o seu futuro, e não as pessoas que vêm com projetos prontos. Tem que valer sempre a ideia do coletivo.
- Guaratuba tem grande potencial para agroindústrias, o que geraria muito mais empregos junto com os pequenos produtores. Em Guaratuba 80% do município é preservado, mas os produtores precisam poder expandir para criar empregos.
- Precisa haver incentivo para os jovens ficarem, pois se formam e vão embora para outros estados.
- O produtor não vai prejudicar a preservação, pelo contrário, vai preservar ainda mais
- Há muita ideologia em torno da questão ambiental, o que acaba sufocando o social e o econômico. Estamos em uma região de mata atlântica, mas á várias interpretações, a mata atlântica é um grande desafio.
- Preocupação com a demanda, pelo contratante, de grandes obras de infraestrutura para a região. Qual é o modelo de desenvolvimento previsto, que

leve em conta outras percepções que vão além das obras de infraestrutura, como turismo rural, agroflorestas, que busque a integração entre patrimônio natural e desenvolvimento econômico.

- Seria bom ter modelos de outras regiões, que tratam do desenvolvimento em harmonia com a natureza.
- Pergunta-se das propostas na área da educação, na saúde.
- Verificar e perguntar quais são os cursos que a região se precisa, se quem define isso é a universidade ou a comunidade.
- Se há alguém do IAP presente, se o IAP não for parceiro pode ser que nada aconteça.
- Se o plano incentiva o ecoturismo, por conta da preservação e da mata atlântica, essa atividade pode trazer muita renda, pois a região tem atrativos, tem diversidade, tem manguezais, a gente precisa de natureza para viver.
- Cidade se desenvolve de maneira irregular por conta das invasões, pois as pessoas constroem onde conseguem.
- Há muita restrição, estamos ilhados, cerceados de qualquer possibilidade de desenvolvimento. Quando algum técnico ambiental pensou em fazer um parque, ele perguntou para a comunidade o que isso representava? Estamos cerceados pelo governo do estado, pelo governo federal.
- Legislação ambiental existente, o técnico está preso ao que diz a lei. Há uma margem para interpretação, mas é o técnico que responde pela sua decisão.
- A receita vinda do ICMS pode ser importante para o município, como acontece em Guaraqueçaba.
- É possível coexistir com o meio ambiente, com a natureza.
- A agricultura ainda é a melhor alternativa, o Plano deve pressionar para que isso mude.
- Questionamento de até que ponto vai ser possível fazer frente aos problemas, coisas que já vem de tempo, para que tudo o que está sendo feito não seja em

vão, uma nova decepção para todos os que moram aqui e que acreditam em uma convivência pacífica com o meio ambiente.

- Discutir outras unidades de conservação, da esfera municipal, as APAs, por exemplo, que são menos restritivas. Há os riscos ambientais, é preciso pensar nos parques para preservar as vidas humanas, isso é uma discussão que envolve vários atores.
- É preciso tratar de temas como invasão, ocupação irregular, de como tratar os moradores.
- Os municípios, como Guaratuba, que preservaram são penalizados. Havia áreas no Parque Boguaçu, que eram loteamentos, que agora foi criado o parque e a cidade não tem mais para onde crescer.
- O estado criou o COLIT, com maioria de representantes do estado, e agora se, por exemplo, for necessária autorização para funcionar uma padaria, tem que passar pelo COLIT. É um absurdo, o município perdeu toda a sua autonomia.
- Pede-se para mostrar exemplos onde o processo do convívio com a natureza já deu certo, para conhecer.
- Há uma tensão com o meio ambiente, mas que há interesse em fazer um consenso, criar soluções, até agora ninguém falou em fazer de Guaratuba um polo industrial, pelo contrário, fala-se em pequenas agroindústrias e ecoturismo.
- Importância e necessidade de conhecer exemplos de outros lugares, de experiências que deram certo, e também sobre como, nas próximas etapas, serão construídos os cenários.
- O plano é de uma relevância enorme, pois permite discutir o que vai acontecer. Se for construir o porto de forma desordenada, bem como a ponte de Guaratuba, o que vai acontecer aqui?

Matinhos

- PDS tem custo alto por um serviço que será de 12 meses e que ao final será emitido um relatório, sem a segurança de que irá ter um conjunto de ações ao final.
- Duplicação da Av. Juscelino Kubitschek divide ricos e pobres na cidade, os moradores não querem essa duplicação. Moradores não são ouvidos.
- Obra é de urbanizar a rodovia, melhorar as travessias, vai ter calçadas com ciclovias, e é em benefício de todos, não para dividir ricos e pobres.
- Empregos que a implantação do Porto de Pontal poderia gerar, muitos desses empregos seriam ocupados por pessoas de fora, pois precisam de maior qualificação.
- Como o Plano Nacional de Desenvolvimento Costeiro se articula com o PDS.
- A regularização fundiária é uma questão importante, abrangendo a falta de moradia, crescimento desordenado, invasão de áreas verdes na cidade.
- Parques municipais são as unidades de conservação que mais revertem em ICMS ecológico, mais que parques estaduais e nacionais.
- Empreendimento do porto deve gerar cerca de 1500 empregos diretos, mas a Techint deve demitir em torno de 3 a 4 mil pessoas até o fim do ano, então não se sabe se haverá aumento da população.
- Trabalho que está sendo finalizado sobre a qualidade do ar em Paranaguá mostra que a qualidade do ar naquele município está acima do permitido pela OMS, isso está relacionado com a atividade portuária.
- Os mais pobres são os que mais sofrem com a poluição, uma situação de injustiça ambiental, o rico fica com o dinheiro e o pobre fica com a poluição. Avaliar se isso é um cenário futuro que poderá acontecer em Pontal também.
- Plano está muito mais focado no desenvolvimento econômico do que no desenvolvimento social, receio de um plano que não atrela o econômico às questões sociais. Exemplo da duplicação da Avenida JK, que está atrelada à ponte

de Guaratuba, todo o fluxo de caminhões que vai para o porto passaria pela cidade de Matinhos.

- Cuidado para não banalizar a palavra sustentável.
- Em outros países, como a Holanda, tem portos enormes e fantásticos, e com controle ambiental na mesma proporção; o que existe no Brasil não é uma falta de atuação comercial, mas falta controle para essas empresas.
- Paranaguá não faz a medição da qualidade do ar. Tema da mudança climática deve ser abordado pelo PDS. Há uma preocupação no município em relação a isso, na gestão e até de dotação orçamentária.
- Possibilidade de se implantar um terminal turístico de embarque e desembarque de passageiros no Porto de Pontal, caso se concretize. Pois sabe-se que muitos moradores vivem do turismo, especialmente no verão.

Morretes

- Morretes tem um excelente potencial não explorado para agricultura orgânica e ecológica.
- Descontentamento com o fato de Morretes fornecer diversos produtos, mas ser conhecido apenas pelo Barreado.
- Existe um déficit na área educacional, provocando evasão de jovens que buscam melhores perspectivas de futuro e saem da cidade para estudar o ensino médio, o que também afeta a autoestima do povo do Litoral. Criação de cursos técnicos nas áreas de Turismo, Agroecologia, Meio Ambiente e Empreendedorismo.
- Atualmente existem mais oportunidades para que os jovens de Morretes busquem estudo universitário fora da cidade do que há alguns anos, contudo ainda assim falta investimento e estímulo para que conquistem uma carreira.
- Questionamento sobre uma possível ameaça externa que o município de Morretes pode sofrer num cenário de aquecimento global e aumento do nível do mar: a migração de habitantes de cidades da costa para a região.
- Indispensável a presença do poder público no debate dessas questões.

- Produzir materiais explicativos (como vídeos), identificar lideranças espalhadas pelo município, fazendo contato para que estas mobilizem outras pessoas, envolver os jovens no processo, uma vez que o plano trata de perspectivas para o futuro e geração de oportunidades.
- Porquê da ausência dos membros da Prefeitura ou Governo de Estado na audiência.
- É fundamental que a população compreenda que o desenvolvimento tratado no Plano não se limita ao plano econômico, mas também social e ambiental, ou seja, que ele envolve diversas esferas da sua vida pessoal e cotidiana.
- Entrar em contato com a comunidade, agricultores e assentamentos para construir confiança com a população.

Paranaguá

- Se existe algum vínculo ou comunicação entre o PDS e o Plano Diretor de cada município, em especial com o de Paranaguá, e o que os diferencia.
- Tanto alunos quanto professores desconhecem o espaço ambiental do Litoral.
- Diversos planos estão sendo discutidos na região, como o PD de Paranaguá, o das Bacias Hidrográficas, Gerenciamento Costeiro, entre outros, preocupação em como irão se relacionar.
- Preocupação com a fragilidade das comunidades de trabalhadores de Paranaguá, visto que o Porto consiste em praticamente toda a base econômica da cidade.
- Se há algum plano para contemplar a agricultura familiar no PDS.
- A divisão dos municípios do Litoral nas três sub-regiões é arbitrária, questionamento do método usado para chegar a tal classificação.
- Se está sendo previsto algum dimensionamento do futuro inchaço populacional causado pelo aumento do turismo e das atividades nos polos portuários daqui 5 a 20 anos.

- Melhor diálogo com a comunidade sobre as pesquisas desenvolvidas pela academia e órgãos públicos e que estas sejam desenvolvidas mais em conjunto, para que haja um desenvolvimento realmente sustentável.
- Paranaguá possui demandas críticas na área de saneamento básico, energia e comunicação.
- Diversos planos estão sendo desenvolvidos e aplicados no Litoral, como o PDS se integrará a eles.
- Potencial que a região possui nos setores turísticos de base comunitária e de tecnologia, aproveitando a contribuição acadêmica.
- Preocupação com a vulnerabilidade de comunidades tradicionais pesqueiras e agrícolas, em especial com a histórica Comunidade Maciel, ameaçada de extinção.
- Grave problema do saneamento e da disponibilidade de água potável em todo o Litoral.
- Qual será a posição do Governo quanto à regularização fundiária, principalmente nas áreas de mangue.
- Dúvida com relação à formação da Equipe de Acompanhamento e à função de cada um dos atores.
- Interesses pessoais estariam influenciando a discussão em Pontal do Paraná quanto à construção ou não de um porto na cidade.

Pontal do Paraná

- O que é Desenvolvimento Sustentável?
- Pessoas com muito poder econômico que conseguem realizar ações que os beneficiam.
- PDS é contratado pelo governo do estado, mas se espera que sua implementação continue após a eleição, os eleitores têm que cobrar dos que participam do processo eleitoral como se posicionam frente a esse Plano.

- Costa Rica é um país com características muito próximas das do Litoral do Paraná, e há muitos anos atrás o país tomou uma decisão de investir em ecoturismo e em desenvolvimento sustentável, hoje colhe frutos enormes a partir dessa decisão.
- Região precisa de emprego, renda, oportunidade, qualidade de vida, melhorar a autoestima das pessoas, porque hoje essa é uma região com maior baixa autoestima do país, principalmente o pessoal de Guaraqueçaba, por falta de oportunidade e de perspectiva de vida.
- Como é a metodologia de escuta das comunidades, como foram identificadas as comunidades e qual foi o critério de escolha das comunidades priorizadas.
- Como os cenários vão integrar espaço e tempo, a relação entre diferentes localidades e a interferência entre os municípios, qual o horizonte temporal dos cenários, como serão considerados os efeitos cumulativos e sinérgicos, tanto dos aspectos positivos, como dos aspectos negativos levantados nas reuniões.
- O debate da questão ambiental é continua. Canal do DNOS é artificial, mas se fala como se fosse natural. Nesse debate vale qualquer coisa, inclusive que a implantação da faixa de infraestrutura vai acabar com a Ilha do Mel.
- O que vai acabar com a Ilha do Mel é a situação atual, sem esgoto. Instalar o esgoto na Ilha levará dois dias pelo trabalho da Sanepar, mas isso não acontece porque a Águas de Paranaguá é concessionária da água e esgoto da Ilha do Mel, e a Sanepar é a concessionária de Pontal do Paraná. A Sanepar já colocou os canos de coleta na beira do mar, é só ligar a mangueira até a Ilha, isso levaria dois dias.
- Coleta de lixo malfeita, falta de planejamento como coisas que acabam com a Ilha do Mel.
- Estrada vai salvar a Ilha do Mel, pois tem que se enfrentar 30 km de trânsito, que causa morte de pessoas.
- Beleza da baía e da geografia da região devem ser consideradas vocações da região, e essa mesma geografia propicia a instalação de um porto; deve-se

pensar na sinergia dessas duas vocações, a ambiental e turística, a Ilha do Mel já é conhecida como importante destino turístico.

- Canal foi necessário para a drenagem e para o homem habitar a região. Como aproveitar a extensão do canal para navegação, para criar um outro valor que não só as praias.
- Com o desenvolvimento industrial vai se perder no ambiente e na qualidade dos peixes, se tiver peixe para pescar, vai ser de qualidade duvidosa.
- Maioria dos pescadores não se sente à vontade num ambiente como esse, com uma linguagem que não conseguem entender, e não se sentem obrigados a falar numa linguagem que desconhecem.
- Coisa em comum de todas as comunidades do litoral é a pesca, com exceção de Morretes, então é um assunto que tem que ser tratado, que segurou o litoral desde o começo, as outras atividades vieram posteriormente, os pescadores estão se tornando invisíveis, ignora-se que eles existem.
- Os pescadores têm seu meio de produção, só querem um ambiente saudável e manter sua cultura e tradição, que é milenar.
- Pescadores dependem muito de um ambiente saudável, disso depende o sustento deles, mas não acreditam em ambientalismo de indústria de petróleo e de cosméticos.
- Ao se pensar em Plano, tem que se pensar em medidas compensatórias, se quiserem fazer porto, que se faça, mas devem ser estudadas as medidas compensatórias, benefícios para a comunidade, e deve ser executado antes do empreendimento.
- Metodologia das escutas, está aparecendo apenas seis aldeias indígenas, mas são sete.
- O desenvolvimento não está ligado ao dinheiro, mas à participação política.
- Relação do PDS com os instrumentos de ordenamento territorial locais, o Plano Diretor, e o Zoneamento Ecológico Econômico.
- O planejamento deveria vir antes do ordenamento.

- Um plano diretor, um plano territorial define os rumos que se dará para o desenvolvimento da região e define zonas, por exemplo, onde será uma zona portuária, ou de turismo. Mas se vê acontecendo o contrário.
- No caso da pesca, o que está proposto como área industrial e portuária para o município inviabiliza a atividade pesqueira; se os pescadores se manifestarem a esse respeito, o quanto isso seria contemplado no planejamento proposto.
- Várias unidades de conservação que trazem um ICMS ecológico enorme, mas não se sabe onde vai parar o recurso. Arrecada-se muito IPTU, das casas de turismo, mas não se sabe onde o recurso é gasto. Reclama-se de que não tem estrada para ir ao hospital, mas não se constrói hospital e escolas. Não se melhora as estradas que tem, mas quando envolve um empreendimento, há recursos para fazer uma nova estrada.
- A nova estrada proposta só servirá aos empreendedores, as vagas de trabalho serão para pessoas de fora da região, haverá muitos impactos sociais negativos, como a violência. Não só os pescadores sofrem com esse cenário, mas as mulheres também.
- Todos têm o direito de fazer o que querem, mas as vezes, o filho do pescador quer fazer algo diferente, quer crescer, quer trabalhar num local diferente.
- As pessoas têm direito a ter estradas assim como hospitais. A questão ambiental no local sufoca as pessoas. Ocupação irregular em Shangrilá, essas pessoas têm que ter oportunidades, muitas pessoas vieram para a região atraídas pelos empregos.
- É importante investir em turismo, mas é uma região com clima que não permite o turismo de praia o ano todo, como no Nordeste.
- Dois projetos que são sempre citados e que surgem questões: o Porto e a Faixa de Infraestrutura. A faixa de infraestrutura está atrelada ao porto?
- Pergunta-se se está prevista uma análise econômica e de sustentabilidade da implantação do Porto de Pontal, tendo em vista que o Porto de Paranaguá pode ser ampliado; ou, como alternativa, se vale mais a pena o investimento em

turismo sustentável, considerando que o litoral é um importante destino turístico.

- Preocupação especial com o turismo, pois a região tem vocação turística; a sazonal, de sol e praia, mas tem também de ecoturismo, turismo rural, náutico, são muitas possibilidades. Espera-se do consórcio que a parte turística seja considerada nos cenários, em termos de desenvolvimento e de impactos das outras atividades.
- A discussão está restrita em duas opções: ou o desenvolvimento do porto, ou o desenvolvimento do turismo. Foi falado que não dá para viver do turismo. As pessoas no litoral não trabalham com turismo, e sim com o turista, e há uma diferença: quando termina a temporada, as pessoas fecham as portas e ficam esperando que a próxima temporada seja melhor do que a passada. O potencial do turismo na região é pouco explorado, mas que isso tem que ser trabalhado, não é só porque as pessoas vêm para o litoral que ela se torna uma região turística.
- Paranaguá tem o porto, mas para onde vai toda essa riqueza, se a região do litoral tem um dos menores IDHs do estado?
- Pontal do Paraná é um município incompleto, pois o acostamento só vai até Shangrilá; a Beira Mar vinha até Shangrilá e não é completada até Pontal; a passarela de Pontal do Sul está incompleta; e o Plano Diretor está sob judice por estar incompleto.
- Se o porto fosse bom, estaria todo mundo morando em Paranaguá.
- Não interessa saber se a Faixa de Infraestrutura vai beneficiar o Porto, muita gente vai parar de morrer na estrada, vai diminuir o tempo que se leva para sair de Pontal do Sul e vai gerar economia de combustível, por isso se precisa dessa estrada. A estrada do lado do canal vai servir de cerca, de muro, para não se ocupar o lado da mata.
- Se o PDS terá força de lei, porque se não tiver não haverá efetividade.

ANEXO I – IDENTIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EXISTENTES

As referências que foram encontradas de diversas fontes e que apoiam a elaboração do PDS Litoral estão a seguir relacionadas. Conforme a necessidade de suporte ou incorporação de conteúdo das referências pertinentes, esses documentos estão sendo utilizados para subsidiar a elaboração do Relatório de Contextualização.

Referências – Antonina

Administração dos Portos do Paraná; Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina; Laboratório de Transporte e Logística. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Antonina-PDZPO. Curitiba, 2012.

ANTONINA. Lei nº 20, de 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre o plano diretor municipal de Antonina, Estado do Paraná, e dá outras Providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/20/lei-ordinaria-n-20-2008-dispoe-sobre-o-plano-diretor-municipal-de-antonina->. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 21, de 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre o parcelamento do solo, o loteamento, o desmembramento e a implantação de condomínios horizontais, no município de Antonina, Estado do Paraná. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/parcelamento-do-solo-antonina-pr>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 22, de 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre a lei de zoneamento, uso e ocupação do solo municipal de Antonina e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/3/22/lei-ordinaria-n-22-2008-dispoe-sobre-o-lei-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-municipal-de-antonina-e-da-outras-providencias?q=22%2F2008>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 23, de 08 de agosto de 2008. Aprova medidas e demais especificações do perímetro urbano da sede do município de Antonina. Disponível

em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/23/lei-ordinaria-n-23-2008-aprova-medidas-e-demais-especificacoes-do-perimetro-urbano-da-sede-do-municipio-de-antonina-2008-08-08.html>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 24, 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre a hierarquização, traçado básico e traça as diretrizes para o sistema viário do município de Antonina, Estado do Paraná. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/3/24/lei-ordinaria-n-24-2008-dispoe-sobre-a-hierarquizacao-tracado-basico-e-traca-as-diretrizes-para-o-sistema-viario-do-municipio-de-antonina-estado-do-parana-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 25, de 08 de agosto de 2008. Cria o novo código de obras do município de Antonina e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/25/lei-ordinaria-n-25-2008-cria-o-novo-codigo-de-obras-do-municipio-de-antonina-e-da-outras-providencias.html>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 26, de 08 de agosto de 2008. Institui o código de posturas do município de Antonina, Estado do Paraná e dá outras providências.

Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/26/lei-ordinaria-n-26-2008-institui-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-antonina-estado-do-parana-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 27, de 08 de agosto de 2008. Autoriza o chefe do poder executivo municipal, do município de Antonina, Estado do Paraná, a participar de operações urbanas consorciadas e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/27/lei-ordinaria-n-27-2008-autoriza-o-chefe-do-poder-executivo-municipal-do-municipio-

de-antonina-estado-do-parana-a-participar-de-operacoes-urbanas-consorciadas-e-da-outras-providencias.html>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 28, de 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre o direito de construir no município de Antonina, Estado do Paraná. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/28/lei-ordinaria-n-28-2008-dispoe-sobre-a-transferencia-do-direito-de-construir-no-municipio-de-antonina-estado-do-parana.html>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 29, 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre o parcelamento, a edificação e a utilização compulsória de imóveis urbanos, sobre o imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo e a desapropriação como pagamento de títulos da dívida pública, no município de Antonina, Estado do Paraná. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/29/lei-ordinaria-n-29-2008-dispoe-sobre-o-parcelamento-a- edificacao-e-a-utilizacao-compulsoria-de-imoveis-urbanos-sobre-o-imposto-predial-e-territorial-urbano-progressivo-no-tempo-e-a-desapropriacao-com-o-pagamento-de-titulos-da-divida-publica-no-municipio-de-antonina-estado-do-parana>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 30, 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre o direito de preempção. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/3/30/lei-ordinaria-n-30-2008-dispoe-sobre-o-direito-de-preempcao?q=plano%20diretor>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 31, 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre o estudo de impacto de vizinhança, previsto no artigo 36, e seguintes, do estatuto da cidade e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/3/31/lei-ordinaria-n-31-2008-dispoe-sobre-o-estudo-de-impacto-de-vizinhanca-prev>. Acesso em: 12 abr. 2018.

DEPARTAMENTO de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná; Assessoria técnica ambiental. Estudo de Impacto Ambiental-Rodovia PR 340: Trecho entre BR-277 e Antonina. Paraná, 2015

DEPARTAMENTO de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná; Assessoria técnica ambiental. Relatório de Impacto Ambiental-Rodovia PR 340: Trecho entre BR-277 e Antonina. Paraná, 2015

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos estatístico Município Antonina. Curitiba: IPARDES 2018

PARANÁ. Portos do Paraná Iniciam Planejamento Estratégico da Infraestrutura Marítima. Disponível em: <https://www.tcp.com.br/portos-do-parana-iniciam-planejamento-estrategico-da-infraestrutura-maritima/>. Acesso em: 16 abr. 2018.

Secretaria de Portos da Presidência da República; et al. Plano Mestre Porto de Antonina. Curitiba, 2013.

Referências – Guaraqueçaba

GUARAQUEÇABA. Lei nº 012, de 03 de março de 2009. Dispõe sobre o Sistema Viário do Município de Guaraqueçaba, e dá outras providências.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 018, de 30 de abril de 2009. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo para fins urbanos no Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/parcelamento-do-solo-guaraquecaba-pr>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 158, de 06 de maio de 2011. Altera dispositivos da Lei 012/2009 que Dispõe sobre o Sistema Viário do Município de Guaraqueçaba, e dá outras providências.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 181, de 25 de novembro de 2008. Institui o plano diretor, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento do

Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Folha do Litoral do Paraná, Paraná, 27 set.2008.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 69, de 08 de dezembro de 2009. Estabelece novas delimitações para os perímetros urbanos da sede do Município de Guaraqueçaba e de Tagaçaba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2009/6/69/lei-ordinaria-n-69-2009-estabelece-novas-delimitacoes-para-os-perimetros-urbanos-da-sede-do-municipio-de-guaraquecaba-e-de-tagacaba>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARAQUEÇABA. Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba. Lei nº 157, de 06 de maio de 2011. Altera dispositivos da Lei nº 181/2008 que Institui o Plano Diretor, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de Guaraqueçaba e dá outras providências.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 015, de 22 de abril de 2009. Define o código de Obras das Ações de iniciativa Privada e Pública no Município de Guaraqueçaba. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/codigo-de-obras-guaraquecaba-pr>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 016, de 23 de abril de 2009. Dispõe sobre o Zoneamento, o Uso e a Ocupação do Solo Urbano do Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2009/2/16/lei-ordinaria-n-16-2009-dispoe-sobre-o-zoneamento-o-uso-e-a-ocupacao-do-solo-urbano-do-municipio-de-guaraquecaba-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 017, de 02 de março de 2009. Institui o Código de Posturas do Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2009/1/17/lei-

ordinaria-n-17-2009-institui-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-guaraquecaba-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 159, de 06 de maio de 2011. Altera dispositivos da Lei nº 15/09 que Define o código de Obras das Ações de iniciativa Privada e Pública no Município de Guaraqueçaba. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2011/16/159/lei-ordinaria-n-159-2011-altera-dispositivos-da-lei-n-15-09-que-define-o-codigo-de-obras-das-acoes-de-iniciativa-privada-e-publica-no-municipio-de-guaraquecaba>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 160, de 06 de maio de 2011. Altera dispositivos da Lei nº 17/09 que Institui o Código de Posturas do Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2011/16/160/lei-ordinaria-n-160-2011-altera-dispositivos-da-lei-n-17-09-que-institui-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-guaraquecaba-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 163, de 06 de maio de 2011. Altera dispositivos da Lei nº 18/09 Dispõe sobre o Parcelamento do Solo para fins urbanos no Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2011/17/163/lei-ordinaria-n-163-2011-altera-dispositivos-da-lei-n-18-09-dispoe-sobre-o-parcelamento-do-solo-para-fins-urbanos-no-municipio-de-guaraquecaba-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 60, de 11 de novembro de 2009. Dispõe sobre o Macrozoneamento do Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2009/6/60/lei-ordinaria-n-60-2009-dispoe-sobre-o-macrozoneamento-

do-municipio-de-guaraquecaba-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARAQUEÇABA. Ramsar Sites Information Service. Guaraqueçaba Ecological Station. Disponível em: <https://rsis.ramsar.org/ris/2305>. Acesso em: 16 abr. 2018.

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos estatístico Município Guaraqueçaba. Curitiba: IPARDES 2018

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Zoneamento da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba. Curitiba, 2001.

INSTITUTO Socioambiental. Situação atual das Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 16 abr. 2018.

SOCIEDADE de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. Plano Integrado de Conservação para a Região de Guaraqueçaba. Curitiba, v.1, 1992.

Referências – Guaratuba

GUARATUBA. Prefeitura Municipal de Guaratuba. Plano Plurianual (PPA) 2018-2021. Guaratuba, 2018.

GUARATUBA. Prefeitura Municipal de Guaratuba. Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima, Plano de Intervenção na Orla Marítima e Estuária de Guaratuba. Guaratuba, 2004.

GUARATUBA. Lei nº 1163, de 14 de novembro de 2005. Institui o Plano Diretor, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de Guaratuba, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/116/1163/lei-ordinaria-n-1163-2005-institui-o-plano-diretor-estabelece-objetivos-instrumentos-e-diretrizes-para-as-acoes-de-planejamento-no-municipio-de-guaratuba-e-da-outras-providencias.html>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1164, de 14 de novembro de 2005. Dispõe sobre o Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, das áreas urbanas e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-guaratuba-pr>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1165, de 14 de novembro de 2005. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, sobre empreendimentos em forma de condomínios horizontais e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1165/lei-ordinaria-n-1165-2005-dispoe-sobre-o-parcelamento-do-solo-urbano-sobre-empreendim-entos-em-forma-de-condom-inios-horizontais-e-da-outras-providencias> . Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1166, de 14 de novembro de 2005. Define o perímetro urbano do Município de Guaratuba. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/116/1166/lei-ordinaria-> . Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1167, de 14 de novembro de 2005. Estabelece diretrizes pertinentes a drenagem urbana de Guaratuba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1167/lei-ordinaria-n-1167-2005-estabelece-diretrizes-pertinentes-a-drenagem-urbana-de-guaratuba-e-da-outras-providencias> . Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1168, de 14 de novembro de 2005. Cria o fundo de desenvolvimento urbano FDU do município de Guaratuba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/116/1168/lei-ordinaria-n-1168-2005-cria-o-fundo-de-desenvolvimento-urbano-fdu-do-municipio-de-guaratuba-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1169, de 14 de novembro de 2005. Cria o fundo municipal do meio ambiente - FMMA do Município de Guaratuba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/116/1169/lei-ordinaria-n-1169-2005-cria-o-fundo-municipal-do-meio-ambiente-fmma-do-municipio-de-guaratuba-e-da-outras-2005-11-14.html> . Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1170, de 14 de novembro de 2005. Dispõe sobre o estudo de impacto de vizinhança - RIV e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/1> . Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1171, de 14 de novembro de 2005. Dispõe sobre a Outorga Onerosa do Direito de Construir e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1171/lei-ordinaria-n-1171-2005-dispoe-sobre-a-outorga-onerosa-do-direito-de-construir-e-da-outras-providencias> . Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1172, de 14 de novembro de 2005. Dispõe sobre a transferência do direito de construir e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/118/1172/lei-ordinaria-n-1172-2005-dispoe-sobre-a-transferencia-do-direito-de-construir-e-da-outras-providencias> . Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1173, de 14 de novembro de 2005. Estabelece o Código de Obras e Posturas do Município e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/codigo-de-obras-guaratuba-pr> . Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1174, de 14 de novembro de 2005. Estabelece o código ambiental do Município de Guaratuba, Institui a política municipal de meio ambiente e o sistema municipal de meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1174/lei-ordinaria-n-1174-2005-estabelece-o-codigo-ambiental-do-municipio-de-guaratuba-institui-a-politica-municipal-de-meio-ambiente-e-o-sistema-municipal-de-meio-ambiente-e-da-outras-providencias> . Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1175, de 14 de novembro de 2005. Estabelece o código de vigilância ambiental de saúde do Município de Guaratuba, as normas de saneamento, dispõe sobre as infrações sanitárias e respectivo processo administrativo. Disponível em: <22/02/2018Lei Ordinária 1175 2005 de Guaratuba PRhttps://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1175/lei-ordinaria-> . Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1176, de 14 de novembro de 2005. Dispõe sobre hierarquização e traçado básico do sistema viário, traça diretrizes para o arruamento do Município de Guaratuba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1176/lei-ordinaria-> . Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Ramsar Sites Information Service. Guaratuba. Disponível em: <https://rsis.ramsar.org/ris/2317>. Acesso em: 16 abr. 2018.

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos estatístico Município Guaratuba. Curitiba: IPARDES, 2018.

PARANÁ. Prefeitura do Estado do Paraná. Decreto Estadual nº 10.855, de 23 de abril de 2014. Estabelece o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para o Município de Guaratuba, e dá outras providências.

PARANÁ. Secretaria Estadual do Meio Ambiental, Instituto Ambiental do Paraná, Pró-Atlântica. Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba. Curitiba, 2006.

SISTEMA Meteorológico do Paraná. Projeto Básico Integrado de Micro Drenagem, Macro Drenagem e Controle de Erosão Marinha, Município de Guaratuba, Memorial Técnico. Curitiba: SIMEPAR, 2007.

Referências – Litoral do Paraná

PARANÁ. Decreto nº 2647, de 14 de setembro de 2011. Dispõe sobre elaboração e desenvolvimento do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Litoral do Paraná. Diário Oficial nº 8548 de 14 de setembro de 2011.

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. OS VÁRIOS PARANÁS: AS ESPACIALIDADES SOCIOECONÔMICO-INSTITUCIONAIS NO PERÍODO 2003-2015. Curitiba: IPARDES, 2017.

ENGEMIN. Implantação da Faixa de Infraestrutura em Pontal do Paraná: Estudo de Impacto Ambiental; Relatório de Impacto Ambiental. Pinhais, 2016.

AMB Planejamento Ambiental. Terminal Portuário localizado no município de Pontal do Paraná, PR: Relatório de Impacto Ambiental; Estudo de Impacto Ambiental. Curitiba, 2007.

AGÊNCIA de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná; Solução para Pequenas Empresas-SEBRAE; Secretaria de Estado do Turismo. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011: Região Turística Litoral do Paraná. Curitiba, 2008.

COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE RECURSOS DO MAR. Resolução nº 01, de 21 de novembro de 1990. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II). Brasília, v. 1-2, 1990.

COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE RECURSOS DO MAR. Resolução nº 01, de 21 de novembro de 1990. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II). Brasília, v. 1-2, 1990.

COMISSÃO Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). IX Plano Setorial para os Recursos do Mar, 2016-2019. Sem data.

COMISSÃO Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar, 2012-2015. Sem data.

COMISSÃO Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM); Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO). III Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF-ZC) 2015-2016. Sem data.

DENARDIN, Valdir; KOMARCHESKI, Rosilene. Farinheiras do Brasil: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca. Matinhos: UFPR Litoral, 2015.

DEPARTAMENTO de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná; Assessoria técnica Ambiental Ltda. Estudo de Impacto Ambiental-Rodovia PR 340: Trecho entre BR-277 e Antonina. Paraná, 2015

DEPARTAMENTO de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná; Assessoria técnica Ambiental Ltda. Relatório de Impacto Ambiental-Rodovia PR 340: Trecho entre BR-277 e Antonina. Paraná, 2015

FUNDAÇÃO de Amparo à Pesquisa e extensão Universitária. Plano Aeroviário Estadual do Paraná: Relatório Final. Curitiba, v.1, 2014.

FUNDAÇÃO de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária. Plano Hidroviário do Paraná, Levantamento das Potencialidades das Hidrovias do Estado do Paraná. Curitiba, 2014.

FUNDAÇÃO de Amparo à Pesquisas e extensão Universitária. Plano Aeroviário Estadual do Paraná: Relatório Final. Curitiba, v.2, 2015.

FUNDAÇÃO de Amparo à Pesquisas e extensão Universitária. Plano Aeroviário Estadual do Paraná: Relatório Final. Curitiba, v.3, 2016.

FUNDAÇÃO de Amparo à Pesquisas e extensão Universitária. Plano Aeroviário Estadual do Paraná: Relatório Final. Curitiba, v.4, 2017.

INSTITUTO das Águas do Paraná. Plano da Bacia Hidrográfica Litorânea. Curitiba, v. 00-14, 2017. Disponível em: <http://www.aguasparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=311>. Acesso em: 16 abr. 2018.

INSTITUTO Socioambiental. Situação atual das Terras Indígenas. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 16 abr. 2018.

MAPA ÁREAS DE POTENCIAIS CONFLITOS DO PLANO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO DA MARICULTURA.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Projeto Orla. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/projeto-orla>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná (ZEE); Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG). Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná, 2011-2014. Curitiba, 2018.

PARANÁ. Agência Nacional de Águas; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMA. Bacias Hidrográficas do Paraná, Séries Históricas. Curitiba, 2010.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 5.040, de 11 de maio de 1989. Aprovação do Regulamento que define o Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-5040-1989-parana-aprovacao-do-regulamento-que-define-o-macro-zoneamento-da-regiao-do-litoral-paranaense>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Decreto nº 5.377, 23 de fevereiro de 2005. Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/470/PNRM%20D5377.htm?sequence=1>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Governo do Paraná. Plano Estratégico para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Litoral do Paraná: Diretrizes Preliminares. Antonina, 2011.

PARANÁ. Governo do Paraná. Plano Estratégico para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Litoral do Paraná: Síntese. Antonina, 2011.

PARANÁ. Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Zoneamento Ecológico-Econômico. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Ministério do Meio Ambiente. Plano de Ação Federal para a Zona Costeira. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/item/8962-plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-federal-para-a-zona-costeira-paf_zc#iii-paf-zc>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Paraná Projetos; Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Paraná. Litoral do Paraná: Ações Desenvolvidas. Curitiba, 2018.

PARANÁ. Plano de manejo do Parque Estadual da Ilha do Mel. SEMA/IAP/Pró-Atlântica. Curitiba, 2012.

PARANÁ. Plano de manejo do Parque Estadual do Rio da Onça. IAP. Curitiba, 2015.

PARANÁ. Plano de manejo do Parque Estadual Pico do Marumbi. SEMA/IAP. Curitiba, 1996.

PARANÁ. Plano de manejo Estação Ecológica da Ilha do Mel. SEMA/IAP/Pró-Atlântica. Curitiba.

PARANÁ. Plano de manejo Estação Ecológica de Guaraguaçu. SEMA/IAP/Pró-Atlântica. Curitiba, 2006.

PARANÁ. Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Disponível em: <http://www.pmma.etc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=1083>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Portos do Paraná Iniciam Planejamento Estratégico da Infraestrutura Marítima. Disponível em: <https://www.tcp.com.br/portos-do-parana-iniciam-planejamento-estrategico-da-infraestrutura-maritima/>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná. Curitiba, 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Plano de Bacias Hidrográficas. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=146>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. Coletânea de Legislações de Uso e Ocupação do Solo no Litoral Paranaense. Curitiba, 2013

PARANÁ. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, et al. Apresentação dos Projetos Contra Riscos e Desastres Ambientais para o Litoral do Estado do Paraná. Curitiba, 2013.

PARANÁ. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, et al. Apresentação dos Projetos e Medidas Sociais e Ambientais no Litoral do Estado do Paraná. Curitiba, 2012.

PARANÁ. Secretaria do Turismo do Estado do Paraná. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Curitiba, 2012

PARANÁ. Portal Info Hidro. Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH). Disponível em: <http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/gestao-das-aguas/planos/plano-estadual>. Acessado em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná. Relatório Segunda Rodada de Oficinas Institucionais de Apresentação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná. Curitiba, 2014.

PARANÁ. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná. Oficinas Institucionais de Apresentação do Zoneamento Ecológico-Econômico. Curitiba, 2014.

PARANACIDADE; IPARDES; UFPR. Planos Regionais: Desenvolvimento Estratégico do Estado do Paraná. Sem data.

REIS, Rodrigo et al. Litoral do Paraná: Território e Perspectivas. Sociedade, Ambiente e Gestão. Curitiba: Brazil Publishing, vol.1, 2016.

REIS, Rodrigo et al. Litoral do Paraná: Território e Perspectivas. Cultura, Saúde e Educação. Curitiba: Brazil Publishing, vol.2, 2016.

SULZBACH, Mayra; Denardin, Valdir (Orgs.). A inclusão, a inserção, a interação, a investigação...: Os in(s) da extensão no Litoral do Paraná. Matinhos: UFPR Litoral, 2013.

Referências – Matinhos

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos estatístico Município de Matinhos. Curitiba: IPARDES 2018.

MATINHOS. Lei nº 1051, de 16 de outubro de 2006. Dispõe sobre a utilização dos logradouros públicos no Município de Matinhos, o bem-estar, a ordem, os costumes e a segurança pública, estabelece normas de proteção e conservação do meio ambiente, observadas as normas federais e estaduais relativas às matérias.

Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/105/1051/lei-ordinaria-n-1051-2006-dispoe-sobre-a-utilizacao-dos-logradouros-publicos-no-municipio-de-matinhos-o-bem-estar-a-ordem-os-costumes-e-a-seguranca-publica-estabelece-normas-de-protecao-e-conservacao-do-meio-ambiente-observadas-as-normas-federais-e-estaduais-relativas-as-materias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1068, de 16 de outubro de 2006. Dispõe do zoneamento, uso e ocupação do solo nas áreas urbanas do Município de Matinhos e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-matinhos-pr>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1069, de 05 de dezembro de 2006. Regulamenta a outorga onerosa do direito de construir e a concessão de prêmios às atividades classificadas como hotéis e pousadas e aos programas habitacionais de interesse social. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/107/1069/lei-ordinaria-n-1069-2006-regulamenta-a-outorga-onerosa-do-direito-de-construir-e-a-concessao-de-premios-as-atividades-classificadas-como-hoteis-e-pousadas-e-aos-programas-habitacionais-de-interesse-social>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Prefeitura Municipal de Matinhos. Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima: Plano de Intervenção na Orla Marítima de Matinhos. Sem data.

MATINHOS. Lei nº 1046, de 16 de outubro de 2006. Dispõe sobre a compartimentação e descrição dos limites das áreas urbanas , rural e de uso especial e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/105/1046/lei-ordinaria-n-1046-2006-dispoe-sobre-a-compartimentacao-e-descricao-dos-limites-das-areas-urbanas-rural-e-de-uso-especial-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1047, de 16 de outubro de 2006. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo nas áreas rurais do Município de Matinhos e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/105/1047/lei-ordinaria-n-1047-2006-dispoe-sobre-o-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-nas-areas-rurais-do-municipio-de-matinhos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1048, de 16 de outubro de 2006. Dispõe sobre o sistema viário básico, hierarquia e dimensionamento das vias públicas na área urbana, traça diretrizes para arruamento municipal e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/105/1048/lei-ordinaria-n-1048-2006-dispoe-sobre-o-sistema-viario-basico-hierarquia-e-dimensionamento-das-vias-publicas-na-area-urbana-traca-diretrizes-para-arruamento-municipal-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1049, de 16 de outubro de 2006. Dispõe sobre os loteamentos, desmembramentos, unificações e condomínios horizontais situados no município. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/104/1049/lei-ordinaria-n-1049-2006-dispoe-sobre-loteamentos-desmembramentos-unificacoes-e-condominios-horizontais-situados-no-municipio-2006-10-16-versao-compilada.html>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1050, 16 de outubro de 2006. Institui o fundo municipal de desenvolvimento do Município de Matinhos-FMD, conforme especifica e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/105/1050/lei-ordinaria-n-1050-2006-institui-o-fundo-municipal-de-desenvolvimento-do-municipio-de-matinhos-fmd-conforme-especifica-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1052, de 16 de outubro de 2006. Estabelece os parâmetros para a construção ou reconstrução de passeios em via públicas e diretrizes para a

implantação de arborização urbana no Município de Matinhos. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/106/1052/lei-ordinaria-n-1052-2006-estabelece-os-parametros-para-a-construcao-ou-reconstrucao-de-passeios-em-vias-publicas-e-diretrizes-para-implantacao-de-arborizacao-urbana-no-municipio-de-matinhos>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1067, de 05 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a instituição do plano diretor participativo e de desenvolvimento integrado de Matinhos, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/106/1067/lei-ordinaria-n-1067-2006-dispoe-sobre-a-instituicao-do-plano-diretor-participativo-e-de-desenvolvimento-integrado-de-matinhos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1070, de 05 de dezembro de 2006. Define o código de obras no Município de Matinhos e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/107/1070/lei-ordinaria-n-1070-2006-define-o-codigo-de-obras-no-municipio-de-matinhos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. Decreto Estadual nº 10.856, 23 de abril de 2014. Estabelece o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para o Município de Matinhos, e dá outras providências. Acesso em:12 abr. 2018.

SISTEMA Meteorológico do Paraná. Sistema Meteorológico do Paraná. Projeto Básico Integrado de Micro Drenagem, Macro Drenagem e Controle de Erosão Marinha: Município de Matinhos, Memorial Técnico. Curitiba: SIMEPAR 2007.

Referências – Morretes

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos estatístico Município de Morretes. Curitiba: IPARDES 2018.

MORRETES. Lei nº 8, de 04 de fevereiro de 2011. Disciplina os projetos de loteamento, desmembramento e remembramento do solo para fins urbanos do Município de Morretes. Disponível em: <http://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-complementar/2011/1/0/1588>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MORRETES. Lei nº 9, de 04 de fevereiro de 2011.Dispõe sobre o Sistema Viário do Município de Morretes. Disponível em: <http://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-complementar/2011/1/0/1587>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MORRETES. Lei nº 10, de 04 de fevereiro de 2011. Institui o código de obras e edificações de Morretes, e dá outras providências. Disponivel em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/morretes/lei-complementar/2011/1/10/lei-complementar-n-10-2011-institui-o-codigo-de-obras-e-edificacoes-do-municipio-de-morretes-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MORRETES. Lei nº 11, de 04 de fevereiro de 2011. Institui o código de posturas do Município de Morretes e dá outras providências. Disponivel em: <https://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-complementar/2011/1/0/1585>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MORRETES. Lei nº 12, de 04 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre a delimitação dos perímetros urbanos do Município de Morretes, e dá outras providências. Disponivel em: <http://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-complementar/2011/1/0/1584>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MORRETES. Lei nº 6, de 04 de fevereiro de 2011. Institui o plano diretor do Município de Morretes. Disponivel em: <https://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-complementar/2011/1/0/1590>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MORRETES. Lei nº 7, de 04 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo urbano do Município de Morretes. Disponivel em: <http://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-complementar/2011/1/0/1589/lei-complementar-n-7-2011-dispoe-sobre-o-zoneamento-de-uso-e-ocupacao-do-solo-urbano-do-municipio-de-morretes-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

Referências – Paranaguá

ADMINISTRAÇÃO dos Portos do Paraná; Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina; Laboratório de Transporte e Logística. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá-PDZPO. Curitiba, 2017.

ADMINISTRAÇÃO dos Portos do Paraná-APPA; Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina-FEESC; Laboratório de Transporte e Logística-LabTrans. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá. Curitiba, v.1, 2012

ADMINISTRAÇÃO dos Portos do Paraná-APPA; Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina-FEESC; Laboratório de Transporte e Logística-LabTrans. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá. Curitiba, v.2, 2013.

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-IPARDES. Cadernos estatístico Município Paranaguá. Curitiba: IPARDES, 2018.

INSTITUTO Socioambiental. Situação atual das Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Portos do Paraná Iniciam Planejamento Estratégico da Infraestrutura Marítima. Disponível em: <https://www.tcp.com.br/portos-do-parana-iniciam-planejamento-estrategico-da-infraestrutura-maritima/>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 65, de 27 de agosto de 2007. Dispõe sobre o uso da bicicleta e o sistema cicloviário do Município de Paranaguá, e dá outras providências.

Disponivel em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2007/6/65/lei-complementar-n-65-2007-dispoe-sobre-o-uso-da-bicicleta-e-o-sistema-cicloviario-do-municipio-de-paranagua-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

"PARANAGUÁ. Secretaria de Portos da Presidência da República -SEP/PR; et al. Plano Mestre Porto de Paranaguá. Curitiba, 2013."

PARANAGUÁ. Lei nº 60, de 23 de agosto de 2007. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de Paranaguá e dá outras providências. Disponivel em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/plano_diretor/PAG_INICIAL_Plano%20Diretor%20Leis/LEIS%20DO%20PLANO%20DIRETOR/PDF/LEI_COMPLEMENTAR_N060-PLANO_DIRETOR%20Compilado.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 61, de 27 de agosto de 2007. Dispõe sobre o perímetro urbano no Município de Paranaguá. Disponivel em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2007/7/61/lei-complementar-n-61-2007-dispoe-sobre-o-perimetro-urbano-do-municipio-de-paranagua?q=61>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 63, 27 de agosto de 2007. Dispõe sobre as zonas especiais de interesse social, determina a criação das ZEIS I, II, III, IV e V, e dá outras providências. Disponivel em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2007/6/63/lei-complementar-n-63-2007-dispoe-sobre-as-zonas-especiais-de-interesse-social-determina-a-criacao-das-zeis-i-ii-iii-iv-e-v-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 66, de 27 de agosto de 2007. Dispõe sobrea lei de parcelamento do solo urbano, sobre remembramento e condomínios horizontais no Município de Paranaguá. Disponivel em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-

complementar/2007/6/66/lei-complementar-n-66-2007-dispoe-sobre-a-lei-de-parcelamento-do-solo-urbano-sobre-remembramento-e-condominios-horizontais-no-municipio-de-paranagua>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 67, de 27 de agosto de 2007. Define o código de obras e edificações do Município de Paranaguá, e dá outras providências. Disponivel em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/paranagua/lei-complementar/2007/7/67/lei-complementar-n-67-2007-define-o-codigo-de-obras-e-edificacoes-do-municipio-de-paranagua-e-da-outras-providencias?q=67>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 68, de 27 de agosto de 2007. Dispõe sobre normas relativas ao código de posturas do Município de Paranaguá e dá outras providências. Disponivel em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2007/6/68/lei-complementar-n-68-2007-dispoe-sobre-normas-relativas-ao-codigo-de-posturas-do-municipio-de-paranagua-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 95, de 18 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o código ambiental do Município de Paranaguá. Disponivel em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2008/10/95/lei-complementar-n-95-2008-dispoe-sobre-o-codigo-ambiental-do-municipio-de-paranagua?q=95>. Acesso em: 12 abr. 2018.

Referências - Pontal do Paraná

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno estatístico Município de Pontal do Paraná. Curitiba: IPARDES 2018

PONTAL DO PARANÁ. Lei nº 001, de 03 de agosto de 2007. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Pontal do Paraná, e dá outras providências. Disponivel em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/pontal-do-

parana/lei-complementar/2007/1/1/lei-complementar-n-1-2007-dispoe-sobre-a-instituicao-do-plano-diretor-de-desenvolvimento-integrado-de-pontal-do-parana-e-da-outras-providencias-2007-08-03-versao-original>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PONTAL DO PARANÁ. Lei nº 642, de 17 de janeiro de 2006. Dispõe sobre o sistema viário básico do Município de Pontal do Paraná, a hierarquia e o dimensionamento das vias públicas no território municipal e traça diretrizes para o arruamento municipal. Disponivel em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/pontal-do-parana/lei-ordinaria/2006/64/642/lei-ordinaria-n-642-2006-dispoe-sobre-o-sistema-viario-basico-do-municipio-de-pontal-do-parana-a-hierarquia-e-o-dimensionamento-das-vias-publicas-no-territorio-municipal-e-traca-diretrizes-para-o-arruamento-municipal>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PONTAL DO PARANÁ. Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná. Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima: Plano de Intervenção na Orla Marítima de Pontal do Paraná. Sem data.

PONTAL DO PARANÁ. Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná. Lei nº 002, de 03 de agosto de 2007. Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo nas áreas urbanas do município e dá outras providências. Acesso em: 12 abr. 2018.

SISTEMA Meteorológico do Paraná. Projeto Básico Integrado de Micro Drenagem, Macro Drenagem e Controle de Erosão Marinha: Município de Pontal do Paraná, Memorial Técnico. Curitiba: SIMEPAR, 2007.

Referências -

PARANÁ. Secretaria do Estado da Cultura. Tombamento da Serra do Mar. Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Tombo 17-I. Processo Número 001/86, de 13 de agosto de 1986. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=87>. Acesso em: 12 abr. 2018.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Reserva da Mata Atlântica. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Reserva%20Mata%20Atl%C3%A2ntica.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Cultura. Tombamento do Setor Histórico de Paranaguá. Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Tombo 109-II. Processo Número 17/90, de 22 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=192>. Acesso em: 12 abr. 2018.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Antonina. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/389/>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Cultura. Tombamento da Paisagem da Orla Marítima de Matinhos. Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Tombo 23-I. Processo Número 23/70, de 15 de fevereiro de 1970. 2002. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=56>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Cultura. Normativa de Uso do Caminho do Itupava. Curitiba, 2002. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. . Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.oas.org/dsd/fida/laws/legislation/brazil/brazil_6938.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7661.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018.

COMISSÃO interministerial para os recursos do mar. PLANO DE AÇÃO FEDERAL PARA A ZONA COSTEIRA DO BRASIL. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80033/Plano%20de%20Acao%20Federal%20PAF-ZC/PAF_ZC%201998.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

"BRASIL. Decreto nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004.

Regulamenta a Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=531>. Acesso em: 12 abr. 2018."

"BRASIL. Decreto nº 5.377 de 23 de fevereiro de 2005.

Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar - PNRM. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5377.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018."

"BRASIL. Decreto nº 6.263, de 21 de novembro de 2007.

Institui o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM, orienta a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6263.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018."